

5

MARIA ANTONIA DE SOUZA

Este exemplar corresponde o redigido
final de Dissertação defendida por
Maria Antonia de Souza e aprovada pela
Comissão Julgadora em 09/08/94

Após, 09/08/94

Maria da Glória de Souza
orientadora

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA: UM ESTUDO DAS
LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO
PARANAPANEMA.

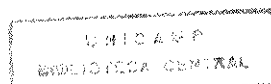
Dissertação apresentada como exigên-
cia parcial para obtenção do título
de mestre em Educação: Metodologia do
Ensino, à Comissão Julgadora da UNI-
CAMP sob a orientação da Profa. Dra.
Maria da Glória Gohn.

marcondes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS

1994



COMISSÃO JULGADORA

Francisco de Paula

[Signature]

[Signature]

RESUMO

O resgate das diferentes experiências de vida e as aprendizagens presentes no cotidiano de indivíduos - lideranças de assentamentos rurais - constitui o tema desta pesquisa.

O processo de investigação permitiu perceber as alterações que ocorrem ao nível individual e coletivo, durante os diferentes momentos da luta. Nesse sentido, foi possível configurar a formação da identidade coletiva, assim como constatar as diferenças ao nível individual presentes no interior daquela identidade de "Sem-Terra".

A reconstituição do processo histórico de cada área estudada e a história de vida de lideranças no Pontal do Paranapanema - Estado de São Paulo, nos assentamentos - Gleba XV de Novembro, Santa Clara e União da Vitória -, permitiu-nos realizar uma comparação acerca da formação da identidade coletiva em assentamentos rurais naquela região.

Este trabalho é dedicado a todos os trabalhadores que se organizam, com intuito de superar a realidade que lhes é oferecida, procurando assim, (re)construí-la.....

Em especial aos meus pais, também, trabalhadores rurais....

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - ÍNDIVIDUOS EM MOVIMENTO: A FORMAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO	31
1.1 - IDENTIDADE	32
1.2 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA e CULTURA POLÍTICA.....	42
1.3 - ESPAÇO COMUNICATIVO	47
1.4 - LIDERANÇAS	50
1.5- MOVIMENTOS SOCIAIS	56
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE A LUTA PELA TER- RA NO BRASIL.....	65
1 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST.....	83
CAPÍTULO 3 - A LUTA PELA TERRA NO PONTAL PARANAPANEMA...	104
2.1 - GLEBA XV DE NOVEMBRO	118
2.2 - SANTA CLARA	123
2.3 - UNIÃO DA VITÓRIA	126

CAPÍTULO 4 - TRAJETÓRIA DE VIDA DE LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: PONTAL DO PARANAPANEMA.....	134
CAPÍTULO 5 - EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELAS LIDERANÇAS..	154
1- FAMÍLIA	156
2- OCUPAÇÕES	157
3- PARTIDO POLÍTICO	163
4- PRISÕES	166
5- CURSOS DE FORMAÇÃO DE MILITANTES.....	172
6- GRUPO DE JOVENS	176
7- CURSO CORTE-COSTURA	181
8- ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES	185
5.1 - APRENDIZAGENS COTIDIANAS	189
CAPÍTULO 6 - LIDERANÇAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA.....	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
BIBLIOGRAFIA	243

ÍNDICE DE FIGURAS e QUADROS

Figura 1- Migração Campo-Cidade (1940-1991).....	69
Figura 2- Conflitos de terra no Brasil (déc. 80).....	77
Figura 3- Conflitos Sociais no Campo (1980-1990).....	78
Figura 4- Mortos em conflitos de terra no Brasil.....	79
Figura 5- Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo.....	102
Figura 6- Mapa do município de Teodoro Sampaio.....	107
Figura 7- Mapa do Pontal do Paranapanema.....	108
Figura 8- Localização do Assentamento Gleba XV.....	118
Figura 9- Localização do Assentamento Santa Clara.....	123
Figura 10- Localização do Acampamento "União da Vitória".....	126
Figura 11- Suspensão da prisão preventiva de lideranças do Pontal do Paranapanema.....	166
Quadro 1- Caracterização das lideranças entrevistadas.....	136

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1-	Igreja do Setor III - Gleba XV.....	129
Foto 2-	Escola de 1ª à 4ª séries do Setor II	130
Foto 3-	Feira realizada aos sábados - Setor II	130
Foto 4-	Refeição da tarde-Assentamento Santa Clara..	131
Foto 5-	Construção da Estufa - Santa Clara.....	131
Foto 6-	Colheita de Mandioca.....	132
Foto 7-	Escola de 1ª à 4ª séries - Acampamento.....	132
Foto 8-	Cozinha do Acampamento.....	133
Foto 9-	Trator, ilustrando a "ocupação mecanizada"..	133
Foto 10-	Fazenda São Bento - 14ª ocupação	143
Foto 11-	Acampamento São Bento - tanque utilizado para lavar roupas.....	144
Foto 12-	Fazenda São Bento - Área sendo preparada para o plantio	192
Foto 13-	Assentamento Santa Clara - Plantação de algo- dão	192
Foto 14-	Acampamento São Bento - trabalhadores voltando do trabalho, em direção ao acampamento	193

APRESENTAÇÃO

Desde meados da década de 80 a palavra Reforma Agrária me inquietava e a falta de informação levava-me a pensar numa injustiça que ocorria com todos os proprietários de terra no Brasil. Estava presente em minha imaginação que o dono da terra era realmente o proprietário e que ninguém tinha o direito de desapropriar uma área, qualquer que fosse, pois se ela tinha um dono, este certamente deveria ter trabalhado arduamente para conquistá-la. Eu não entendia que grande parte das posses de terras no Brasil são ilegais e/ou constituem-se em grandes latifúndios improdutivos. (1)

No caso da Reforma Agrária, minha visão se modificou quando fui "levada" a conhecer uma região no Estado de São Paulo onde existe uma grande concentração de terras e, em contraste, um grande contingente de pessoas em situação de miséria social-econômica e cultural. A região localiza-se no extremo sudoeste do Estado, sendo denominada Pontal do Paranapanema.

(1) Esta minha imaginação era consequência das "mensagens" que a mídia transmitia e transmite, sendo que na época, o rádio e a TV eram os únicos meios de comunicação a que eu tinha acesso. Não esquecendo a influência dos professores do 2º grau que, também, não conseguiam me convencer de que em vários países, inclusive no Brasil, há uma grande concentração de terras improdutivas ao lado de um grande número de pessoas "expulsas" do campo. Apenas os dados quantitativos presentes no livro didático de Geografia, não me convenciam.

Digo que "fui levada" a conhecer esta região pelo fato de que, quando entrei na Universidade, no curso de Geografia, tomei contato direto com o problema através de trabalhos de campo. Assim me foi possível verificar o quanto é desigual a distribuição de terras naquela região, representando uma amostra de muitos outros estados do Brasil e da América Latina, para ficarmos mais próximos e não cairmos em generalizações.

Na região, foi possível perceber a existência de "acampamentos" e "assentamentos". Os primeiros localizavam-se ao longo da rodovia principal e os segundos eram referentes às áreas onde os trabalhadores já estavam trabalhando definitivamente.

Ainda quando estava cursando o 4^o ano de Geografia, eu dizia para o professor que uma mudança social (alteração da atual condição de miséria econômica e, conseqüentemente, cultural da população) não ocorreria tão cedo no Brasil. Na verdade, demoraria séculos; pensava que os movimentos sociais eram como uma luz no fim do túnel, que não seriam capazes de causar mudança na estrutura da sociedade. Pensando nisso, comecei a acompanhar os debates, encontros, reportagens acerca dos movimentos sociais rurais no Pontal do Paranapanema. Inicialmente participei de um grupo de pesquisas no Assentamento Gleba XV de Novembro fazendo aplicação de questionários. Esses questionários foram aplicados em, praticamente, todos os projetos de assentamentos do Estado de São Paulo, onde o objetivo era o de realizar uma análise das condições de vida e de produção nos mesmos, assim como avaliar os resultados concretos advindos dessa política de assentamentos. O grupo de pesquisa do qual fiz parte era coordenado por professores da Univer-

cidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente. Portanto, foi um trabalho desenvolvido pelas universidades - UNESP e UNICAMP - em convênio com o Governo do Estado. (2)

Posteriormente, realizei um estudo a respeito da educação escolar nas escolas do referido Assentamento (3). A partir dessas experiências de pesquisa, elaborei o projeto para o mestrado, onde o objetivo principal é entender o processo de formação da identidade coletiva no indivíduos reconhecidos como lideranças; captar as diferentes aprendizagens cotidianas vividas pelos líderes de assentamentos rurais e perceber a relação sujeito particular - sujeito genérico que, usualmente, coexistem nas lideranças.

A pesquisa que ora apresentamos, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre, é composta por introdução e seis capítulos. Na Introdução apresentamos os objetivos e procedimentos metodológicos utilizados.

No Capítulo 1, destacamos as categorias teóricas utilizadas na análise da pesquisa que são: identidade, espaço comunicativo e participação política. Além dessas categorias, definimos dois conceitos fundamentais de nosso trabalho, ou seja, movimento social e liderança.

(2) Pesquisa "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo", financiado pelo FINEP/FUNDUNESP.

(3) SOUZA, M.A. "Estudo comparativo de alguns aspectos da Educação Pública em dois assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema: Gleba Rebojo e Gleba XV de Novembro". Estágio de Aperfeiçoamento financiado pelo CNPq. Pres.Prudente, 1991.

No Capítulo 2, apresentamos uma retrospectiva histórica dos movimentos sociais no campo, destacando as contribuições de Martins, Medeiros, Scherer-Warren, Grzybowski e Oliveira. O objetivo neste capítulo é contextualizar historicamente os movimentos sociais no campo, para localizarmos os movimentos sociais no Pontal do Paranapanema, fazendo assim a caracterização dos assentamentos onde realizamos a pesquisa, caracterização esta, apresentada no capítulo 3.

A análise das histórias de vida das lideranças é apresentada nos Capítulos 4 e 5. Nestes capítulos enfatizamos a trajetória histórica das lideranças, o vivenciamento de suas experiências de vida, as aprendizagens cotidianas, o relacionamento liderança-movimento social, as influências de agentes externos no desenvolvimento do movimento e na formação da identidade do indivíduo.

No Capítulo 6 apresentamos o processo de formação da identidade coletiva nesses indivíduos-lideranças, assim como realizamos uma comparação entre as lideranças formadas pela organização do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e as lideranças que surgiram no processo de luta pelo assentamento Gleba XV de Novembro, orientadas por membros de um partido político e membros do Estado.

Nas considerações finais, busca-se estabelecer a relação das diferentes histórias de vida estudadas, com as categorias teóricas por nós utilizadas. Procuramos comprovar ou descartar nossas hipóteses iniciais.

Para finalizar esta apresentação, os nossos agradecimentos a:

- Professora Maria da Glória Gohn, pela paciência e dedicação na orientação desta pesquisa, desde a reformulação do projeto inicial até a conclusão do trabalho. Foram muitas as contribuições teóricas.

- Professor Salvador Sandoval pelas contribuições teóricas em sala de aula e, pela orientação da atividade de leituras (atividade orientada de mestrado).

- Professores do Programa de Mestrado da Faculdade de Educação - UNICAMP, Lucila Arouca, Milton Almeida, Dermeval Saviani, Salvador Sandoval e Lúcia Avelar, com os quais cursei disciplinas que muito contribuíram no (re) pensar do projeto e no andamento da pesquisa.

- Professores da UNESP-Presidente Prudente, Departamentos de Geografia e Educação: Bernardo Mançano, Josefa Grígoli, Yoshie Ussami, Armando Pereira, José Ferrari, Rita Filomena, Adão Peixoto e Fátima Rotundo. São profissionais que muito me auxiliaram no "prosseguir o caminho acadêmico".....

- Em especial ao professor e amigo Bernardo Mançano, com o qual tive oportunidade de conhecer um pouco mais da realidade vivida pelos trabalhadores rurais.

- Amigas Ângela Massumi e Ana Lúcia pela paciência em me ouvir nas horas de "crises".....

- Márcia Regina Andrade e Rosimeire Almeida pelas muitas discussões sobre o MST e pela paciência em ler meus escritos.....

- Célia do terminal de computador da Faculdade de Educação, pela prestabilidade e apoio na digitação.

- Ana, Cláudia, Marina, Nadir e Wanda da Secretaria de Pós-Graduação da F.E.-UNICAMP, pelo atendimento.

- Andréia, pela leitura atenciosa.

- Aos trabalhadores rurais sem-terra, em especial, Chico, Márcio, Valentim, Bill, Vensel, Tião, Damião, Deolinda, Logáide, Cleusa, Íris, Tereza, Moysés, Davi e Osvaldo. São sujeitos concretos dessa pesquisa e da luta pela terra.

- Eva, Marcílio e filhos - Assentamento Gleba XV de Novembro - pela gentil hospedagem, durante a realização de nossa pesquisa no assentamento.

- Neusa, Xirú, Gilmar, Zé Rainha, Mineirinho e Walter, pelas muitas conversas.

- Professoras da Santa Clara (Cristina, Iraci e Paula), pela hospedagem na escola e pela "amizade".

- Ao Aparecido Araújo pela disponibilidade de registrar em vídeo um pouco da realidade do Assentamento Santa Clara.

- Todos que direta ou indiretamente me auxiliaram na concretização dessa pesquisa. São muitas as pessoas, daí a dificuldade de citar todas.....

INTRODUÇÃO

As pesquisas desenvolvidas durante o curso de Graduação em Geografia, foram decisivas ao meu envolvimento com as questões ligadas à área rural.

Nasci e cresci no meio rural, porém desconhecia as relações de subordinação que enfrentavam os pequenos proprietários, assim como os trabalhadores rurais em geral (bóia-fria, arrendatário, meeiro e outros).

Portanto, somente a partir do contato com profissionais empenhados em desvendar as relações de trabalho no campo, foi que me interessei pelas pesquisas nesta área.

Inicialmente, durante a época da graduação, minha preocupação centrava-se em dar um retorno aos trabalhadores dos assentamentos rurais, através do resultado das pesquisas que desenvolvíamos na região. Nessa pesquisa, onde eu era uma mera aplicadora de questionários, sentia-me constrangida de fazer tantas perguntas e depois nada retornar. Nesse sentido, já naquela época, iniciei uma pesquisa com algumas escolas do assentamento Gleba XV de Novembro. O trabalho foi concluído e, atualmente, está nas mãos das professoras dos assentamentos.

A partir daí, uma questão despertou-me atenção e passou a ocupar um lugar central, ou seja, como os trabalhadores se organizam para as ocupações, como surgem as lideranças, quais acontecimentos cotidianos fazem com que algumas pessoas desenvolvam uma

consciência coletiva e outras não. A questão era entender porque e para que as pessoas se movimentam. A partir daí, passei a indagar sobre quais as mudanças, a nível individual e coletivo, sofridas pelos indivíduos que se tornam "referência" do movimento, ou seja, as suas lideranças.

Neste sentido, este trabalho busca, também, contribuir para a formação de lideranças no Movimento dos Sem-Terra (MST), a partir do momento que mostra o ir e vir entre sujeito genérico e sujeito particular, e que busca desvendar algumas questões subjetivas que, usualmente, são esquecidas nos cursos de formação de lideranças, em favor das questões objetivas - político-sócio-econômicas e culturais do país.

Resumindo, podemos afirmar que os objetivos estabelecidos nessa investigação se constituem em :

Objetivo geral

- Compreender quais são os acontecimentos que perpassam a vida cotidiana de alguns indivíduos e que os faz tornarem-se lideranças de movimentos sociais. Pretendemos analisar como se dá a formação da identidade de sujeito coletivo.

Objetivos específicos

- Reconstruir historicamente o processo de formação dos assentamentos Gleba XV de Novembro, Santa Clara e "União da Vitória";

- Reconstruir a trajetória histórica de cada uma das lideranças;
- Apreender as experiências vivenciadas pelas lideranças, durante o processo de luta pela terra e qual a "aprendizagem" que adquiriram em todos esses momentos (ocupação da terra, despejo judicial, acampamento na rodovia, assentamento, etc.);
- Verificar a influência dos agentes externos no fortalecimento do movimento na referida região, bem como na formação da identidade dos indivíduos;
- Perceber a relação das lideranças com o conjunto do movimento, fazendo uma comparação entre as lideranças das três áreas.

As duas questões centrais a serem respondidas são: Qual é o processo que leva à formação de lideranças e como é a formação da identidade de sujeito coletivo, levando em conta os acontecimentos cotidianos?

Os assentamentos Santa Clara, Gleba XV de Novembro e, recentemente, o assentamento União da Vitória, localizados no Pontal do Paranapanema, contituíram-se objeto de nossa pesquisa. É preciso esclarecer que o assentamento União da Vitória está em processo de divisão de lotes (4). Quando iniciamos a pesquisa de campo - em 1993 - essa área estava em processo de ocupação - acam-

(4) A distinção entre acampamento e assentamento será desenvolvida no capítulo 3.

pamentos. Somente após 21 ocupações, os trabalhadores conseguiram a desapropriação da fazenda São Bento, onde estavam acampados.

A região Pontal do Paranapanema é uma área de muitos conflitos em torno da posse da terra, onde há muitas áreas griladas e improdutivas. A partir da década de 60 tem-se notícias dos movimentos de trabalhadores naquela região, lutando pela terra. O primeiro movimento foi o da Fazenda Rebojo, onde os trabalhadores lutavam pela conquista da propriedade da terra, que já cultivavam há anos. Com o período autoritário, iniciado em 64, os movimentos retrocederam um pouco, voltando com força total na década de 80, quando a questão da miséria ao lado da concentração fundiária e ilegalidade de terras vieram à tona. Estes fatos ocuparam destaque na imprensa a qual muitas vezes, distorce os fatos. Na década de 90 o MST inicia a organização de ocupações de terra na região, sendo o assentamento Santa Clara e, recentemente, o União da Vitória, frutos de ações lideradas por aquela organização ou por seus representantes.

Os fatores norteadores que determinaram a seleção das três áreas para esta pesquisa foram:

- A existência de um assentamento organizado por membros do partido PMDB na década de 80. Eles objetivavam amenizar os conflitos sociais que estavam surgindo na região, em decorrência da desaceleração da construção das Usinas Hidrelétricas e do desemprego nas Destilarias de Alcool. Este assentamento é o da Gleba XV de Novembro.

- O fato de uma das áreas se constituir no primeiro assentamento organizado pelas lideranças do MST na região. Este pri-

meiro assentamento é o emergencial da Santa Clara, cuja ocupação ocorreu em setembro de 1991;

- A continuidade do processo de ocupação na região, sendo que um dos mais recentes acampamentos organizados pelo MST na região foi o da "União da Vitória" que, recentemente, está em processo de formação do assentamento.

Lembramos que os assentamentos são as áreas definitivas onde são delimitados os lotes dos trabalhadores. "Assentamento é o conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terra destinada a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária" (5).

Como afirma FERNANDES(1994:181) "O assentamento é o território conquistado, é portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade de territorialização".

Enfim, o assentamento é um dos resultados concretos da organização e resistência dos trabalhadores na luta pela terra.

(5) STÉDILE, J.P. e Frei Sérgio. A luta pela terra no Brasil. Scritta, 1993, SP.

TRATAMENTO METODOLÓGICO

O caminho para entender como os indivíduos se tornam lideranças, como formam a identidade coletiva, como se tornam referência para o grupo coletivo maior, foi fazer uma investigação sobre a trajetória de vida de cada uma das lideranças. Assim, um dos instrumentos metodológicos utilizados nessa pesquisa foi a história de vida. Outro instrumento foi a observação sistematizada da relação entre as lideranças e os demais trabalhadores do assentamento. Os dados colhidos em consultas aos jornais e livretos produzidos pelo MST, foram outra fonte de dados de grande relevância, pois propiciaram um entendimento acerca do desenvolvimento do movimento.

A metodologia "História de vida" foi escolhida por nos permitir analisar o cotidiano do indivíduo que está, por sua vez, inserido num determinado contexto político-sócio-econômico-cultural. Estando "localizado" num determinado ambiente, subentende-se que o indivíduo expressará suas opiniões coletivas, bem como as subjetivas, considerando que o subjetivo é permeado pelo meio em que se vive.

Adotamos uma vertente da história de vida, onde a técnica de entrevistas, através de depoimentos pessoais, autobiografias e biografias, foram as fontes básicas para fornecerem material para a pesquisa.

Segundo PEREIRA QUEIROZ(1991), a história de vida constitui-se numa forma de informação captada oralmente. Nesse senti-

do, utiliza-se do termo "história oral" como quadro amplo que abrange uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou como meio de completar outra documentação.

A história oral "colhida por meio de entrevistas de variada forma, registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade" (QUEIROZ, 1991:5).

"A história de vida se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar" (PEREIRA QUEIROZ, 1991:6).

A influência do pesquisador na coleta da história de vida é muito pequena. Por exemplo, quando procuramos captar a história de vida de representantes dos assentamentos rurais, nosso objetivo era entender o processo histórico vivenciado pelo indivíduo, que contribuiu para sua formação de líder, referência do movimento. Para atingir esse objetivo, pedimos aos indivíduos que contassem sobre a sua vida, onde nasceu, lugares onde trabalhou e experiências vivenciadas até a presente data. Houve grande flexibilidade nas conversas, à medida que não houve um roteiro pré-determinado. Nesse sentido, a conversa desenvolveu-se de acordo com os pontos considerados relevantes pelo sujeito.

O indivíduo quando conta sua trajetória histórica, revela os acontecimentos que considera mais importantes. Faz uma série de ir e vir no tempo, e assim, vai mostrando as experiências e aprendizagens que contribuíram para a formação de uma consciência social ou não, voltada para os interesses coletivos. Nesse momento, há o desvendamento da relação indivíduo-grupo e vice-versa, segundo a versão dos atores que construíram ou participaram dos acontecimentos.

O conjunto de depoimentos de um indivíduo (história de vida) somado ao conjunto de todos os depoimentos, nos possibilitou analisar o indivíduo no âmbito coletivo, assim como perceber características deste mesmo coletivo.

PEREIRA QUEIROZ(1991) afirma que a entrevista está presente em todas as formas de coleta de relatos orais, tendo em vista que estes sempre constituem-se num colóquio entre pesquisador e narrador.

O entendimento dos acontecimentos cotidianos que perpassam a vida do indivíduo e que contribui para a formação da sua identidade enquanto parte de um sujeito coletivo, não poderiam ser coletados a partir de simples depoimentos, pois muitos dados perderiam-se. Na entrevista, com roteiro pré-determinado, o entrevistado estaria limitado, no sentido de apenas responder o que lhe fosse perguntado. Quanto às biografias e auto-biografias, seu uso exclusivo não seria possível, porque somente através da mesma é difícil captar a idéia do coletivo, do grupo dos sem-terra em seu conjunto. Fica-se restrito à idéia do individual.

Consideramos a história de vida como instrumento amplo e adequado para perceber os acontecimentos cotidianos ocorridos na existência dos indivíduos. Perceber como se consolida a identidade coletiva através do reconhecer-se no outro, através de trajetórias, experiências, carências e interesses comuns. Na história de vida, o indivíduo relata os momentos que foram decisivos para uma mudança ao nível individual-genérico.

Através da história de vida, foi possível formar a idéia do que foi e do que é o cotidiano do indivíduo. O narrador conta suas experiências no tempo e em diferentes espaços, enfatizando acontecimentos que vivenciou e conhecimentos/experiências que adquiriu, portanto, mostra como as relações sociais cotidianas foram formando sua "consciência atual", ou sua visão de mundo atual.

Foi possível perceber os acontecimentos que levaram os indivíduos a participarem do movimento; as mudanças objetivas (espaço de moradia, condições infra-estruturais, etc) e subjetivas (questão da identidade, afetividade com familiares, etc) que ocorreram em sua vida; a formação da consciência dos interesses individuais e coletivos; as aprendizagens e estratégias de luta que constroem nos diferentes momentos do movimento, desde a ocupação da área até o "estar no assentamento".

As histórias de vida das lideranças nos permitiu buscar os indícios de momentos em que os indivíduos agiram de acordo com seus sentimentos e não apenas pelas circunstâncias objetivas que os cercavam. Essa busca é feita a partir da análise das características da vida cotidiana do indivíduo (liderança).

Segundo HELLER (1988):

"a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade" (HELLER, 1988:17).

Na fala do indivíduo entrevistado, podemos perceber as motivações que levaram o indivíduo a agir, os desejos individuais que se refletem no coletivo e o (re) pensar das ações de lutas, entre outras.

Essas informações nos possibilitaram analisar a liderança enquanto motivadora/conduzora dos trabalhadores sem-terra e, ao mesmo tempo, permitiram uma reflexão acerca dos movimentos do indivíduo enquanto ser particular/ser genérico e vice-versa.

Como técnicas complementares realizamos inúmeras observações nos assentamentos e várias conversas informais com outras lideranças, trabalhadores não-lideranças, com as professoras, com os funcionários do Estado que dão assistência ao movimento. Essas observações e conversas informais foram úteis no sentido de enriquecer a análise das histórias de vida.

A presente pesquisa deve ser considerada como um estudo de caso à medida que trabalhamos com manifestações delimitadas espacialmente e, dentro delas, uma instância singular dentro do movimento, ou seja, as lideranças. Embora elas representem o coletivo, o nosso intuito é captar o processo de formação da identidade que as levaram a ser representantes, lideranças, parte do sujeito coletivo que é o movimento social.

A respeito do estudo de caso, LUDKE e ANDRÉ (1986:18-20) apontam algumas características:

- Os estudos de caso visam à descoberta. O quadro teórico funciona apenas como esqueleto básico, a partir do qual, novos aspectos serão detectados. O pesquisador estará buscando respostas e, ao mesmo tempo, fazendo indagações no decorrer de seu trabalho;

- Os estudos de caso enfatizam a "interpretação em contexto". Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa;

- Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. Destacam-se as várias dimensões presentes em determinada situação, focalizando-a como um todo;

- Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. A realidade pode ser vista de diversas maneiras;

- Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

Nesse sentido, a presente pesquisa representa um estudo de caso, onde através das histórias de vida, dos documentos bibliográficos, das observações in locu, pudemos perceber diferentes maneiras de se apreender a realidade, detectando pontos comuns entre as lideranças. Interesse e utopia, alguns dos elementos necessários para a existência de um movimento social, foram apreendidos enquanto dimensões dos indivíduos e dos grupos; da liderança e do movimento.

A pesquisa de campo se desenvolveu no período de final de 1992 até o início de 1994. Coletamos as histórias de vida das lideranças e realizamos observações acerca das relações mantidas entre as pessoas, assim como as condições concretas de vida; organizamos um diário de campo, onde as observações foram registradas.

O trabalho de observação pôde ser realizado de forma contínua, graças à possibilidade de permanecer durante algumas semanas nos assentamentos, realizando um trabalho quase que etnográfico.

No assentamento Santa Clara, ficamos hospedados na escola, junto com as professoras que ali lecionam. As mesmas nos acompanhavam nas visitas ao acampamento "União da Vitória" (recente assentamento) e aos lotes dos assentados da Santa Clara.

No assentamento Gleba XV de Novembro ficamos hospedados na casa de uma família do setor I. As visitas pelo assentamento foram auxiliadas pela filha do casal, que nos acompanhou durante toda a semana.

Participamos da festa da Reforma Agrária realizada no assentamento Santa Clara e da Caminhada do dia do Trabalhador Rural, realizada a partir do acampamento União da Vitória até a cidade de Teodoro Sampaio, um total de 10 quilômetros.

Enfim, a experiência vivida no assentamento nessas semanas, foi muito enriquecedora à nossa pesquisa, no sentido de sentir de perto o que é a luta pela terra e a luta para permanecer na terra.

ALGUMAS HIPÓTESES DE NOSSA PESQUISA

Quando iniciamos a pesquisa de campo, algumas hipóteses nortearam as observações, surgindo daí alguns questionamentos e indagações que foram as seguintes:

- Supúnhamos que as lideranças oriundas do MST (existentes em alguns casos do Pontal) sejam pessoas mais politizadas, portadoras de maior clareza acerca da situação sócio-econômica e política do país e de suas próprias condições, do que a maioria dos trabalhadores rurais. Sendo assim, elas são levadas a desenvolver diferentes atividades no sentido de formar a consciência coletiva do grupo.

- Supúnhamos que as pessoas que se tornaram lideranças do MST, tinham experiências anteriores, e na época da pesquisa, em diferentes espaços comunicativos (igreja, sindicato, pastoral, escola, etc), sendo portanto, influenciadas por esses agentes externos na formação da identidade coletiva.

- Supúnhamos que as lideranças pesquisadas pertencentes ou originárias do MST recebiam treinamento e formação em espaços específicos de formação de lideranças extra-acampamento ou assentamento, acrescidas do aprendizado na prática; enquanto que as lideranças do assentamento Gleba XV de Novembro - muito influenciadas por membros do partido PMDB - não tendo passado por esses cursos de formação, teriam uma outra concepção do "ser liderança", onde a identidade criada seria resultado apenas da aprendizagem no cotidiano das lutas.

Partimos do pressuposto de que a Identidade Coletiva se forma em espaços de reconhecimento recíproco (espaços comunicativos) e para que se concretize a comunicação, o reconhecer-se enquanto migrante, enquanto excluído do trabalho e do direito de propriedade, é preciso que haja participação política. A participação política não surge do nada, é preciso que haja algumas condições objetivas comuns a um determinado grupo, por exemplo a exclusão do trabalho no campo e, conseqüentemente, condições subjetivas semelhantes, ou seja, sentimento de injustiça social, cultura de camponeses sendo ameaçada, etc.

A respeito das categoria Identidade e Espaço Comunicativo, buscamos em HABERMAS algumas considerações teóricas. Escolhemos esse autor por conta de sua teoria da ação comunicativa, que nos permite entender como se forma a identidade coletiva.

Outras duas categorias, fundamentais à essa pesquisa foram: Movimento Social e Liderança.

No capítulo seguinte, explicitaremos essas categorias por nós utilizadas, no sentido de mostrar os norteadores de nossa análise, que será apresentada nos capítulos 3, 4, 5 e 6.

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campo, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

DEM VAMOS EMBORA QUE ESPERAR NÃO É SABER
QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Inda fazem flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo canhões

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam antigas lições
De morrer pela pátria e viver sem razão

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão
a certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

(GERALDO VANDRÉ)

CAPÍTULO 1

INDIVÍDUOS EM MOVIMENTO: A FORMAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO

O objetivo deste capítulo é buscar respaldo teórico para a análise das lideranças de assentamentos rurais, no sentido de entender quais são os acontecimentos que permeiam a vida cotidiana dos indivíduos, fazendo com que estes adquiram novos valores e concepções de mundo, superando atitudes individualistas em prol das atitudes coletivas.

O entendimento acerca do que leva um indivíduo a tornar-se liderança de um movimento social, perpassa não somente pelas questões objetivas (político-econômicas), mas também pela questão cultural, pela personalidade, pelas frustrações, desejos, entre outros.

Neste sentido, elegemos categorias que estarão nos auxiliando neste estudo, sendo elas, Identidade, Espaço Comunicativo e Participação Política. Elas são categorias consideradas relevantes para analisar o indivíduo enquanto liderança de um coletivo. Para entender uma liderança é preciso entender o processo de formação de sua identidade. Nossa hipótese básica a respeito é a de que o indivíduo, através da participação política em diferentes espaços comunicativos e o enfrentamento com condições objetivas muito difíceis, consolida um tipo de identidade onde há maior espaço para

a dimensão coletiva. A partir de então, o agir no coletivo passa a ser a característica principal desses indivíduos, que constroem espaço de agir coletivo, para usarmos a expressão de Habermas.

Além dessas categorias, duas outras são fundamentais à essa pesquisa: Movimento Social e Liderança. São fundamentais pelo fato de que estamos trabalhando com assentamentos rurais, e estes são resultados de movimentos sociais populares, cujo objetivo principal é a luta pela terra e pela Reforma Agrária. No caso das lideranças, estas são fundamentais no movimento social, pela centralidade que ocupam nos mesmos, tendo em vista que são elas que cuidam da organização do movimento, dos trâmites políticos e da formação de novos quadros "dirigentes" para o movimento social.

1.1- IDENTIDADE

No que se refere à categoria identidade, buscamos em HABERMAS uma fundamentação teórica.

Em seu livro *Para a reconstrução do materialismo histórico*, é enfatizada a ação comunicativa como um fator determinante na formação da identidade coletiva, assim como na evolução social.

O autor mostra como se dá o desenvolvimento do Eu, examinando-o sob a capacidade de conhecimento, de linguagem e de ação:

"A subjetividade da natureza interna é delimitada com relação à objetividade de uma natureza externa perceptível, com relação à normatividade da sociedade e à intersubjetividade da linguagem" (HABERMAS, 1985:15)

Em outras palavras, o pensamento/o Eu, estão em relação com os aspectos concretos da realidade, com as normas da sociedade, e em relacionamento com outros indivíduos, através da linguagem. Esse entrelaçamento é que permite a formação da identidade do Eu no coletivo.

"Enquanto o Eu epistêmico caracteriza-se pelas estruturas gerais da capacidade de consciência, de linguagem e de ação, que todo Eu singular tem em comum com todos os outros Eus; o Eu prático se forma e se afirma como Eu individual na realização de suas ações. O Eu prático afirma continuidade biográfica e os limites simbólicos do sistema de personalidade, na medida em que volta sempre a efetivar as próprias auto-identificações no mundo, de modo a poder localizar a si mesmo nas relações intersubjetivas de seu mundo social de maneira unívoca, ou seja, ao mesmo tempo inconfundível e reconhecível. A identidade da pessoa é de certo modo, o resultado das realizações de identificação da própria pessoa" (HABERMAS, 1985:21).

Dito em outras palavras, HABERMAS mostra que o desenvolvimento do Eu se dá através da linguagem, pois esta possibilita o desenvolvimento do cognitivo e da ação, bem como do agir comunicativo voltado ao entendimento.

Tomando como base a pesquisa de TARELHO⁽⁶⁾, poderíamos

(6) TARELHO(1988) analisa a emergência do movimento de luta pela posse da terra no município de Sumaré - SP. Se preocupa em refletir sobre o modo como ocorreu o movimento, assim como os motivos que o originaram. Destaca quem são os sujeitos da luta, os motivos que os levaram a se organizar, entre outras questões. Utiliza-se da tese habermasiana, ação comunicativa, para responder alguns de seus questionamentos.

elucidar o parágrafo acima da seguinte forma: o desenvolvimento do Eu se dá em interação com outros Eus, mediatizada pela linguagem/comunicação. Essa interação é realizada em espaços comunicativos; estes espaços por sua vez, constituem-se espaços onde pessoas com interesses comuns se reúnem para discutir, contar histórias, se conhecer e se re-conhecer enquanto indivíduos que possuem características comuns. É neste contexto de interação comunicativa que os indivíduos têm oportunidade de desenvolver seus conhecimentos, despertar uma consciência social, formando, então, a identidade de grupo.

Desse espaço comunicativo poderão ser formadas as ações estratégicas dos indivíduos no grupo, no sentido de reivindicar direitos de cidadãos, ou de contestar ações de outros grupos.

A identidade é, portanto, a identificação da própria pessoa no grupo, bem como a identificação feita pelo outro no mesmo grupo. Alter e Ego se reconhecem.

Por exemplo: num primeiro momento, a partir de um espaço comunicativo, as pessoas se identificam enquanto expropriadas da terra, aos poucos vão formando a identidade de "Sem-terra". Aos poucos, as pessoas que tomaram a frente nas discussões, na organização dos espaços comunicativos, passam a ser reconhecidas e legitimadas como Lideranças.

Porém, como afirma HABERMAS, "ninguém pode edificar sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele (...) o fundamento para a afirmação da própria identidade não é a auto-identificação "tout court", mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida" (HABERMAS, 1985:22).

Essa auto-identificação intersubjetivamente reconhecida é afirmada no agir comunicativo. Um exemplo claro dessa afirmação está nos Encontros Estaduais e Nacionais dos trabalhadores rurais sem-terra, onde são escolhidas as lideranças que darão continuidade à organização dos trabalhadores rurais para futuras ocupações, assim como a organização dentro do próprio acampamento e/ou assentamento..

Caberá à pessoa eleita participar efetivamente na organização e elaboração de ações estratégicas dentro do movimento/do grupo ao qual pertence. Essas ações estratégicas são construídas num espaço de agir comunicativo:

"...a unidade da pessoa, que é construída através da auto-identificação intersubjetivamente reconhecida, apóia-se sobre a participação na realidade simbólica de um grupo, assim como sobre a possibilidade de se localizar em tal realidade" (HABERMAS, 1985:24).

A identificação coletiva pressupõe algumas normas, que por sua vez, são as normas do grupo, e nesse sentido "a identidade coletiva regula a participação do indivíduo na sociedade, ou a sua exclusão da mesma" (HABERMAS, 1985:26).

Podemos exemplificar essa afirmação com base no livreto do Movimento Sem Terra - "Como organizar a massa"-, onde estão explícitos alguns "vícios" detectados no Movimento, assim como as formas de superá-los. Citaremos alguns deles:

- individualista: quer sempre ser o beneficiado, fala muito, fala mal dos outros sempre que se sentir prejudicado, ou

seja, não age enquanto grupo.

- personalista: quer crescer sozinho, quer o mérito "eu fiz". Quer sempre estar na boa de todo mundo.

- Espontaneísta: tipo de pessoa que não gosta de nada planejado. Realiza tudo de improviso, participa de tudo e não resolve nada.

- Imobilista/Comodista: realiza poucas tarefas, procura estar de bem com todos.

- Aventureirista: nunca consulta a realidade, não pensa em consequências. Realiza uma ação para ver o que acontece.

- Auto-Suficiente: indivíduo que tem resposta para tudo. Mesmo não tendo especialização, faz que entende tudo. Quer estar sempre na frente, esquece das decisões coletivas.

Enfim, são inúmeros os "vícios" citados pelo MST, e as formas de superá-los, apontadas pelo mesmo, são as seguintes: estudar para conhecer os vícios, assumir publicamente o vício, fazer crítica e auto-crítica, fazer planos de trabalho, distribuir responsabilidades e ter mecanismos de cobrança, ser compreensivo com os que erram, manter a calma e estabelecer um sistema de punições.

A partir desse "rol de vícios" citados pelo MST, concluimos que há prevalência dos interesses objetivos em detrimento das particularidades de cada indivíduo. Propõe-se que os sujeitos-lideranças, sejam "sujeitos" às normas estabelecidas de cima pra baixo dentro do MST.

O fato de "ser compreensivo com os que erram" mostra uma influência religiosa "pode-se perdoar, desde que não repita tal ato". "Estabelecer um sistema de punições", é característico de

sistemas autoritários.!

Nesse sentido, são os indivíduos que determinam as normas de convivência e, são por elas determinados. Porém, os indivíduos que determinam essas normas, nem sempre são as lideranças atuantes na base do Movimento. Quando determinados trabalhadores se destacam na atividade de "organização do grupo", são escolhidos para serem lideranças. Participam de cursos de formação de lideranças, recebem e incorporam normas prontas, resta-lhes "inserir-se" na realidade "já construída".

Como afirma HABERMAS "(...)são os indivíduos e a sociedade que, de certo modo, produzem por si mesmos sua própria identidade(...)" (HABERMAS, 1985:30)

Acreditamos que essa produção/formação da identidade se dá através da participação política, das diferentes experiências e, conseqüentemente, das aprendizagens sobre essas ações exercidas.

Concordando com HABERMAS:

"A identidade do Eu pode se confirmar na capacidade que tem o adulto de construir, em situações conflitivas, novas identidades harmonizando-as com as identidades anteriores agora superadas, com a finalidade de organizar a si mesmo e às próprias interações, sob a direção de princípios e modos de procedimentos universais. Uma identidade do Eu só pode se formar no círculo da identidade de um grupo" (HABERMAS, 1985:70-81).

Em outras palavras, num primeiro momento, a identidade do Eu se forma no grupo familiar - identificação com os membros da

família - posteriormente se formará a identidade num grupo de iguais - por exemplo estudantes, trabalhadores, etc. É neste último grupo que se forma ou não a identidade coletiva.

Nesse sentido, existem várias identidades que são construídas no decorrer do processo histórico. É assim que muitos sujeitos agregam-se na construção de uma identidade coletiva do grupo, durante o processo de luta acirrado e, quando conquistam a área definitiva, parece haver uma volta ao ser individual, ao cuidar das obrigações particulares, não sobrando tempo para os assuntos de interesse coletivo.

O individualismo é um dos vícios que o Movimento -MST- procura sanar. O conhecimento, através do diálogo pode auxiliar no processo de superação do individualismo, deixando fluir as várias opiniões, portanto, a particularidade de cada indivíduo.

HABERMAS mostra que em sociedades neolíticas, a identidade coletiva era caracterizada pelo ancestral comum. Ex. Um totem. Já em sociedades modernas, a identidade coletiva é reconhecida pela comum participação numa organização ligada a um território:

"A identidade coletiva é hoje possível somente sob forma reflexiva, ou seja, no sentido de ser fundada na consciência de ter oportunidades iguais e gerais para tomar parte nos processos de comunicação, nos quais a formação da identidade tem lugar como processo contínuo de aprendizagem" (HABERMAS, 1985:98)

GOHN (1993) afirma que "(...) assim como as ações e as práticas sociais atuam sobre seus próprios atores, as ações dos movimentos também refletem sobre si próprio, sobre a forma de auto conhecimento. E é este conhecimento que cria a identidade do movimento. Esta identidade cria sua forma de representação, consolida e/ou redefine seus valores, suas normas e procedimentos, cria-lhe uma memória. Em suma, gera uma cultura política que opera fundamentalmente no campo simbólico".

Segundo afirma VERHELST (1992:105) "um povo que perdeu sua identidade pode então tentar reconstruí-la, através de um novo mergulho na sua memória coletiva, a fim de encontrar a firmeza que lhe é necessária para combater urgentes e novas arrancadas".

Nesse sentido, podemos relembrar os espaços comunicativos citados por TARELHO (1988), onde as reuniões com os sem-terra de Sumaré eram conduzidas de forma que cada um dos participantes pudesse falar a respeito de sua trajetória de vida, e assim, cada um ia se percebendo no outro, tendo em vista a situação concreta de trabalhador "expulso do campo", iam formando uma identidade social, grupal.

Como afirma GRZYBOWSKI:

"...em boa parte dos movimentos sociais, a identidade social resulta de uma combinação de direitos com religião, dando aos sujeitos uma identidade político-religiosa. Os sem-terra, por exemplo, vivem tal ambiguidade. Isto revela a presença da igreja nos movimentos e, sobretudo, a importância da recuperação de questões culturais próprias dos grupos subalternos na afirmação de sua cidadania"(GRZYBOWSKI, 1991:58).

Destas citações podemos concluir que a identidade coletiva se forma dentro de um determinado grupo e, aos poucos vai sendo reelaborada, como que num processo de transformação social. Esta transformação é permeada pela linguagem (interativo); pelo conhecimento (cognoscitivo) e pelas ações concretas. O Eu prático/pessoal se apresenta enquanto agir comunicativo, em tal agir, os interessados, geralmente, pressupõe que as diferenças individuais sejam reconhecidas reciprocamente, ou seja, que cada um reconheça a opinião do outro e vice-versa.

A questão que se coloca é a de que a Identidade Coletiva das lideranças do MST (Pontal do Paranapanema) é formada, num primeiro momento, pelas ações comunicativas entre pessoas que se identificam como sem-terra; essas ações interativas são conduzidas por agentes externos (Igreja, Assessores, Partido, etc) no início da formação do grupo e, posteriormente, os próprios trabalhadores vão se organizando no sentido de formar lideranças, quadros para dar mais consistência ao grupo e desenvolver o próprio movimento.

A categoria identidade é por nós entendida em dupla acepção. Primeiro, como unidade da pessoa, que é construída no decorrer do processo histórico, portanto na sua vivência, na sua prática social, no processo de auto-identificação intersubjetivamente reconhecido.

Em segundo lugar, o processo de auto-identificação intersubjetivamente reconhecido é que permite a estruturação da identidade de grupo. Nessa auto-identificação, os elementos trajetória histórica, interesses, necessidades, sonhos, práticas sociais, carências etc, funcionarão como consolidadores da identidade

de, em sua segunda acepção, a coletiva.

Segundo MELLO (1994:25) "o conceito de identidade traz no seu bojo três noções implícitas: a idéia moderna de igualdade; a idéia de singularidade e a noção de que cada indivíduo é portador de um biografia pessoal, constituída pelo modo como se inscreve no social e escrita no correr de suas relações com outros homens, uma história pessoal no interior do movimento da história (...) possuir uma identidade significa a necessidade da presença do Outro como condição de sua afirmação".

A participação política, não apenas enquanto militância, mas no próprio sentido da palavra, ou seja, "participação" constituiu-se em elemento auxiliador na concretização da identidade de grupo.

A simples participação em manifestações pode levar o indivíduo a repensar sua situação concreta - realidade- na sociedade em que vive, assim como sua prática social. É neste sentido que elegemos a categoria "participação política" como relevante para o entendimento do processo de formação de sujeitos líderes.

Para compreendermos a formação da identidade coletiva é preciso analisar ainda, duas outras categorias, a participação política dos indivíduos no grupo ao qual pertence e, conseqüentemente, na sociedade e a cultura política dos mesmos.

1.2- PARTICIPAÇÃO POLÍTICA e CULTURA POLÍTICA

"Participação política é geralmente utilizada para designar uma série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão dos acontecimentos políticos, a participação num comício ou reunião de seção, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas, etc." (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO: Dic. de Política).

Os autores acima citados, destacam três formas/níveis de participação política:

1) presença: comportamentos receptivos ou passivos, situação em que o indivíduo não dá contribuição; 2) ativação: o sujeito desenvolve dentro ou fora da organização, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente; 3) participação: situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, pessoal que tem poder para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade.

A partir dos três níveis de participação política, podemos inferir que independente do nível em que cada indivíduo participa, o que importa é participar. Somente participando é que os indivíduos adquirem aos poucos um grande aprendizado político.

O aprendizado político está relacionado à Cultura Política, enquanto um "conjunto de atitudes, normas, crenças mais ou

menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos"(BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO).

Os autores acima citados comentam sobre três tipos de posicionamento que o indivíduo pode assumir ou encarar os fatos e relações sociais. São eles o posicionamento cognitivo que "se revela no conjunto dos conhecimentos e crenças relativos ao sistema político, aos papéis que o compõem e aos seus titulares; afetivo que "se revela nos sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas, entre outros" e o valorativo que "compreende juízos e opiniões sobre fenômenos políticos e exige a combinação de informações, sentimentos e critérios de avaliação".

No Brasil, em termos de Cultura Política, o que se tem verificado é uma formação histórica reprodutora de relações sociais autoritárias e conservadoras, tanto no plano da política institucional, quanto na sociedade civil. (SCHERER-WARREN, Ilse. 1993:50-51).

Portanto, tem havido o predomínio de uma Cultura Política de sujeição, pois seria pouco coerente uma Cultura Política participativa, num sistema de estruturas autocráticas.

Nesse momento, vale lembrar uma indagação de SCHERER-WARREN, ou seja, "qual a efetiva contribuição que os movimentos sociais (NMS) poderiam trazer para a corrosão do autoritarismo (expresso no Estado, nos partidos e nas relações da sociedade civil) e para a democratização da sociedade(...)". (1993:51).

GOHN(1992:26-27) em estudo sobre a Cultura Política gerada pela CONAM-ANAMPOS e PROCENTRAL dos movimentos populares, afirma que:

"Os movimentos populares estariam apontando para uma modernização na política, no sentido que estariam redefinindo a noção de cidadania, em seu aspecto público e privado".

Mostra que muita ênfase foi dada à nova Cultura Política e que, para compreendê-la, é preciso analisar as normas, atitudes, crenças, o conhecimento que os indivíduos tinham a respeito de si próprios e de seu contexto, as tendências de comportamento, as ações coletivas, os símbolos e a linguagem utilizados, entre outros pontos.

Nesse sentido, a participação política se concretiza à luz de uma Cultura Política. É preciso conhecer, acreditar no Movimento (no caso o MST) para que os indivíduos participem de sua organização. Porém, um questionamento se torna pertinente, ou seja, como um movimento pode desenvolver uma Cultura Política, no sentido de romper relações autoritárias, quando o próprio movimento possui alguns posicionamentos autoritários, como teremos oportunidade de analisar nos próximos capítulos.

Os movimentos sociais desenvolvem nos indivíduos práticas de participação, porém, em muitos movimentos, a participação inicial se dá enquanto presença, aos poucos, conforme estratégias pedagógicas utilizadas pelos líderes é que poderá se desenvolver a participação ativa, no sentido dos indivíduos opinarem e contri-

buires para formulação de propostas.

Como afirma GRZYBOWSKI (1991:59-60) "enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, organizar, negociar e lutar e partem em direção à formação da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. As práticas dos movimentos educam para a participação social".

Essa afirmação se torna lúcida quando pensamos nas reuniões que o MST organiza em alguns municípios, no sentido de esclarecer as pessoas da realidade objetiva em que se encontram. Essas reuniões representam o momento de participação-presença por parte da população, que posteriormente poderá se integrar na condição de participação-participante. Outro exemplo pode ser dado lembrando das CEBs-Comunidades Eclesiais de Bases que, em muitos casos, organizam espaços interativos, utilizando uma estratégia metodológica que relaciona os escritos bíblicos com a trajetória histórica dos indivíduos participantes. Nesse sentido, desenvolvem um espaço de aprendizagem que enfatiza a participação política, no sentido da construção da cidadania.

SANDOVAL (1988) apresenta, no plano psicossociológico, os fatores que poderiam motivar pessoas a participarem num movimento social, ou permanecerem alheios à mobilização. São eles fatores demarcadores das fronteiras dos agrupamentos e da comunidade que caracterizam a coletividade em termos de localização; fatores contribuidores à solidariedade entre membros da coletividade; fatores

relacionados à vida organizativa e o repertório de ações coletivas da comunidade em questão.

Segundo este autor "(...) a participação em movimento social é um processo de aprendizagem política em que os indivíduos e grupos aprendem a se organizar, mobilizar recursos e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder" (SANDOVAL, 1988:72).

DEMO (1988) em sua tentativa de sistematizar algumas idéias acerca da participação, afirma que "participação é conquista (...) é um processo (...) em constante vir a ser, sempre se fazendo. É auto-promoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente e acabada(...)" (1988:18)

Podemos dizer que participação implica em identificação com o movimento social, com o partido, com a igreja, etc. A participação não surge do nada, e é nesse sentido que enfatizamos os espaços grupais de discussão, pois acreditamos que grande parte dos participantes políticos/sociais passaram por espaços comunicativos, seja na igreja, no partido, no sindicato, nas fábricas, nos bares, etc. Essa é uma das hipóteses de nosso trabalho, quando nos propomos a entender quais acontecimentos da vida cotidiana levam o indivíduo a se tornar liderança do movimento.

Os espaços comunicativos (conversas, encontros religiosos, encontros de jovens, reuniões de amigos, reuniões partidárias, etc) são decisivos no sentido de levar o indivíduo à participação efetiva em movimentos sociais, e no sentido de contribuir para a formação da identidade coletiva, a partir do momento que, nesses espaços, há possibilidade de reconhecimento recíproco.

1.3- ESPAÇO COMUNICATIVO

Para a categoria espaço comunicativo, buscamos em Habermas, em sua "Teoria de la acción comunicativa", alguns fundamentos teóricos. Segundo este autor, as ações podem ser classificadas em ações orientadas ao êxito (instrumental e estratégica) e ações orientadas ao entendimento (ação comunicativa):

"A uma ação orientada ao êxito chamamos instrumental quando a consideramos sob o aspecto de observação de regras técnicas da ação e avaliamos o grau de eficácia da intervenção que essa ação representa num contexto de estados e sucessos; e a uma ação orientada ao êxito, chamamos de estratégica quando a consideramos sob o aspecto de observação de regras racionais de eleição e avaliamos seu grau de influência sobre as decisões de um oponente racional". (7)

Portanto, as ações orientadas ao êxito têm como centro o indivíduo e, as estratégias são utilizadas visando obtenção de sucesso individual. Enquanto que as "ações são comunicativas quando

(7) "A una acción orientada al êxito la llamamos instrumental cuando la consideramos bajo el aspecto de observancia de reglas de acción técnicas y evaluamos el grado de eficacia de la intervención que esa acción representa en un contexto de estados y sucesos; y a una acción orientada al êxito la llamamos estratégica cuando la consideramos bajo el aspecto de observancia de reglas de elección racional y evaluamos su grado de influencia sobre las decisiones de un oponente racional...."

os planos de ação dos atores implicados não se coordenam através de um cálculo egocêntrico de resultados, senão mediante atos de entendimento(...)" (8)

Em outras palavras, a ação comunicativa leva em conta interesses grupais e só se concretiza mediante o "entendimento" em grupo, não é uma ação onde os interesses individuais estão em primeiro plano. O individual se confunde com o coletivo, num espaço comunicativo, visando o entendimento.

HABERMAS afirma que:

"Entendimento é um processo de obtenção de acordo entre sujeitos linguística e interativamente competentes. Os processos de entendimento têm como meta um acordo que satisfaça as condições de um consentimento, racionalmente motivado, ao conteúdo de uma emissão. Um acordo alcançado comunicativamente tem que ter uma base racional, quer dizer, não pode vir imposto por nenhuma das partes(...)" (9)

Portanto, numa ação comunicativa o acordo não pode vir imposto de nenhuma das partes, ou seja, o acordo pressupõe um consenso. O espaço comunicativo de que falamos neste texto se refere

(8) "acciones comunicativas cuando los planes de acción de los actores implicados no se coordinan a través de un cálculo egocêntrico de resultados, sino mediante actos de entendimiento".

(9) "entenderse es un proceso de obtención de un acuerdo entre sujetos linguística e interactivamente competentes. Los procesos de entendimiento tienen como meta un acuerdo que satisfaga las condiciones de un asentimiento, racionalmente motivado, al contenido de una emisión. Un acuerdo alcanzado comunicativamente tiene que tener una base racional; es decir, no puede venir impuesto por ninguna de las partes(...)".

ao momento em que um grupo de pessoas se reúnem para falar, conversar, decidir sobre algum assunto, contar histórias, etc.

O espaço de discussão de um grupo de jovens na igreja é considerado um espaço comunicativo, assim como um espaço onde se realiza alguma assembléia geral; em ambos espaços, os acordos serão formados a partir das diferentes opiniões que são expostas e, conseqüentemente, do possível consenso que delas surgirão.

No caso do MST, o espaço comunicativo, ou o agir comunicativo se desenvolve a partir do momento em que um grupo de vizinhos -por exemplo- sentar para conversar sobre sua situação de expropriados da terra. Através da fala vão tomando consciência de que a situação concreta do grupo é semelhante, surgindo o esclarecimento de que terão que entrar em acordo a respeito da ação que irão por em prática.

O espaço comunicativo se desenvolve a partir do momento, em que um grupo de pessoas possui interesses semelhantes, esses interesses podem ser a respeito de condições objetivas, como por exemplo terra, ou a respeito de condições subjetivas, por exemplo, valores religiosos.

É preciso esclarecer que não é somente o interesse que move os indivíduos e nesse sentido TOURAINE (1989:107) afirma que "a mobilização dos atores só é forte quando se dirige aos seus valores, à sua solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo que há interesses frequentemente difíceis ou impossíveis de serem definidos em si mesmos. É mais fácil saber contra quem ou com quem se luta, do que por quais objetivos materiais se luta".

Utilizando a afirmação acima, para o MST, observamos que seus interesses concretos almejados são vários, ou seja, a terra, o financiamento, a escola, a energia elétrica, o posto de saúde e uma série de outros bens necessários à sobrevivência; enquanto seus interesses subjetivos, são os seguintes: a cultura, os valores de trabalhador rural, a solidariedade, entre outros, embora nem sempre estes últimos estejam bem explicitados para seus próprios atores.

Segundo FERNANDES(1994), o espaço comunicativo é uma das dimensões do espaço de socialização política. É no espaço comunicativo que os indivíduos "se conhecem". Outra dimensão seria o espaço interativo, onde os indivíduos realizam uma reflexão da história da luta. A terceira dimensão é a resistência, a partir do conhecer-se, do entender a história, aprendem a resistir, lutar pelos direitos de cidadão.

Estamos entendendo espaço comunicativo como espaço de diálogo, onde se inicia o processo de reconhecimento recíproco (identidade) e onde se desenvolvem diferentes estratégias de luta, visando atingir objetivos coletivos, que se traduzem em objetivos particulares.

1.4- LIDERANÇA

A respeito da categoria liderança, consideramos necessário algumas reflexões, para então, colocarmos nossa posição acerca da mesma.

EYERMAN e JAMISON (1991) definem os intelectuais de um movimento social como aquelas pessoas que são chaves no movimento, que articulam a identidade coletiva, a qual é fundamental para a criação de um movimento social:

"Atores chaves em práticas cognitivas são aqueles que nós identificamos como intelectuais do movimento. Intelectuais do movimento são atores que articulam a identidade coletiva que é fundamental para a criação do movimento social". (10)

Os autores afirmam que preferem falar de intelectuais do movimento e focalizar o processo formativo do movimento social, localizando ambos - intelectuais e movimento - em seus contextos, sem que seja definido como entidade pronta e acabada, mas sim, descrevendo sua interação:

"Nós preferimos falar de intelectuais do movimento e focalizar os processos formativos do movimento social, colocando ambos, intelectuais e movimentos em seus contextos, certamente que outros definem como uma entidade pronta e acabada, descrevendo sua interação. Assim, nós usamos o termo intelectuais do movimento para referir aqueles indivíduos que durante suas atividades o conhecimento científico e identidade cognitiva do movimento social. Eles são intelectuais do movimento porque criaram seus caminhos individuais ao mesmo

(10) "Key actors in this cognitive praxis are those we have identified as movement intellectuals. Movement intellectuals are actors who articulate the collective identity that is fundamental to the making of a social movement".

tempo que criaram o movimento, como novas identidades individuais e novas identidades coletivas formando um mesmo processo interativo. (11)

São intelectuais porque criaram seu papel individual, ao mesmo tempo que criaram o movimento, assim como novas identidades individuais e coletivas tomam forma no mesmo processo interativo.

Dessa afirmação podemos inferir que os movimentos sociais têm seus intelectuais - as lideranças - que cuidam da organização inicial do mesmo, e que no desenvolvimento do movimento, novos intelectuais também são formados.

MEDICI (1989), realizou um trabalho a respeito dos trabalhadores e intelectuais nos movimentos reivindicatórios e de acesso à terra no Estado de São Paulo. Realizou um estudo acerca da organicidade nas relações entre intelectuais, lideranças de movimento populares e trabalhadores, tanto no movimento reivindicatório quanto na formação dos assentamentos rurais (Pirituba, Rebojo e Primavera).

(11) "We prefer to speak of movement intellectuals and to focus on the formative processes of a social movement, placing both intellectuals and movements in their contexts, rather than defining either as a ready-formed entity and then describing their interaction. Thus we use the term movement intellectual to refer to those individuals who through their activities articulate the knowledge interests and cognitive identity of social movements. They are movement intellectuals because they create their individual role at the same time as they create de movement, as new individual identities and a new collective identity take form in the same interactive process".

O autor, quando se refere à organização de trabalhadores e relação intelectuais-massa, toma como base os estudos de Lênin, Gramsci, Mandel, Rudé, e faz as seguintes considerações:

"Com relação à massa de trabalhadores: por um lado, estes se encontram limitados na sua capacidade de ação e na consciência que possuem da realidade onde estão inseridos (...), por outro lado, a sua participação com um mínimo de consciência em movimento social que se direcionam para a defesa dos interesses de todos os trabalhadores é indispensável (...)"

"Com relação à liderança de trabalhadores: sua capacidade de impulsionar o processo de organização será tanto maior quanto maior for sua vinculação efetiva ao mesmo tempo às massas e aos intelectuais compromissados com os trabalhadores e com o desenvolvimento do saber sobre as transformações (...)"

"Com relação aos intelectuais compromissados com os trabalhadores: o desenvolvimento do saber (teoria) não apenas deve se vincular a um compromisso com o conjunto dos trabalhadores, mas também se vincular às próprias ações desses trabalhadores, no sentido de que sua participação (intelectuais) na superação das dificuldades ou na reificação dos desvios presentes, os capacitem para o desenvolvimento de um saber que se apresente como historicamente necessário" (MEDICI, 1989:32-33)

ROSA (1991), realizando um resgate histórico da trajetória do movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba, no período de 1977 - 1983, a partir das relações sociais educativas subjacentes na prática social das lideranças e moradores participantes deste movimento, assim define liderança:

"Sujeito possuidor de prática social militante, efetiva, construindo o processo de alteração a nível individual, coletivo e da realidade social. Aqueles que elaboraram propostas e possuíam capacidade de mobilização, experiência e prática política anteriores, clareza da realidade em que viviam e da luta política. Nesse sentido, adquiriram, diante dos demais moradores, representatividade e legitimidade, liderando e direcionando o processo de luta, organização e participação"(ROSA, 1991:22)

Podemos dizer que as lideranças, com o objetivo de impulsionar o processo de organização do movimento, normalmente comprometem-se com a luta e com as pessoas que participam da mesma. As lideranças são, portanto, as pessoas que possuem maior clareza dos acontecimentos políticos e do processo histórico de lutas no campo. Essa clareza é oriunda da presença em diferentes espaços comunicativos, diferentes experiências, e da participação em cursos de formação de lideranças. Nesse sentido, em suas aprendizagens cotidianas e no agir interativo, formam sua identidade coletiva, conciliando o pessoal com o coletivo.

Entendemos que um movimento social não se forma espontaneamente, ou seja, é preciso que um grupo de pessoas inicie algumas discussões acerca da questão que se está querendo contestar. Por exemplo, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, que surge em fins da década de 70, tem início com um grupo de trabalhadores que estavam sendo excluídos da terra, principalmente pelo processo de modernização da agricultura e a concentração fundiária, além de que, a cultura camponesa estava sendo destruída. Esses trabalhadores se organizam em torno de um interesse comum a

todos - terra para trabalhar e, assim inicia um processo de constantes ocupações, até a presente data.

Os trabalhadores agem ocupando áreas e montando os acampamentos. Portanto, num primeiro momento, um grupo ou vários grupos, discutem suas condições objetivas (excluídos do processo produtivo enquanto trabalhadores rurais), e a partir dessa discussão se inicia a organização do processo de ocupação. Quando se iniciam as reuniões com trabalhadores sem terra, as lideranças do MST já possuem conhecimento da área que pode ser ocupada, assim como estratégias para organizar a ocupação. Os sujeitos que, num primeiro momento "puxam" a primeira ocupação, mais tarde irão selecionar novas lideranças. Alguns indivíduos vão se tornando líderes, ou seja, formam-se no próprio processo de luta e nesse processo constroem uma identidade coletiva. A partir daí, farão parte da organização do movimento, no sentido de fazê-lo crescer. Esse "fazer crescer" o movimento, significa desenvolver espaços de discussão/comunicativos em diferentes lugares, desde o interior do movimento já concretizado, como em locais onde existam grandes contingentes de indivíduos excluídos socialmente, que ainda não participam do movimento.

Concordamos com SINGER e BRANT (1981), quando afirmam que a história de cada um dos movimentos sociais revela que eles se iniciam, geralmente, com a tomada de consciência de um pequeno grupo de pessoas. Por iniciativa desse pequeno grupo, inicia-se um processo de mobilização, que vai paulatinamente se ampliando...." (SINGER e BRANT, 1981:215)

Portanto, liderança é o indivíduo ou o conjunto de indivíduos que lutam pela organização e desenvolvimento do movimento social. São sujeitos que possuem experiência em diferentes práticas sociais, possuem consciência crítica para analisar estratégias e consequências da luta. Geralmente, conciliam interesses particulares (subjetivos e objetivos) com os interesses grupais.

Por interesses subjetivos entendemos os desejos, vontades, angústias do indivíduo, que nem sempre são explicitados num movimento social, principalmente pelo fato de serem lideranças. É que muitas vezes as lideranças evitam determinadas atitudes, pelo fato de se considerarem, e serem consideradas, como espelho para os trabalhadores. Em alguns momentos, os interesses emocionais são reprimidos, devido ao medo de se "queimarem" diante dos demais trabalhadores. E de serem "treinados" segundo uma linha socialista, onde aprendem priorizar o coletivo e a "domesticar" os espaços do eu, individual.

1.5- MOVIMENTO SOCIAL

Como afirma SCHERER-WARREN (1993:18) não existe um consenso acerca de movimento social.

"Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta (...), para outros movimento social se refere a apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito:

aquelas que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro". (1993:18)

TOURAINÉ (1989:181-182) aponta os três sentidos principais dados aos movimentos sociais. Ou seja, "para alguns, movimento social é a defesa nacional de interesses coletivos .., para outros, movimentos sociais seriam reações à comoção de um dos principais aspectos do sistema social, quando as instituições políticas não têm capacidade para realizar os ajustes necessários".

O autor aponta o terceiro sentido dado aos movimentos sociais, o qual ele defende:

"Um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética".

Nessas definições, estes autores não entram em detalhes acerca da necessidade ou não dos movimentos sociais serem organizados, estruturados em setores, comissões, etc.

CAMACHO (1987:216-217) entende movimento social como:

" uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social".

Este autor, contribuindo com algumas discussões conceituais sobre movimento social, afirma que "os movimentos sociais não têm que ser necessariamente organizados (...) a organização consiste numa mediação".

KARNER(1987:24) afirma que movimentos sociais "são entendidos como um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes, e que afetam a um grande número de pessoas".

Essa concepção de Movimento Social pode ser complementada por AMMANN (1991:22) onde o mesmo é caracterizado como "uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade".

GOHN (1993:1) afirma que na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Representação esta que sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico. Afirma ainda, que os elementos básicos de um movimento social são "suas demandas, sua composição social, seus princípios articulatórios internos e externos, sua ideologia, sua organização, suas práticas, seus opositores sócio-políticos ou cultural, suas conquistas e derrotas".

Conforme as considerações acima, o movimento social é entendido por nós como sinônimo de ação coletiva, essas ações coletivas podem ou não, terem uma organização formal; ou a organização constituirá apenas uma mediação do movimento social.

Nesta pesquisa trabalhamos com uma modalidade de movimento social de caráter popular. Nesse sentido, o entendemos en-

quanto ação coletiva gerada pela dinâmica de uma sociedade excludente, visando a transformação das relações sociais existentes. É um movimento organizado, de caráter contestador, que defende interesses de classes. Por exemplo, interesses de classe trabalhadora, tanto rural quanto urbana. Portanto, movimento social é uma ação coletiva de determinado segmento social, pertencente a uma classe, que possui continuidade, devido o caráter educativo do mesmo.

Por caráter educativo dos movimentos sociais, GOHN (1992:17-20) afirma que o mesmo se constrói em vários planos e dimensões, a saber:

dimensão da organização política: processo de desenvolvimento da consciência de quais são os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade, levando à organização do grupo. Deste processo participam agentes técnicos, políticos, religiosos e outros.

dimensão da cultura política: o acúmulo de experiências da prática cotidiana no passado e no presente, contribuirão no agir futuro.

dimensão espacial-temporal: a participação no movimento leva ao conhecimento das condições de vida de outros indivíduos. Os encontros, seminários, festas, etc. contribuem para esse conhecimento e abrem espaços para a organização do grupo.

Nesse sentido, o movimento social é parte da própria dinâmica da sociedade; porém não o entendemos enquanto pequenos atos/manifestações de pessoas sem que haja uma organização. O movimento social é aqui entendido enquanto movimento de pessoas que

se origina em torno de algum tipo de carência (no caso específico, a terra para trabalhar) e utopia (desejo de maior igualdade social, direito de uma vida digna trabalhando a terra) e se articula, internamente, desenvolvendo espaços comunicativos onde as pessoas irão se reconhecer reciprocamente.

A partir daí, o movimento, tendo objetivos definidos de ações conjuntas, tende a se espacializar, ou seja, tende a ter continuidade e meios de comunicar à sociedade sobre a importância do mesmo. O caráter nesse caso, não é apenas mobilizador, mas sim, transformador. É a busca da transformação de uma ordem até então vigente, no caso dos trabalhadores rurais sem terra, para a de trabalhadores com direitos, inclusive de acesso e permanência na terra. É a organização visando a transformação da situação de concentração fundiária, de ilegalidade das terras, da improdutividade, da violência, da miséria, é a luta pela recuperação dos valores, da cultura do trabalhador rural.

De acordo com as afirmações de DURHAM, EVERS, SCHERER-WARREN e muitos outros, esse tipo de movimento - no caso o Movimento Sem Terra - se insere no rol dos novos movimentos sociais (movimentos que enfatizam a organização comunitária, buscam sua legitimidade na força do próprio movimento, todos podem ser ouvidos-participação, formação de comissões que se responsabilizam por algumas atividades, assembleias, encontros, etc), em oposição aos "velhos" movimentos de trabalhadores ou de associações de moradores da fase do populismo no Brasil.

Os movimentos sociais rurais são formas de buscar uma "consciência" coletiva de luta pela terra. A formação dessa cons-

ciência coletiva passa pela transformação da consciência individualista e, nesse sentido é pertinente a afirmação de GUATTARI.

"A luta de classes não passa mais simplesmente por um front delimitado entre proletários e burgueses... ela está inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns e de outros... a luta de classes contaminou, como um vírus, a atitude do professor com seus alunos, a dos pais com suas crianças.... ela ganhou o interior de cada um de nós com seu eu, com o ideal de status que acreditamos ter de adotar para nós mesmos... De que serviria, por exemplo, propor às massas um programa de revolucionarização anti-autoritária contra os chefinhos e companhia limitada, se os próprios militantes continuam sendo portadores de vírus burocráticos superativos, se eles se comportam como os militantes dos outros grupos, no interior de seu próprio grupo, com seus próximos ou cada um consigo mesmo, como perfeitos canalhas, perfeitos carola?". (1987:15)

A consciência individualista é transformada a partir do momento que os indivíduos dialogam, que os conflitos surgem e que as diferentes opiniões fluem. É do diálogo e do conflito que surgem formas de consciências coletivas.

Nossa vida cotidiana é pragmática, mecânica e, nesse sentido, dificilmente paramos para refletir a nossa realidade.

HELLER (1988) aponta algumas características da vida e do pensamentos cotidianos, tais como: espontaneidade, probabilidade, economicismo, pragmatismo, fé, confiança, imitação, juízos

provisórios, etc. Afirma que todos esses elementos são necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade:

"A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas (...). Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco na decisão em torno de uma dada alternativa, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana" (HELLER, 1988:24)

A autora mostra que os seres humanos têm características inerentes, tais como raciocínio, emoção, capacidade de abstração, etc. O ser humano pode mudar/criar papéis. O processo de raciocínio e a capacidade de abstração mostra que o indivíduo é capaz de analisar e manejar símbolos. Portanto, o indivíduo pode imaginar diferentes soluções para seus problemas e escolhê-las em função do custo/benefício para o indivíduo ou para o grupo.

Porém, como a autora mostra, nem todos os indivíduos da sociedade são capazes de traçar alternativas, nem todos conseguem fazer uma análise simbólica (imaginar vários trajetos e optar pelo menos custoso e mais benéfico) acerca de sua realidade. Somente através da conscientização é que os indivíduos conseguem fazer esse trajeto. Segundo HELLER, a conscientização é a capacidade crítica que o homem tem, em termos de imaginar soluções para seus problemas.

Percebemos que numa sociedade socialmente hierarquizada, "não é interessante" que todos sejam críticos, que todos sejam seres "pensantes", e sim o "interessante" é que as pessoas fiquem presas a seu cotidiano, à sua rotina diária, ao seu individual e

se esqueçam de pensar em termos de grupo, de classe. Portanto, não é privilegiado o desenvolvimento de indivíduos pensantes e independentes.

Um exemplo claro de que não se socializa as pessoas para serem críticas, é a própria escola, que é um reflexo do que acontece numa fábrica; é uma máquina que transmite idéias e somente alguns poucos indivíduos vão conseguir questionar tais idéias, o restante acata e acaba reproduzindo essas idéias novamente e assim por diante. Assim, fica difícil pensar numa adesão em massa da população aos movimentos sociais populares; pensar num coletivo, quando as pessoas são ensinadas a viverem de forma individualista. Nesse sentido, alguns indivíduos se mobilizam apenas com intuito de atender seus interesses mais imediatos. É, também, devido a este fato, que muitos movimentos sociais populares, dentre eles o MST, se preocupam com o desenvolvimento de um espaço de discussão em grupos, dentro do assentamento, ou mesmo no acampamento. É a partir do espaço comunicativo que geralmente se constrói novas formas de pensar a situação vivenciada pelo grupo e, articular estratégias de atuação futuras.

O cotidiano das pessoas, usualmente, é como a execução de um programa computacional. Está com o caminho preparado, é só seguir todo dia a mesma coisa. A situação só se altera quando o indivíduo adquire uma consciência crítica de sua condição social, ele poderá ter uma percepção diferente do trabalho, da família, da escola, etc, e para tanto, esse indivíduo deverá organizar estratégias que o tire da rotina, do modelo diário.

Num movimento social popular, no caso do campo, a maioria dos participantes tornam-se muito criativos, pois a pedagogia e as estratégias de participação envolvem a confecção de desenhos,

poemas, canções, etc. Existe o que se chama a mística do MST, que mantém as pessoas animadas para a luta, é a criatividade do grupo que realimenta a continuidade da luta pela terra, seja no acampamento, onde as condições infra-estruturais são muito precárias; seja nos assentamentos, seja nos congressos, etc.

No decorrer das lutas pela terra, com sucesso ou com derrota, as pessoas aprendem que podem melhorar suas condições de vida se forem organizadas e se lutarem pelo direito à terra e à permanência nela.

Indivíduos em movimento: a formação do sujeito coletivo significa pensar que todos os dias os indivíduos correm de um lado para outro, visando atender as necessidades concretas; nesse ir e vir de pessoas, algumas situações são vivenciadas por um grande número de pessoas; mas nesse cotidiano "corrido" não há tempo livre para formação de grupos de estudos; discussões, etc. Somente quando determinada situação concreta - pensando em termos de trabalhadores rurais sem terra - se torna cada vez mais forte, por exemplo concentração de grandes áreas improdutivas, agroindústrias, desempregos entre outros, é que as pessoas sentem a "necessidade" de se unir e resistir, lutar pelos seus interesses e ideais de vida. Porém, esse sentimento de "necessidade de lutar", é despertado quando há contato com pessoas que já participam de outros movimentos sociais. A necessidade e a vontade de participar não acontece num "clic de mágica"!

Conforme afirma (SCHERER-WARREN, 1992:69) "é o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política".

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

O campo constitui-se um palco de conflitos sociais, desde os primórdios da colonização. Ultimamente, os conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários tem se acirrado.

É o conflito entre posseiros, bóias-frias, parceiros, arrendatários e os grandes proprietários, que mantêm as terras apenas para especulação ou possuem documentação ilegal quanto à posse da terra.

Apesar dos noticiários de TV apresentarem versão distorcida dos fatos que ocorrem no campo, muitos autores têm dedicado atenção aos mesmos.

O JORNAL mensal do MST tem ilustrado os diversos conflitos sociais que ocorrem em todo Brasil, retratando os inúmeros assassinatos.

A Revista ISTO é de maio de 1993 apresentou os preços da pistolagem na região Norte do Brasil. O valor mais alto é pago para matar religiosos (bispo e padre de 100 milhões de cruzeiros até 1 bilhão), em seguida políticos (até 100 milhões de cruzeiros ou o dobro), advogados, agente pastoral e posseiros.

Os dois agentes principais na luta pela terra são os trabalhadores rurais e os latifundiários, de um lado a luta pela terra para plantar, sobreviver dignamente. De outro, o interesse na terra para especular.

Nesse capítulo, nosso objetivo é descrever alguns dos conflitos sociais no campo, destacando os movimentos de luta pela terra e os mecanismos de resistência dos trabalhadores rurais sem terra, no Brasil.

A categoria "trabalhadores rurais" é genérica, ou seja, abrange desde os sem-terra até o grande agricultor. Portanto, é necessário esclarecer de qual trabalhador rural e qual é o conflito social que estamos nos referindo. O conflito se refere ao confronto trabalhador rural não proprietário ou pequeno proprietário e latifundiário ("proprietário" de grandes extensões de terra). O trabalhador rural é aquele que trabalha na terra: o arrendatário, posseiro, bóia-fria, meeiro, parceiro e pequeno proprietário. Observa-se que a propriedade em si não é o grande elemento diferenciador. A extensão da propriedade sim.

STÉDILLE e FREI SÉRGIO (1993:26-27) definem arrendatário como aquele agricultor que trabalha com a família arrendando uma terra por um preço fixo, previamente combinado, que pode ser pago em dinheiro ou em produto; posseiro como sendo aquele agricultor que trabalha com a família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra; parceiro como sendo aquele agricultor que trabalha com sua família, arrendando uma terra de outro, fazendo parceria, onde ele entra com o trabalho, ferramenta e às vezes com sementes e, na colheita divide a produção de acordo com uma porcentagem fixada; pequeno proprietário como aquele agricultor que trabalha com sua família, mas possui uma parcela muito pequena de terra; bóia-fria seria o assalariado rural, que apenas vende sua força de trabalho, em forma de

dias, à outros agricultores.

A reconstrução histórica dos conflitos sociais no campo, nos ajudará a entender a emergência dos atuais movimentos sociais rurais, dentre eles, o que nos interessa, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Desde a colonização até 1850 (Lei de terras), todas as terras pertenciam à Coroa e esta as distribuía em forma de Sesmarias. Nessa época, milhares de indígenas foram massacrados. Ao mesmo tempo, os negros que foram trazidos ao Brasil para trabalho escravo, também lutavam contra a subordinação às normas que lhes eram impostas (resistiam à opressão física e psicológica). Formaram os chamados Quilombos - locais onde os mesmos, na tentativa de fugir da escravidão, viviam em comunidade e conservavam seus costumes culturais. Eram locais onde se entendiam enquanto iguais. Como é sabido, Palmares-Alagoas foi o maior Quilombo existente no país, liderado por Zumbi.

OLIVEIRA(1988) classifica os conflitos sociais no campo da seguinte forma: lutas na escravidão, destacando os quilombos, como locais de resistência dos negros, contra o sistema de opressão; lutas de Canudos e Contestado (final do século XIX e início do século XX); lutas de camponeses contra latifundiários, onde se destacavam os líderes, que fundamentavam sua liderança em idéias religiosas; lutas dos colonos nas fazendas de café (início do século XX), destacando as greves desses colonos, por melhores condições de trabalho; lutas de Trombas e Formoso (meados do século XX); lutas pela terra no Paraná (meados do Século XX) e a formação das Ligas Camponesas, década de 50, uma tentativa de articular to-

das as lutas que estavam ocorrendo no campo.

A partir da década de 50, três grandes organizações camponesas se destacam na luta pela terra e pela Reforma Agrária, a saber: as Ligas Camponesas: movimento consolidado na década de 50, no estado de Pernambuco. Englobava a luta contra os altos preços dos arrendamentos, assim como a luta dos trabalhadores da Zona da Mata, pequenos proprietários e outros, contra o latifúndio. As Ligas Camponesas devem ser entendidas a nível nacional, pois a situação de expropriação e exploração era (é) geral no país.

As ULTABs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) criada em 1954, com finalidade de organizar as associações camponesas existentes. O Partido Comunista do Brasil dava orientações às ULTABs, que estavam organizadas a nível nacional, estadual e municipal.

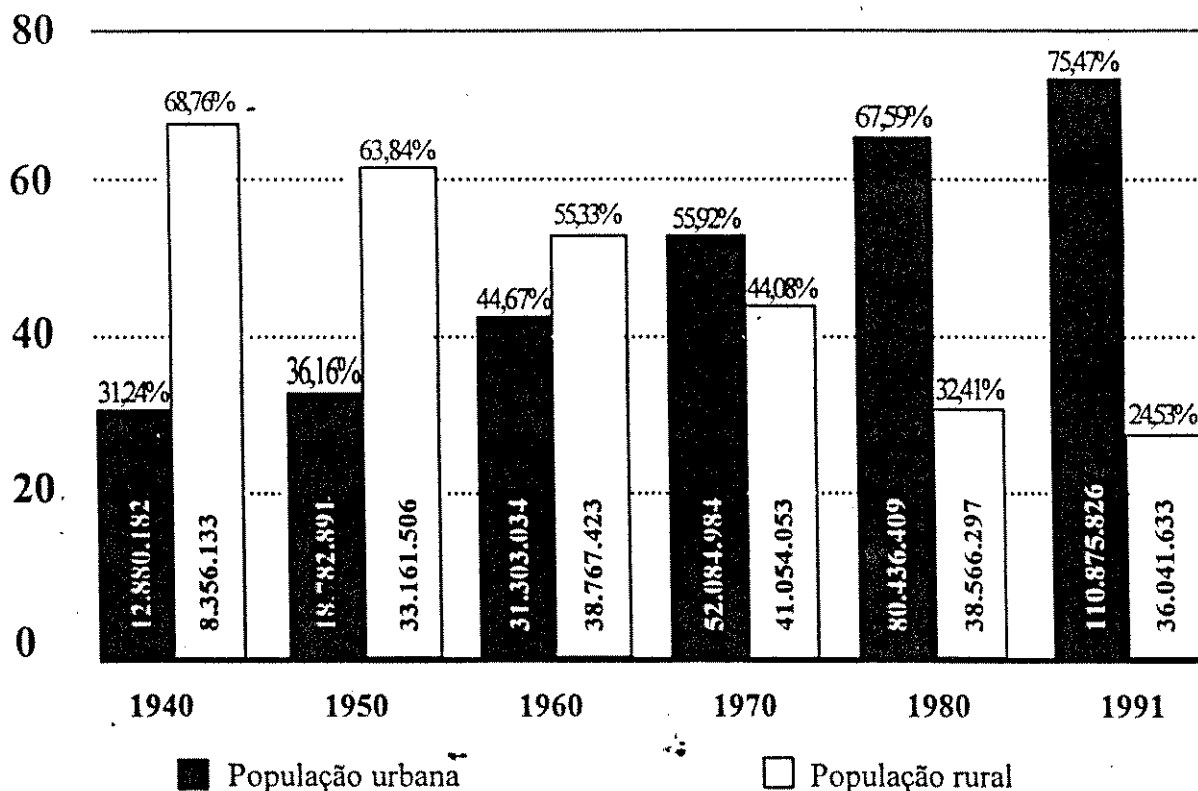
O MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), que surge no Rio Grande do Sul, era apoiado pelos agentes do PTB. Caracteriza-se pela mobilização de camponeses para ocupação de terra, visando a desapropriação de algumas fazendas. O movimento se inicia com cerca de 300 famílias de posseiros, que estavam na área há 50 anos, em confronto com um pretenso proprietário.

É preciso destacar que, muitas lideranças dessas organizações de trabalhadores rurais foram assassinadas no campo, com intuito de exterminar as organizações. Muitos trabalhadores continuam sendo assassinados, em todo o Brasil.

Para verificarmos concretamente o sentido da luta no campo, basta observarmos o gráfico a seguir:

FIGURA 1 - MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE (1940 - 1991)

População Urbana e Rural no Brasil - 1940/1991



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991.

Fonte: Boletim do Militante - M.S.T. - Maio de 1994.

É visível a existência da migração campo-cidade, logo é possível inferir que as cidade incham, o campo e as pequenas cidade perdem cada vez mais um número maior de pessoas. As áreas de fazendas, principalmente pecuária, aumentam consideravelmente a cada ano. Os trabalhadores são desempregados ou sofrem um processo de expropriação da terra, pois não conseguem sobreviver aos altos juros bancários e aos baixos preços do produto no mercado. Portan-

quente sobrevivência no campo.

Seria utopia, imaginar que os trabalhadores rurais poderiam sobreviver muito tempo, em áreas rurais, sem as condições infra-estruturais de permanência na mesma.

MEDEIROS (1989:24-30), em sua pesquisa sobre a História dos Movimentos Sociais no Campo, especifica as principais mobilizações, entre 1945 e 1964, e as agrupa da seguinte forma:

1. Trabalhadores das grandes plantações: as grandes plantações eram, principalmente, café, cana e cacau. As denúncias e reivindicações dos trabalhadores eram referentes aos baixos salários; proibição do plantio de cereais nas ruas de café; jornadas extensas; ausência de direitos trabalhistas; falta de assistência previdenciária, etc. As greves eram as principais armas de luta.

"As relações de trabalho em que estavam envolvidos eram extremamente complexas, marcadas pelo cultivo do produto comercial aliado ao de gêneros de subsistência, pela dependência pessoal em relação ao dono da terra, que fazia desde o fornecimento, através do barracão, de produtos básicos, como roupas, remédios, até a assistência médica e apadrinhamento dos filhos". (MEDEIROS, 1989)

2. Os arrendatários, parceiros e meeiros: pessoas que trabalhavam em terras alheias, entregando uma parte do que produziam como renda da terra. As lutas eram contra o aumento das taxas de arrendamento. Como salienta a autora, "em todos eles a repressão foi intensa".

3. Posseiros: (ocupantes de terras, sem o título legal) conflitos em torno da expansão da fronteira agrícola; posseiros se enfrentando com grileiros que lhes queriam tirar a terra. Desses conflitos se destaca o de Porecatu- PR, onde os posseiros resistiam armados, visando paralisar os despejos em curso.

Após meados da década de 50, novos conflitos surgem no campo. O surgimento desses novos movimentos se respaldava e se fortalecia com o apoio de:

-Sindicatos que conseguiram o reconhecimento do ministério do trabalho. Era a forma mais eficaz na luta pelos direitos trabalhistas.

-Associações civis (ligas, uniões, irmandades), bem como Encontros Estaduais de Trabalhadores Rurais.

- Grupo político que se volta às questões camponesas - PCB - criado em 1922. Em fins da década de 40, o partido constitui uma Frente Democrática de Libertação Nacional, aparecendo em seu programa, o item "pela entrega da terra a quem nela trabalha". Esse fato incentivou as ocupações de terra.

- Organização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil - ULTAB.

Na década de 50 o PCB convoca um Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizado em São Paulo, com finalidade de eleger os representantes dos trabalhadores no Brasil e elaborar uma pauta de reivindicações. Conforme MEDEIROS, entre as reivindicações levantadas estavam: confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua distribuição gratuita entre os assalariados agrícolas, camponeses sem-terra ou possuidores de

pouca terra, proibição de todas as formas de exploração semifeudal (meia, terça, trabalho gratuito, etc.), etc.

Ainda na primeira metade da década de 50 realiza-se o II Encontro Nacional dos Lavradores, sendo um dos seus objetivos centrais a criação de uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes. A luta pela Reforma Agrária coloca-se no horizonte dos trabalhadores rurais e o adversário principal passa a ser o latifúndio e seus aliados.

Dessa forma, a partir da década de 50, ampliam-se as lutas no campo, que MEDEIROS classifica em:

a) Lutas de posseiros: nas regiões das fronteiras agrícolas; destacando os conflitos de: Formoso e Trombas, no meio norte de Goiás, onde havia migrantes de vários pontos do país, desde a década de 40. A partir da década de 50, a área tornou-se objeto de grilagem - falsificação de títulos de propriedade - sendo os posseiros ameaçados de despejo e portanto, resistindo a tal situação. Algumas lideranças do PCB auxiliaram a resistência; organizaram os posseiros em conselhos de córregos, acabando por formar uma associação em 1955, liderado por José Porfírio. Em fins da década de 50 a região estava toda organizada e sob controle dos posseiros, impedindo a entrada de jagunços, grileiros e polícia na área. Conseguindo um acordo com o Estado, a polícia foi retirada da região e uma área de 10.000 Km² foi reconhecida aos posseiros. Sudoeste do Paraná: área de destino de migrantes vindo de regiões de ocupação antiga, motivadas pela abertura da Colônia oficial CANGO (Colônia Agrícola Nacional de General Osório). A área de conflito

pertencia à Gleba Missões, que foi passada para o controle da CI-TLA (Clevelândia Industrial e Territorial) na década de 50, numa transação considerada ilegal pelo Tribunal de Contas Federal. A empresa tentava vender terras aos posseiros ali instalados, obrigando-os a assinarem contratos de arrendamento; Baixada da Guanabara: conflitos de terras com grileiros, que tentavam expulsar os trabalhadores que haviam se instalado como posseiros, em terras há muito abandonadas.

Em fins da década de 50 os posseiros se articularam numa resistência contra os grileiros. Controlaram a cidade e obrigaram o governo a negociar. Na década de 60 os posseiros começaram a receber os títulos definitivos.

b) Lutas de arrendatários: durante a década de 50 eram comuns as lutas contra as altas taxas de arrendamento. Ex. Santa Fé do Sul.

c) Lutas salariais: permanece viva a luta pelos direitos (carteira profissional, jornada de 8 horas, horas extras, férias remuneradas, salário mínimo, etc.).

d) Ligas Camponesas: lutas dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários contra o grande proprietário. Formou-se uma organização civil - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco.

Conforme MEDEIROS, a ação das ligas camponesas foi marcada por marchas, comícios, congressos, ampliação da base de apoio nas cidades. Essas ações projetaram as ligas a nível nacional, alimentando o debate sobre a Reforma Agrária.

e) Lutas dos Trabalhadores Rurais e suas Organizações:

ganha força a partir das Conferências Nacionais de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e Encontros Estaduais de Trabalhadores.

Nos anos 80, mais experiências de greve foram vivenciadas pelos trabalhadores nas áreas canavieiras do nordeste (reivindicações: tabelas de tarefas, lote para cultivo de subsistência, auxílio-doença, transporte seguro, carteira assinada, etc.).

A luta pela terra se intensifica na década de 80, surgindo novos personagens - os expulsos da terra pela construção de barragens (inundação das terras onde trabalhavam) e os excluídos do campo pelo fator de modernização da agricultura.

é nesta década que surge os chamados sem-terra, que atualmente é a categoria que "apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isso, revelando maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares" (GRZYBOWSKI, 1991)

De todos esses conflitos sociais no campo, descritos a partir das pesquisas de OLIVEIRA, STÉDILLE e MEDEIROS, conclui-se que as principais causas desses conflitos de luta pela terra são: exclusão dos trabalhadores da terra, através da construção de barragens, modernização da agricultura e especulação de terras. Quando da construção das barragens, muitas terras são inundadas e, com isso, muitos trabalhadores são expulsos do local de trabalho. Alguns são reassentados pelo Estado em outras áreas, porém com condições físicas do solo ruins, ou seja, terras de baixa fertilidade. Quanto à modernização da agricultura, essa exclui os trabalhadores da terra, pois com a introdução de grandes maquinários no

processo de produção, muitos trabalhadores são dispensados, sendo obrigados a migrar, à procura de melhores condições de vida.

Outros fatores contribuíram para o fortalecimento das lutas no campo, dentre eles:

- exploração do trabalhador (em horas de serviço);
- reivindicação de liberdade e direitos;
- ilegalidade e improdutividade dos latifúndios: Se refere, respectivamente, às grilagens e concentração de grandes áreas onde há predomínio de pastagens, geralmente com algumas cabeças de gado, visando demonstrar que a terra tem "dono", porém não há produtividade condizente com o tamanho da propriedade. Exemplo Pontal do Paranapanema - SP.

MARTINS (1991) enfatiza as desigualdades que ocorrem no campo, mostrando a existência de categorias sociais, cujos interesses nem sempre convergem, dentre eles: Proprietários rurais, latifundiários e pequenos agricultores, para os últimos, em muitos casos, a terra é insuficiente para o sustento familiar, daí a necessidade de migrarem à procura de serviços em outras regiões, constituindo-se nos migrantes temporários. Posseiros, ocupantes de terras sem direitos legais. Arrendatários, pequenos agricultores e cultivadores empresariais.

Os interesses dessas categorias sendo diferentes, é evidente a ocorrência de conflitos. O espaço amazônico, por exemplo, tem sido palco de inúmeros conflitos de disputa pela terra. Por sua vez, lá encontramos um grande número de projetos agropecuários, atraindo migrantes e acirrando o conflito com posseiros e indígenas.

Como afirma MARTINS:

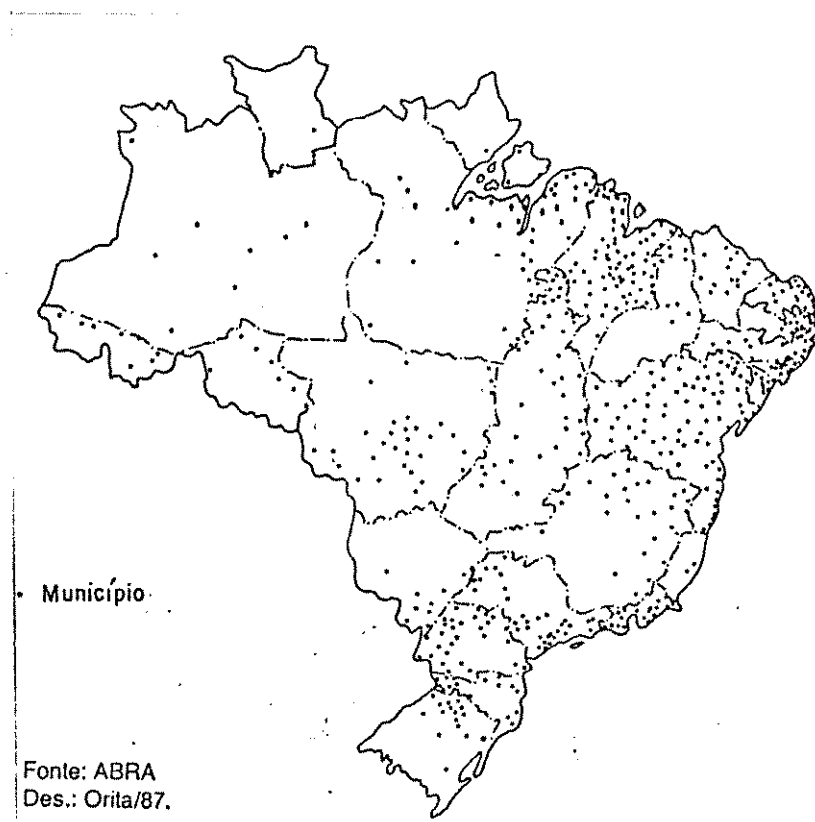
"O que une riqueza extrema e miséria extrema, neste país, é o fato de que a riqueza de poucos tem sido produzida pela exploração sem limites e pela expropriação violenta de muitos, desprotegidos, que nem mesmo têm possibilidade de exigir o cumprimento legal dos poucos direitos sociais e individuais reconhecidos em lei. O Brasil atrasado e faminto não é o Brasil em vias de se tornar o Brasil moderno e desenvolvido. Ao contrário, o desenvolvimento brasileiro tem sido garantido, cotidianamente, graças à miséria da maioria" (MARTINS, 1991).

A distribuição das terras no campo é muito desigual, MARTINS aponta alguns dados quantitativos:

"No conjunto, os estabelecimentos agropecuários grandes, médios e pequenos ultrapassam o número de 5 milhões... é na distribuição dessas terras que se encontra a desigualdade: 50,4% dispõem de 2,4% da terra, enquanto que 0,4% dispõem de 45% da terra. (MARTINS, 1991).

Os municípios com conflitos de terras em meados da década de 80, estão ilustrados no mapa abaixo, seguido pelo mapa que ilustra o número de mortos em conflitos de terra, praticamente na mesma época.

FIGURA 2 - CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL (início da déc de 80)



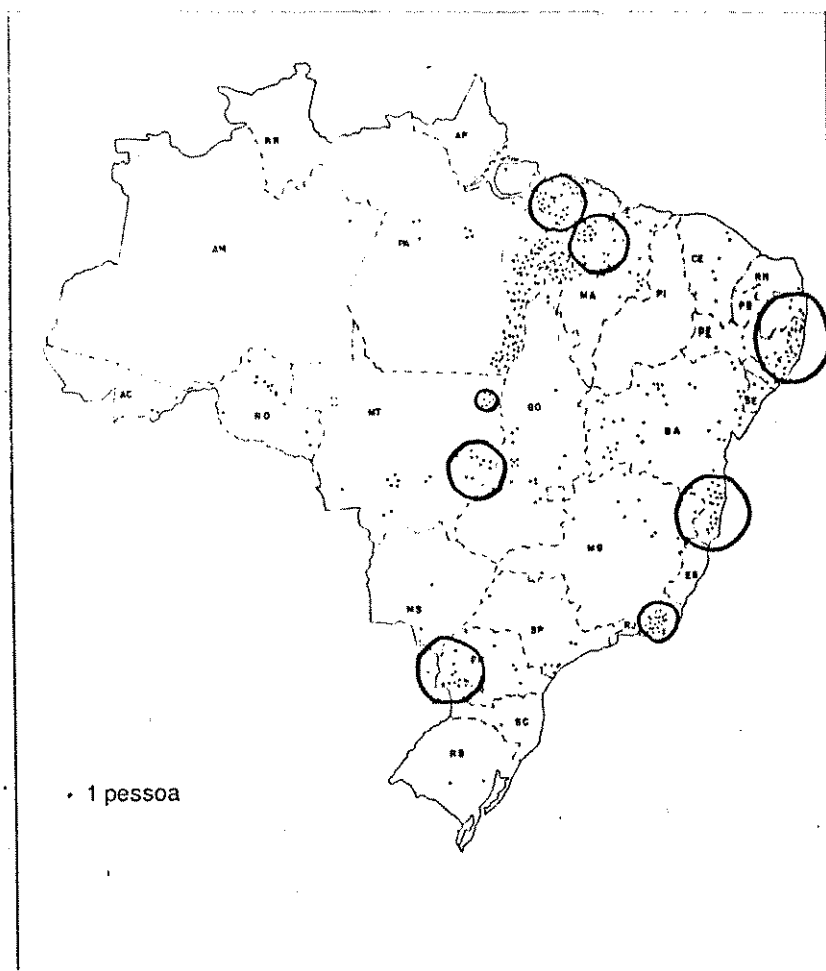
Fonte: OLIVEIRA, A.U. Geografia das lutas no campo.
Contexto, 1988, SP.

FIGURA 3- CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO (final 1980 e início de 1990)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
CONFLITOS DE TERRA	636	643	582	621	500	401	383
Assassinatos	125	105	109	93	56	75	49
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533	191.550	242.196
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722*
CONFLITOS TRABALHISTAS							
Número de conflitos	76	95	109	59	66	47	43
Assassinatos	14	17	24	9	9	4	5
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	366.069	307.123
TOTAL DE CONFLITOS							
Número de conflitos	712	729	691	680	566	448	426
Assassinatos	139	122	133	102	65	79	54
Pessoas envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513	557.619	549.319
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722*

Fonte: STÉDILLE e Frei Sérgio. A Luta pela terra no Brasil. Scrit-
ta, 1993, SP.

FIGURA 4 - MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL (meados da déc. de 70 até início de 80).



Fonte: OLIVEIRA, A. U. Geografia das lutas no campo. Contexto, 1988, SP.

Além dos fatores já citados, como causas dos conflitos no campo, OLIVEIRA (1988) destaca o fator de elaboração e implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária, bem como a formação da UDR - União Democrática Ruralista, em defesa dos latifundiários. O mesmo autor indica a situação atual dos vários movimentos sociais no campo:

- indígenas lutando pela demarcação de seu território;
- luta dos posseiros pela sua terra de trabalho;
- luta dos peões contra a peonagem;
- luta dos camponeses contra as desapropriações nas grandes obras do Estado;
- movimento dos camponeses contra a subordinação da indústria;
- movimento dos brasiguaios, brasileiros que migraram para terras paraguaias, vivendo à mercê da estrutura ditatorial daquele país.
- movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST).

Todos esses movimentos demonstram a dinâmica dos sujeitos diretamente ligados à terra. O M.S.T., como já foi dito, é o mais articulado atualmente, recebendo apoio de várias entidades tais como Igreja (alguns setores), Partidos Políticos e Sindicatos.

Portanto, podemos dizer que nos anos 80 e 90, devido à abertura política, houve um crescimento dos movimentos sociais tanto rurais, quanto urbanos. Porém, a causa principal dos surgimento desses movimentos é o avanço das estruturas capitalistas no campo gerando a desigualdade, a injustiça social; conseqüentemente

há a destruição de uma cultura camponesa. No caso dos movimentos sociais no campo, devido os interesses divergentes, muitos indivíduos são mortos numa luta pelo "poder" (latifundiários/UDR) de um lado e, de outro, trabalhadores rurais lutando pela sobrevivência. Até quando?

Como afirma GOHN:

"Os anos 80 iniciaram-se com movimentos sociais fortalecidos. Recém-criados a partir da conjuntura política brasileira dos anos 70, vários movimentos sociais haviam acabada de dar um grande salto qualitativo, saindo das reivindicações isoladas para formas agregadas mais amplas das demandas populares, como foi o caso da luta por creche, pela moradia, pelos transportes, etc." (GOHN, 1991)

Para os anos 90 SCHERER-WARREN(1993) dá ênfase às parcerias entre os movimentos sociais e agentes políticos, tais como movimento sindical (CUT), partidos políticos, entre os quais, o PT e as entidades conhecidas como ONGs, que têm realizado um trabalho de apoio junto aos movimentos sociais.

O MST surge em fins da década de 70, tendo sua organização sido concretizada na região sul do país, onde o fator modernização agrícola estava expropriando muitos trabalhadores rurais. É a partir de meados da década de 80 e início de 90 que o MST começa se espacializar a nível de Brasil, organizando ocupações de terra em 19 estados.

Hoje, 30/05/94, ouvimos o noticiário do JORNAL NACIONAL, sobre o MST, afirmando que "mais uma invasão dos Sem-Terra no estado de São Paulo", preocupa o presidente da República, que reco-

nhece a capacidade de articulação e organização dos trabalhadores rurais, pelo referido movimento.

O JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, do dia 22/05/94, fez uma crítica ao MST, afirmando que "a organização segue um modelo paramilitar" e que as "normas de comportamento" dos sem-terra foram fixadas em uma cartilha de disciplina. Enfim, denuncia um regime autoritário, existente dentro do MST, onde os sem-terra seriam proibidos de fazer críticas ao Movimento. Aos que forem considerados "culpados" o MST prevê punições.

Sabemos que as cartilhas e outros documentos do M.S.T., são veículos através dos quais se torna possível manter a linha política do movimento, a organização do mesmo e, garantir o crescimento do movimento, ou seja, das ocupações de terra no Brasil. Por outro lado, percebemos a presença de uma "pedagogia autoritária" tanto nesses documentos produzidos pelo MST, como nos cursos de formação de lideranças. Muitas lideranças se tornam "modelitos" do MST, reproduzindo termos aprendidos nos referidos Cursos de Formação.

Os artigos presentes na mídia, recentemente, podem ser entendidos num contexto de "disputas políticas", partidárias. Nesse sentido, o JORNAL A FOLHA DE SÃO PAULO, do dia 30/05/94, retoma as críticas ao MST, à formação das lideranças. Afirma que "os líderes do sem-terra recebem formação política. O MST se associou à CUT e a setores da Igreja Católica para criar um centro de formação em Braga-RS (...) Os "cadernos de doutrinação" do MST são o material de revolucionários como Guevara e um calendário das lutas populares (...) ". Após tecer algumas destas críticas ao MST,

apresentam o apoio do PT (Partido dos Trabalhadores) às invasões dos Sem-Terra. Enfim, demonstra claramente que o que está em jogo são críticas ao MST e, conseqüentemente, ao PT, à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Indiretamente, fica explícito que se o PT ganhar as eleições a nível federal, as "invasões" de terra, aumentarão.

Outros artigos foram escritos e continuarão sendo, faz-se necessário uma análise crítica dos mesmos, para não cairmos numa "crítica não fundamentada" ao MST.

A seguir, analisaremos o surgimento do MST a nível de Brasil.

2.1 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST.

"O trabalhador cansado
de escutar tanta promessa
resolveu se organizar
lutando pra sair dessa
com a enxada na mão
resolveu entrar no chão
pois não tem solução
do lado desse patrão..."
(Com a enxada na mão. Autor anônimo)

O objetivo deste item é contextualizar historicamente o MST, bem como descrever sua organização interna e externa. O entendimento do processo histórico do MST, bem como de sua organização, nos permitirá analisar os depoimentos das lideranças, que atuam na região do Pontal do Paranapanema.

Para reconstrução histórica do MST, precisamos primeiramente responder algumas questões como: Quem são os sem-terra? Como

se organizam? Como e porque se mobilizam? Quais os resultados alcançados com as mobilizações? entre outras questões.

Segundo STÉDILE e FREI SÉRGIO (1993), as categorias de trabalhadores rurais denominados sem-terra são os parceiros, arrendatários, posseiros, assalariado rural, pequeno agricultor e filhos de pequenos agricultores.

GRZYBOWSKI salienta que:

"Sem-terra é por definição, um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar sua identidade..." (GRZYBOWSKI, 1991).

A origem do MST está ligada ao modelo de modernização da agricultura e concentração fundiária, principalmente. Atrelado a isso, vem a resistência dos trabalhadores rurais que são excluídos do processo produtivo, por conta dessas transformações no campo.

Como mostra STÉDILE e FREI SÉRGIO (1993), o MST não tem data específica de início; surge ao mesmo tempo em vários estados, principalmente a partir de 1978.

Alguns fatos conhecidos ocorreram nos Estados do Rio Grande do Sul (Fazenda Macali e Brilhante); Santa Catarina (Fazenda Burro Branco); São Paulo (Fazenda Primavera); Mato Grosso despejo de famílias parceiras; Paraná construção da barragem de Itaipu, bem como em muitos outros Estados.

Como afirma STÉDILE e FREI SÉRGIO (1993):

"Todas essas lutas foram vitoriosas e conquistaram as terras. No entanto, essas iniciativas eram isoladas. Não havia nenhum contato entre uma ocupação e outra. A partir de 1981, passaram a acontecer então encontros entre as lideranças dessas lutas localizadas. Esses encontros eram promovidos pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns encontros eram promovidos no próprio Estado, outros a nível regional e, finalmente, como resultado dessa articulação das várias lutas que estavam acontecendo, realizou-se em janeiro de 1984, em Cascavel (Pr), o I Encontro Nacional dos Sem-Terra. Esse encontro nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, a nível nacional..." (STÉDILE E FREI SÉRGIO, 1993).

Após esse I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em 1985, outros foram realizados a nível nacional, estadual e regional. Nesses encontros são eleitas as futuras lideranças, nas três dimensões, nacional, estadual e regional, que coordenarão o movimento.

Foram definidos os princípios do M.S.T. durante o I Encontro Nacional e três grandes objetivos foram destacados, ou seja, luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta por uma sociedade mais justa.

Os objetivos do MST são os seguintes:

- 1- Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2- Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados;
- 3- Ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;

- 4- Organizar os trabalhadores rurais na base;
- 5- Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- 6- Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 7- Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina.
- 8- Lutar pela Reforma Agrária.

A palavra de ordem do MST "OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR" foi definida em 1989, em março, quando da realização do V Encontro Nacional dos Sem Terra.

A preocupação do MST é garantir a organização e participação da base, através da formação de lideranças; articulação com partidos e sindicatos, tendo em vista a necessidade do apoio dessas entidades, no sentido de garantir maior conscientização, mobilização e maiores resultados.

Os determinantes do surgimento do MST são citados por STÉDILE E FREI SÉRGIO:

-fatores econômicos: decorrentes da concentração fundiária, bem como expansão da modernização da agricultura. Com a modernização, muitos fazendeiros passaram utilizar maquinários, dispensando um grande número de trabalhadores; além da expansão de monoculturas da soja, cana e algodão, reduzindo o número de trabalhadores, que no caso das antigas fazendas de café, ocupavam um grande número de mão-de-obra;

-fatores sociais: os trabalhadores excluídos da agricultura migravam, seja para as cidades, seja para outros estados,

principalmente do norte, devido ao fator de colonização da região. A migração deixou de ser uma saída a esses trabalhadores, devido ao fracasso da colonização (condições precárias de vida, falta de apoio à produção, etc.), principalmente na Amazônia. Os empregos na cidade reduziram, pois o surto da industrialização estagnou;

-fatores políticos: conscientização dos trabalhadores da necessidade de se organizarem para permanecerem no campo. Trabalho que foi realizado principalmente pelas pastorais rurais, destaque para a CPT.

-surgimento de um novo sindicalismo: alguns deixaram a função simplesmente assistencialista e passaram a estimular e apoiar a luta pela terra;

-processo de abertura democrática: possibilitou a organização dos trabalhadores em sindicatos e em movimentos.

A experiência vivenciada pelos trabalhadores rurais que migravam, fez com que a resistência na terra se tornasse mais forte e assim a luta foi se organizando em torno da questão "terra para nela trabalhar".

"O que querem é ter terra no local de origem, no seu mundo social e cultural, e isto eles afirmam como um direito... o direito de se reintegrar como camponeses nesta sociedade" (GRZYBOWSKI, 1991).

A luta pela terra não atende apenas aos interesses dos trabalhadores rurais, é uma luta para garantir o trabalho na terra, a produção e, portanto, mais alimentos a preços mais acessíveis, além de visar amenizar a migração dos trabalhadores em dire-

ção às grandes cidades, que já estão super-povoadas ou em direção às frentes de expansão, onde as condições de vida são precárias, há o isolamento cultural, enfim, uma deterioração da vida das famílias em termos econômicos, sociais e culturais.

"O MST se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem terra, que tem caráter, ao mesmo tempo sindical (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta pela terra também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais..." (STÉDILE e FREI SÉRGIO, 1993)

O MST está estruturado da seguinte forma: Direção Nacional e Coordenação Nacional onde são feitas discussões e se define os encaminhamentos práticos; Direção Estadual, Coordenações Regionais. Dentro da Coordenação Regional, os membros pertencem a diferentes setores: setor de jornal e propaganda, setor de finanças, frente de massa, setor de produção, setor de formação e setor de educação.

Resumidamente, com base no livreto "Documento Básico do MST", citaremos as linhas políticas do MST.

Frente de massa: cujo objetivo é multiplicar e desenvolver novas formas de lutas de massa; garantir ações nacionais; desenvolver a mobilização das massas a partir do conhecimento profundo da realidade e necessidades das massas..; as formas de luta

devem ser gradativas e crescentes, seguindo um plano de ação com objetivos claros e com um determinado calendário; articular-se com as demais categorias de trabalhadores rurais e setores da cidade para a realização de jornadas unitárias e massivas de luta, no campo e na cidade, etc..

Política de alianças: cujo objetivo é participar em atividades conjuntas, buscando uma aliança estratégica e política, com as principais categorias de trabalhadores, com suas lideranças de massa e sindicatos; buscar apoio e relacionamento fraterno com as organizações de direitos humanos e solidariedade, mantendo postura de humildade e altivez; relacionar-se com todas as entidades da sociedade civil, independente de linha política, com uma prática de boa vizinhança, buscando ampliar espaços de apoio à reforma agrária e respeitando suas características; contribuir na luta para construir uma nova estrutura sindical, que transforme o sindicato numa ferramenta de luta, de massas, democrático e classista, de modo a garantir o avanço político e ideológico de todos os trabalhadores; etc...

A organização: desenvolver métodos de organização que garantam a aplicação de princípios, como: direção coletiva, divisão do trabalho, profissionalismo, disciplina, responsabilidade e estudo, planejamento, crítica e autocrítica, e vinculação com as massas; desenvolver permanentemente uma mística de nossa luta e nossas idéias junto à massa e à militância, priorizando os símbolos do MST; organizar diferentes setores dentro do movimento, especializando coletivos de militantes e garantindo a divisão de tarefas; investir na organicidade do MST em todos os níveis, priori-

zando a massificação nos assentamentos; priorizar o trabalho político com os jovens; as decisões são tomadas de forma coletiva, mas a responsabilidade pelas tarefas deve ser individual; etc..

Finanças: deve-se envolver todas as nossas bases, as massas, na busca de solução para o problema financeiro; todos os setores do MST: direção, instâncias e militantes, precisam fazer planejamento também das fontes de recursos quando programam qualquer atividade ou ação; destinar, prioritariamente, os recursos para garantir a organicidade e a infra-estrutura que promovam o desenvolvimento do Movimento como uma organização eficaz e forte, como: condições nas secretarias, centro de formação, meios de comunicação e transporte, etc....

Comunicação: jornal e propaganda: o jornal deve ser encarado como uma tarefa política importante, que toda militância e dirigentes devem ter, utilizando-o nas bases, no estudo e discussões de seus artigos, na divulgação e distribuição; garantir uma expansão permanente do jornal, para que ele chegue a um número cada vez maior de leitores; incentivar a divulgação de diferentes tipos de publicações; desenvolver uma prática de propaganda permanente, em todos os níveis de atuação; as atividades de propaganda devem ter como objetivo a difusão, persuasão e formação política, em torno do nosso projeto, etc..

Formação: o ponto de partida deve ser a prática de cada companheiro. E, a partir dela, ter acesso à teoria para que essa possibilite re-orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim, um movimento permanente prática-teoria-prática; os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos cientí-

ficos, resultar em firmeza ideológica e dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir os conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST; os quadros e militantes devem ser moldados à imagem e semelhança da organização; os militantes e dirigentes são exemplos para suas bases; o processo de formação deve ter uma continuidade para que cada companheiro possa ir crescendo e melhorando sua capacidade, etc..

Educação: transformar as escolas de 1^o grau dos assentamentos em instrumentos de transformação social e de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais com o mesmo projeto político; desenvolver uma proposta de educação que proporcione às crianças conhecimento e experiências concretas de transformação da realidade, a partir dos desafios do assentamento ou acampamento, preparando-se crítica e criativamente para participar dos processos de mudança da sociedade; produzir coletivamente a base de conhecimentos científicos mínimos necessários para o avanço da produção e da organização nos assentamentos; ampliar e fortalecer a relação entre a escola e o assentamento e entre a escola e o MST.

Produção: assentamentos e cooperação agrícola: desenvolver a produção, em maior escala de produtos agropecuários e agroindustrializados que viabilizem os assentamentos, com mercado e preços compensadores; desenvolver a mecanização agrícola, buscando o aumento da produtividade e maior aproveitamento das áreas; desenvolver projetos agroindustriais; estimular a formação de agrovilas na construção de moradias e organização da comunidade, buscando facilitar a melhoria das condições de vida; estimular e

desenvolver todas as formas possíveis de cooperação agrícola nos assentamentos como uma política capaz de gerar o desenvolvimento rural permanente e que leve ao aumento da produtividade e da produção; buscar recursos em todas as fontes possíveis para garantir linhas de crédito rural para todos os assentamentos, etc...

A linha política do movimento é direcionada à formação de uma sociedade mais justa, uma distribuição mais igualitária das terras, dos alimentos, etc. É uma luta que abrange os interesses da maioria da população, mesmo que grande parte da mesma ainda não tenha sido "conscientizada" de tal fato.

A organização do movimento busca aumentar o número de trabalhadores que lutam por terra, procura divulgar as resistências e conquistas dos trabalhadores, enfim, através dos vários setores existentes, procura conscientizar a população no sentido de lutar pela terra e, conseqüentemente, por melhores condições de vida. Assim, têm conseguido pressionar o Estado para que desaproprie áreas com posses ilegais e improdutivas.

Tendo definido as linhas políticas do Movimento, resta ao mesmo colocá-las em prática, visando seu desenvolvimento, no sentido da "transformação de uma realidade".

Alguns termos presentes nas linhas políticas do MST, merecem reflexão por parte de seus membros. Dentre eles, destacamos os seguintes: "frente de massa"; "lutas massivas"; "mobilização das massas"; "quadros e militantes devem ser moldados à imagem e semelhança da organização"; criatividade, criticidade e construção do conhecimento, estes últimos presentes na linha política da educação.

Quanto aos termos que se referem à noção de massa, FERNANDES(1993) faz uma reflexão, alertando que "o significado de massa tem um sentido pejorativo, ou seja, tira a qualidade, a essência, a própria vida de um movimento popular(...)". Assim, o autor faz uma síntese sobre os significados do termo massa, onde afirma que "na política, tanto a esquerda quanto a direita vê a massa como objeto de manipulação(...); na visão liberal, massa é vista como "incapaz" e a manipulação das mesmas ocorre via políticas assistencialistas, populistas; na visão revolucionária, massa é compreendida como potencialidade para a transformação da realidade(...) mas como a massa não sabe utilizar sua própria força, é preciso orientá-la, organizá-la e explicar qual o caminho que ela deve seguir para mudar a sua situação de alienada e explorada(.)".

Em seguida, o mesmo autor afirma que os sujeitos envolvidos na luta pela terra - trabalhadores rurais sem terra - conhecem suas diversidades, sua realidade, enfim, vivenciam um processo de aprendizado político - construção de espaços de resistência - formando assim, sua identidade de Sem-Terra. A partir dessas considerações, FERNANDES sugere o (re) pensar do termo massa dentro do MST.

Dentro da organização do MST, o termo massa merece uma reflexão, assim como o relacionamento liderança-"massa", ou seja, liderança-trabalhadores rurais sem-terra. Nos referimos, especificamente ao Pontal do Paranapanema-SP, onde algumas práticas de liderança se tornam autoritárias, ordens de cima para baixo.

A crítica é dirigida à linha política do Setor de Formação, onde está explícito que "as lideranças devem ser moldados à

imagem da organização do MST". O termo moldado indica reprodução de conhecimentos e atitudes.

A idéia de moldar as lideranças vai totalmente contra às idéias de criatividade, criticidade e construção de conhecimentos implícitos na linha política do Setor de Educação.

No Setor de Educação, há referência à escola como instrumento de transformação social e de formação de militantes do MST. Será que não está havendo uma distorção na função da Educação formal?

Entendemos que a Educação deve garantir ao menos a formação do cidadão, que de certa forma está implícita nas propostas educacionais do Setor de Educação do MST. Nossa preocupação é quanto à formação de militantes do MST, acreditamos que a escola não tem essa função, mesmo em assentamentos rurais. Sua função é sim, trabalhar a partir da realidade de seus alunos assentados, no sentido de construção de um conhecimento elaborado e contextualizado historicamente. Nesta linha, a escola estaria formando sujeitos pensantes e ativos, que poderiam se tornar militantes do Movimento.

Acreditamos que o (re)pensar, principalmente da linha política de formação das lideranças, pode levar a um crescimento do Movimento, onde as opiniões particulares de cada indivíduo que forma o coletivo Sem Terra, vêm enriquecer a organização. Caso contrário, poderemos ter um Movimento de "modelinhos" pregando as idéias de uma "cúpula revolucionária".

Quanto à linha política Organização, no que se refere à idéia de "desenvolver permanentemente uma mística de nossa luta e

nossas idéias junto à massa e à militância(...)" significa privilegiar o conteúdo subjetivo de cada indivíduo do coletivo. Não percebemos a preocupação com a subjetividade em nenhum dos pontos destacados pelo MST.

Por outro lado, o desenvolvimento da mística, das representações construídas pelos trabalhadores sem terra durante os vários Encontros realizados pelo MST, que presenciamos, pode ser articulada ao papel que a religião exerce no imaginário camponês e ao papel exercido pelos agentes pastorais.

GAIGER(1993) destaca estratégias pedagógicas utilizadas por agentes religiosos, no sentido de preservar o sentimento de esperança e a crença na luta coletiva, entre os camponeses. Dentre essas estratégias, podemos lembrar as constantes caminhadas realizadas pelos trabalhadores rurais; os símbolos utilizados, a leitura de textos bíblicos, com finalidade de refletir as experiências/vivências de cada indivíduo no coletivo sem-terra.

Cultivar a criatividade e a motivação dos trabalhadores para a prática de luta coletiva, é fundamental para o desenvolvimento do MST. Juntamente com a criatividade, torna-se necessário desenvolver a autonomia, principalmente entre os indivíduos lideranças, de forma que estes pudessem desenvolver/construir a mística do MST com os demais trabalhadores. A mística é uma construção cotidiana e não mera reprodução de atitudes.

Quanto à proposta dos Sem Terra para a Reforma Agrária no Brasil, engloba os seguintes itens:

-desapropriação de latifúndios, ou seja, daquelas propriedades mal aproveitadas. No Brasil, segundo STÉDILE

- e FREI SÉRGIO, 180 milhões de hectares são caracterizados como latifúndios;
- desapropriação das terras de propriedades de multinacionais. Segundo os mesmos autores, empresas estrangeiras ocupam mais de 30 milhões de hectares de terra, sendo a maior parte das terras para especulação;
 - definição de um tamanho máximo para a propriedade rural, pois existem propriedades com mais de um milhão de hectares no Brasil;
 - contra a colonização, tendo em vista o fracasso da colonização dirigida pelo Estado, o MST propõe a colonização espontânea;
 - uma política agrícola voltada para o pequeno produtor: apoio e estímulo aos pequenos produtores, crédito rural acessível, seguro agrícola, política de preços e assistência técnica adequada;
 - autonomia para as áreas indígenas: demarcação de suas áreas, sendo que muitas delas foram ocupadas por fazendeiros e por posseiros; problemas de invasão das terras indígenas, por madeireiros, garimpeiros, empresas mineradoras, etc.
 - áreas de irrigação do nordeste: desapropriação das áreas nas proximidades dos açudes e barragens públicas. Repartir a água;
 - Investigação e punição dos assassinos de trabalhadores rurais;

-Cobrança sumária do Imposto Territorial Rural - ITR.
Cerca de 80% dos grandes latifundiários não pagam o imposto.

A luta e resistência dos trabalhadores rurais é apoiada por várias entidades, denominadas por LISBOA, de mediadores do movimento. Esses mediadores são caracterizados pela autora da seguinte forma:

Igreja Católica: A Igreja Católica enquanto instituição (conjunto de atores religiosos em interação entre si e com as demais instituições) até a década de 70 apoiava o Estado nas suas posições sobre a questão agrária no Brasil.

A partir da década de 70, setores da Igreja Católica começam a produzir uma série de materiais mostrando um estado de insatisfação com a situação social no campo. Através da CNBB, começa a se desenrolar o processo de mudança da Igreja. São criadas instituições dentro das quais fiéis poderiam mobilizar-se contra as condições sócio-econômicas vigentes. Dentre as instituições aprovadas estão a CIMI (Conselho Indígena Missionário); Encontro Nacional Inter-Eclesial e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). A partir de então forma-se o grupo "Igreja do Povo", respaldado pela Teologia da Libertação.

A autora mostra que no oeste catarinense, em muitos assentamentos, os trabalhadores conheceram o MST via igreja, mas que atualmente está havendo um distanciamento igreja-trabalhadores, por conta de que as celebrações, que antes eram quase diárias, hoje já não são mais frequentes, isso causa desânimo no povo que participava diariamente. Outro aspecto apontado seria o próprio desenvolvimento político do MST, onde a igreja passa, portanto, a ter um papel político menos importante.

São duas causas principais desse distanciamento, a saber: a desarticulação da ala Progressista da Igreja Católica, por conta dos conservadores, do próprio Vaticano; o crescimento do Partido dos Trabalhadores e suas estratégias de luta, visando uma "sociedade mais justa".

Realmente, alguns setores da Igreja têm apoiado as lutas dos trabalhadores rurais e, assim, apoiado o crescimento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. São importantes os espaços comunicativos desenvolvidos por ela, bem como as missas, caminhadas que são realizadas, possibilitando a fé, a solidariedade, o reconhecer-se dos trabalhadores enquanto grupos de iguais.

É comum encontrarmos entre as lideranças do MST, pessoas que conheceram o movimento através da igreja, ou pessoas cuja participação em grupos de jovens levou-os a formação de uma consciência social mais crítica.

- CPT: Comissão Pastoral da Terra, nasce em meados da década de 70, num Encontro Pastoral sobre a Amazônia Legal, no sentido de colaborar para que as igrejas locais conhecessem a realidade de vida do povo do local. (LISBOA, 1988)

LISBOA cita alguns dos principais objetivos da CPT:

- . criar condições e estimular o povo a organizar-se, construindo instrumentos livres e autônomos em todos os níveis;
- . possibilitar em linguagem adequada o conhecimento da realidade, das causas dos problemas e dos direitos dos trabalhadores do campo, alguns deles reconhecidos nas leis existentes.

Portanto, o objetivo central seria o de ajudar o povo a pensar sua própria realidade e a partir de então, traçar suas próprias estratégias de luta.

Recentemente, alguns setores da Igreja Católica, têm participado no sentido de apoiar o Movimento.

A liderança que alguns pastorais exerciam entre os trabalhadores rurais sem-terra, diminuiu devido, principalmente, às novas lideranças que foram sendo formadas pelo MST, com o objetivo de construir uma direção política dos trabalhadores. Essa formação de líderes do próprio MST, que direcionassem o processo, faz parte de um dos objetivos do MST, fixados no I Encontro Nacional dos Trabalhadores, em 1985.

- Partidos Políticos: o apoio dos partidos ao MST tem vindo por parte do Partido dos Trabalhadores e em algumas áreas pelo apoio do PMDB. Nas manifestações e atos públicos sempre há presença de algum membro desses partidos. Há algumas contradições, por exemplo, alguns membros partidários se engajam na luta com intenção de obter apoio político em eleições, não havendo o interesse em trabalhar no sentido de organizar, desenvolver o movimento; como é a preocupação da ala progressista da igreja.

- Sindicatos: "a partir da década de 60 foi criado o Sindicato Rural e teve grande estímulo com o surgimento do FUNRURAL que trazia os benefícios da Previdência Social ao campo. A partir de 1971, a gestão da Previdência foi entregue aos sindicatos" (LISBOA, 1988).

No decorrer da década de 70 o movimento sindical rural realiza a II e III CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), tendo como bandeira de luta a Reforma Agrária, bem como a aproximação de trabalhadores rurais e urbanos.

Na década de 80 cria-se a CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A CUT, segundo LISBOA(1988:142) "se preocupou em ampliar suas bases no sindicalismo rural, através do estímulo de oposições sindicais e fundação de novos sindicatos (...) na tentativa de construir um sindicalismo mais combativo". Propõe-se como um sindicato onde realmente o trabalhador tenha participação.

é notório, em todas as caminhadas e passeatas do MST, a presença de bandeiras da CUT. Quanto à formação de sindicatos rurais combativos na prática, na região do Pontal do Paranapanema, ainda está por ser construído.

Percebe-se que o movimento social dos trabalhadores rurais sem terra é mediado por várias entidades, sendo destacado o papel que a Igreja tem na formação e crescimento do movimento, onde muitos membros/padres se dispuseram a discutir, por exemplo, questões da bíblia com os trabalhadores, porém realizando uma interpretação em conjunto da mesma e relacionando com a realidade vivida em cada local. Além das caminhadas, que procuram unir o povo, dando ânimo para a luta continuar.

Os Partidos e os Sindicatos têm dado apoio ao movimento em várias regiões, porém, é preciso tomar cuidado com as medidas assistencialistas e com interesses apenas eleitorais por parte de muitos partidos. É claro que a Reforma Agrária é a luta de todos os sem terra, contra as injustiças sociais, não pode ser confundida com objeto eleitoral.

Diante de todos esses movimentos sociais no campo, muitas medidas políticas são tomadas, em sua maioria, favorecendo os interesses dos grandes proprietários e das empresas rurais, medidas que visam desarticular os trabalhadores rurais.

A criação da UDR na década de 80 vem no sentido de acabar com o MST, porém não consegue devido ao grau de organização do

mesmo.

O MST possui estratégias, formas características de luta pela terra. Dentre essas formas de luta destacam-se os acampamentos, as fortes pressões exercidas contra o latifundiário, a realização de reuniões com autoridades governamentais, os jejuns públicos, dentre outros.

Segundo STÉDILE e FREI SÉRGIO o acampamento é a forma mais importante de luta. Se constitui de vários barracos de lona, onde as famílias ou apenas o chefe da família mora, até que a justiça tome alguma providência (as providências relacionadas ao despejo das famílias do local, tomadas rapidamente). Os acampamentos são instalados em áreas concedidas pelo governo, à margem de rodovias ou ferrovias, em áreas particulares improdutivas e ilegais, etc.

No estado de São Paulo, conforme dados de FERNANDES (1993), há um total de 42 assentamentos distribuídos em áreas emergenciais, áreas emergenciais com pendência judicial e projetos concretizados pelo Estado, visando atender as reivindicações de movimentos de trabalhadores isolados.

Além dos assentamentos existem 5 projetos de reassentamentos e 10 áreas de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. ANDRADE (1993) nos mostra os assentamentos, acampamentos e reassentamentos existentes no Estado de São Paulo.

No Pontal do Paranapanema estão localizados 8 assentamentos rurais (Gleba XV de Novembro, Água Sumida, Areia Branca, Santa Rita, Santa Clara, Tucano, Santa Rosa e Ribeirão Bonito); 3 reassentamentos (Lagoa São Paulo, Rosanela e Taquaruçu) e 3 acampamentos (Canaã, Lagoinha e União da Vitória).

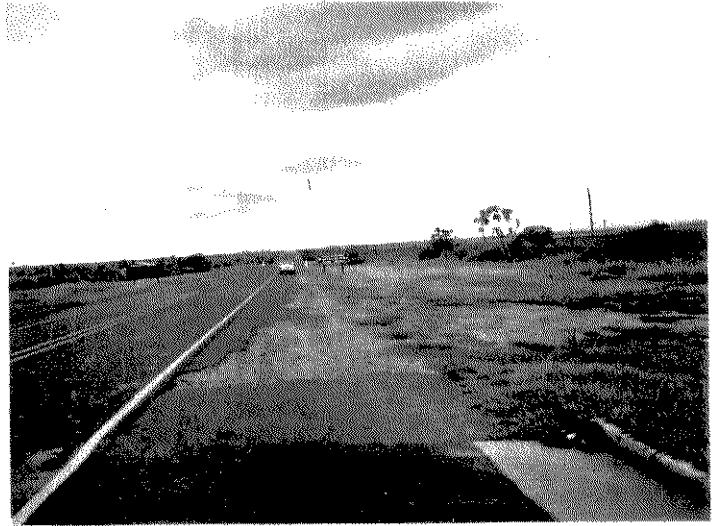
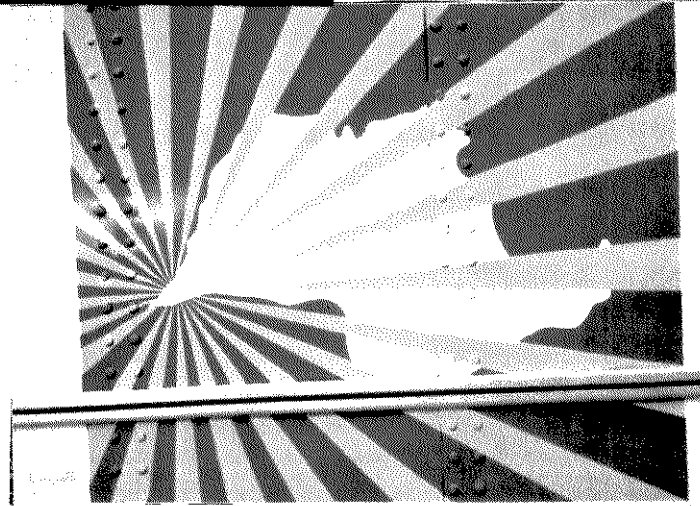
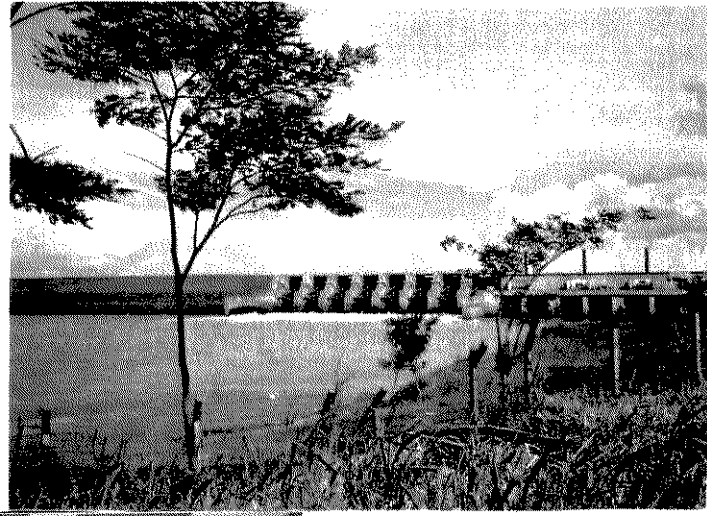
As formas de luta no Pontal do Paranapanema, mesmo antes de serem organizadas pelos militantes do MST, se constituíram, principalmente, em acampamentos à margem de rodovias e nos latifúndios grilados.

No capítulo seguinte contextualizaremos a luta pela terra no Pontal do Paranapanema, explicitando características de nossa área de pesquisa, ou seja, assentamento Gleba XV de Novembro, assentamento Santa Clara e o ex-acampamento "União da Vitória".

Podemos observar na figura a seguir, um conjunto de fotos que nos indicam algumas características do Pontal do Paranapanema. De um lado, a união dos trabalhadores rurais (MST) em um dos despejos ocorridos na Fazenda São Bento (Foto cedida por Bernardo Mançano Fernandes), de outro lado uma das usinas hidrelétricas, resultado das políticas da década de 70. Outra mostra uma plantação de algodão, resultado concreto da atuação conjunta de trabalhadores sem terra, que conseguiu a desapropriação de parte da Fazenda Santa Clara. A foto ao centro, presente na lateral de um dos ônibus que circulam dentro da Gleba XV de Novembro, enfatiza o Pontal como centro das hidrelétricas, "levando energia ao resto do Estado". Por último, a foto de uma estrada, com terras ociosas dos lados. É uma pequena amostra da visão temos, quando viajamos de Presidente Prudente à Rosana, por exemplo.

CAPÍTULO 3

A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP.



O Pontal do Paranapanema, conforme definição da Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo/1978, situa-se no extremo sudoeste de São Paulo, dentro da 10ª região administrativa, fazendo divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, sendo formado pelos municípios de Teodoro Sampaio, Sandovalina, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Santo Anastácio, Piquerobi, Presidente Venceslau, Caiuá, Presidente Epitácio e atualmente por Euclides da Cunha e Rosana (espaços que até 1990 pertenciam à Teodoro Sampaio). (vide figura 6)

O município de Teodoro Sampaio, antes do desmembramento (Rosana e Euclides da Cunha), correspondia a pouco mais de 1% da área total do estado de São Paulo, sendo portanto, um dos maiores municípios do estado, senão o maior.

Segundo definição da União dos Municípios do Pontal (UNIPONTAL) o Pontal é constituído por 15 municípios, ou seja, acrescenta-se à definição acima os municípios de Estrela do Norte, Narandiba, Presidente Bernardes e Tarabai.

A Secretaria Especial da Região Sudeste define como Pontal do Paranapanema, um conjunto de 50 municípios, incluindo Presidente Prudente e alguns municípios da Alta Paulista.

Pontal do Paranapanema é aqui entendido como área integrante da Alta Sorocabana, possuindo um total de 15 municípios, definidos pela UNIPONTAL. Os limites geográficos são: ao sul, o Rio Paranapanema; ao norte, o Rio do Peixe; ao sudoeste, o Rio Paraná e a leste, a cidade de Santo Anastácio. é uma região de grandes contrastes sociais. (Vide figura 7).

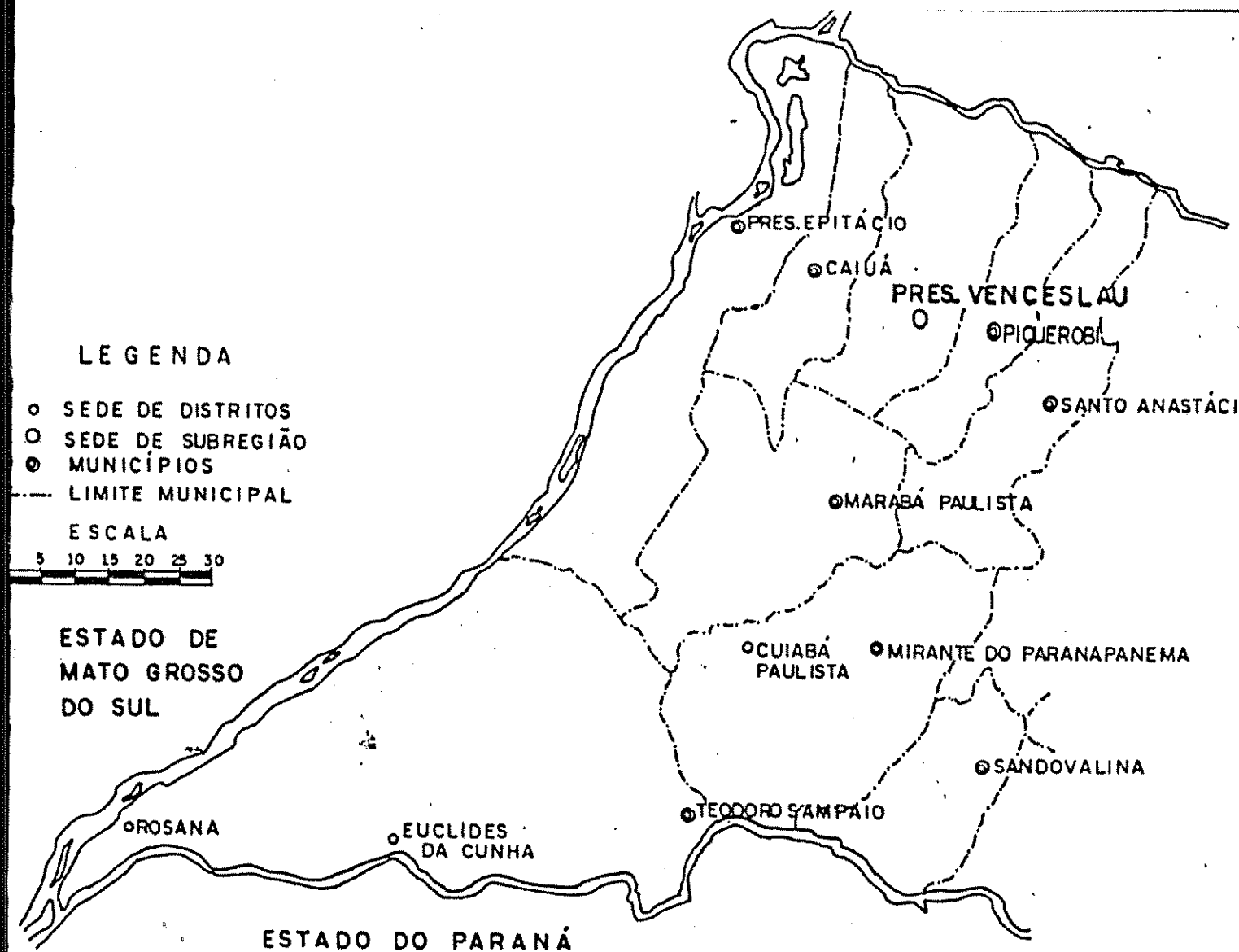
Segundo LEITE(1981:37) a região denominada Pontal do Paranapanema, "seria parte integrante de uma antiga posse de terras, denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio(...)".

Ainda quando se fala em Pontal do Paranapanema, é relevante lembrar a criação das Reservas Florestais. A primeira foi criada em 1941, denominada Morro do Diabo. Em 1942 foi criada a Reserva Lagoa São Paulo. No mesmo ano, foi criada a Grande Reserva do Pontal, totalizando uma área de quase 300.000 hectares.

A criação destas reservas florestais é contextualizada dentro da "preocupação dos governantes para com a área natural do país", que criou no início da década de 20 o Serviço Florestal Brasileiro. Os códigos de caça, pesca e florestal apenas foram criados na década de 30.

As reservas foram criadas, não havia fiscalização florestal, logo as derrubadas foram contínuas. Áreas de pecuária eram criadas e outras com algumas culturas tais como algodão, batata, madeiras de lei, café, mamona, amendoim, entre outros.

FIGURA 6 - MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO (englobando Rosana e Euclides da Cunha Paulista)

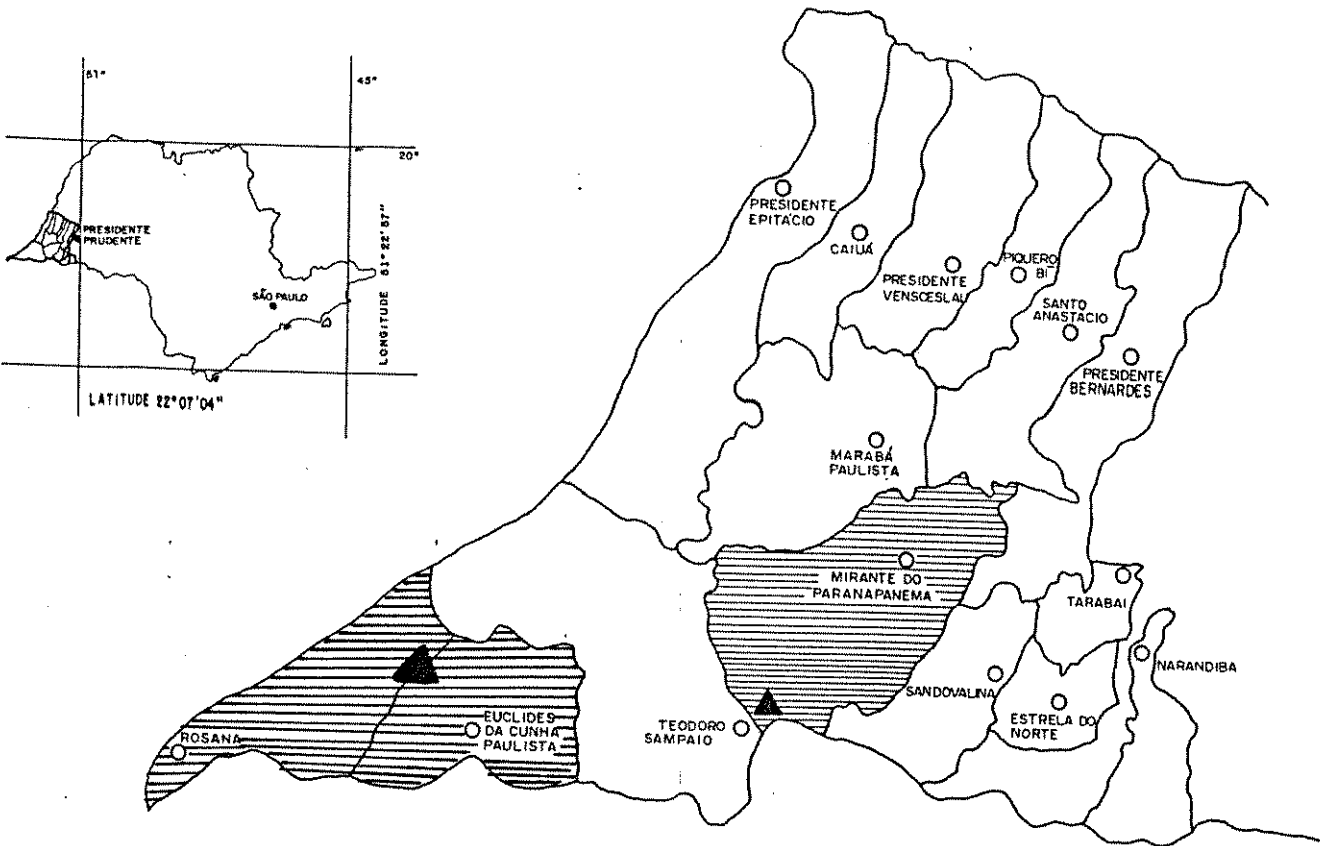


FONTE: Secretaria de Economia e Planejamento-Série Documental-
PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-1978

ORGANIZ. Maria Antonia de Souza

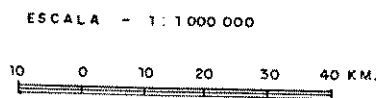
DESENHO: Maria S. Akinaga Botti

FIGURA 7 - PONTAL DO PARANAPANEMA



N D A
 SEDE MUNICIPAL
 LIMITE MUNICIPAL
 ÁREA DE PESQUISA -
 REPRESENTAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

FONTE : DIVISÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1988



Fonte: ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. A conquista da terra pelo MST e a estrutura fundiária no Pontal do Paranapanema. Monografia de Bacharelado. UNESP-Pres.Prudente, 1993.

O entendimento da questão agrária no Pontal nos remete à reconstrução do processo de ocupação dessa região. As pesquisas de As pesquisas de LEITE (1981) E ANTONIO (1990) retratam esse processo de ocupação do Pontal, bem como os conflitos sociais decorrentes da ilegalidade das terras e da concentração fundiária.

LEITE (1981) reconstitui o processo histórico, apontando detalhes da ocupação da região denominada Pontal do Paranapanema.

O marco principal de ocupação do Pontal foi a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, em início do século XX.

Desde meados do século XIX, havia preocupação dos governantes em ocupar a região do Pontal do Paranapanema. Em primeiro lugar devido o fato de que, a partir da região de Botucatu em direção ao interior, o estado estava totalmente "desocupado". Havia apenas alguns grupos indígenas, pois as missões jesuíticas haviam sido destruídas pelas bandeiras paulistas e os índios aprisionados para o trabalho na lavoura de café, na região de São Vicente e Piratininga.

Era sabido que o Paraguai tinha interesse em expandir-se territorialmente, em anexar as terras do Mato Grosso. Nesse sentido, D. Pedro II cria as colônias militares de Nioac, Brilhante, Dourados e Miranda, em território matogrossense, além do estabelecimento naval de Itapura.

O Forte de Itapura, localizado na confluência do Rio Tietê com o Paraná, no oeste paulista, foi o único povoado da região, durante meados do século passado.

A construção da estrada de ferro Sorocabana foi incentivada pelo governo federal, por estratégias político-militares. A

estrada de ferro chega à barranca do Rio Paraná, em Presidente Epitácio por volta de 1922.

Com os trilhos da Estrada de Ferro, cresce a procura de terras para a plantação de café, surgindo daí os municípios e distritos.

"A confusão gerada em processos de vendas de glebas de terras era enorme, em decorrência do desenvolvimento do território e, em consequência da localização duvidosa dos acidentes geográficos, principalmente dos rios, suas nascentes, etc."(LEITE.1981:32).

LEITE (1981) cita o Pontal do Paranapanema como uma região de conflitos antigos e que se devem aos seguintes fatores:

1- Até 1850 a posse das terras no Brasil era realizada nas paróquias. As posses demandadas eram registradas pelo vigário em seu livro de posses. A legitimação das terras era feita através de um pedido ao Ministério da Agricultura. Nesse pedido registrava-se os limites da área, bem como o período de ocupação da mesma.

2- Desconhecimento do território, ou seja, o vigário não conhecia as áreas cuja posse era demandada. A ausência de um mapeamento correto da região, tornava o processo de vendas de lotes muito confuso.

Não havendo legislação definida para a questão da propriedade da terra no Brasil, praticava-se a declaração de glebas, via escrituração nos livros paroquiais.

"Quando o interessado requeria a legitimação da posse em juízo, a autoridade mandava apurar a veracidade das informações constantes no requerimento... tudo legalizado, denarcava-se a área da gleba e expedia-se o título de legitimação" (LEITE, 1981).

Assim, as terras foram sendo delimitadas, vendidas, tornando-se heranças, até chegar aos nossos dias.

ANTONIO (1990) relata que o processo de ocupação do Pontal foi feito por grandes e pequenos posseiros. Os últimos ocupavam as áreas ribeirinhas, enquanto que os grandes eram os grileiros, ou seja, aqueles que falsificavam os documentos, com intuito de delimitar grandes áreas de terras. Para falsificar os documentos, os grileiros utilizavam-se de canetas e selos da época do Império; passavam gordura nos mesmos e colocavam em cima do fogão para ficar amarelado. Em seguida guardavam em gavetas, junto com grilos. Esses grilo iriam furar os documentos e neles deixar seus dejetos, com isso os documentos ficavam com aparência de velhos e eram utilizados para a legalização de terras.

Com a legitimação das terras, os supostos proprietários podiam trazer migrantes e imigrantes para ocupar a região. A construção da ferrovia Sorocabana vem acelerar o processo de ocupação no início do século XX, com ela chegam muitos migrantes, principalmente nordestinos.

Essa área não foge aos acontecimentos sociais em termos de Brasil. No início da colonização dessa região várias tribos indígenas foram destruídas. As pessoas responsáveis pelo processo de

colonização desta área planejaram a derrubada da mata, iniciando alguns cultivos para que parte das terras não ficasse ociosa. Até meados do século XX a ocupação da Alta Sorocabana ocorreu nas proximidades dos trilhos ferroviários. A partir destes, as frentes pioneiras começaram a avançar em direção aos vales do Rio do Peixe e Paranapanema. Para trabalhar neste espaço, tiveram grande importância os trabalhadores migrantes, principalmente nordestinos e também os imigrantes japoneses, húngaros e alemães. Segundo ANTONIO, seriam os trabalhadores migrantes, principalmente, os que futuramente questionariam o direito de posse e propriedade da terra, acirrando assim, o conflito social no Pontal.

A partir da década de 70, a CESP e o PROÁLCOOL, contextualizadas no "Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema", política da Secretaria da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, criada no final da década de 70, iniciaram construção de hidrelétricas e usinas de álcool na região. Com a implantação desses projetos foi-se modificando a configuração desta região; foram construídas vilas-pilotos do complexo hidrelétrico Paraná-Paranapanema. O setor de serviços foi se aprimorando; novas estradas foram construídas e pavimentadas; cresceu o transporte de passageiros; aumentou o número de empregos, amenizando temporariamente a questão do desemprego.

Enfim, o espaço foi sendo produzido aos poucos e deixando marcas profundas: desmatamento; migrantes chegando para o trabalho nas novas obras (hidrelétricas e usina de álcool); mais tarde, houve desaceleração no processo de construção dessas obras, conseqüentemente houve desemprego e novos conflitos em torno da

terra.

Com a construção dos lagos hidrelétricos, grande número de pequenos trabalhadores rurais (posseiros) que ocupavam as margens dos rios, tiveram que ser transferidos para uma outra área (foram desapropriados). A princípio, a construção das usinas hidrelétricas prometia eletricidade para toda a região local, além de outras regiões e prometia também emprego para muitas pessoas. O que não se previa é que com a desaceleração no processo de construção dessas usinas, muitos trabalhadores seriam desempregados e a miséria social aumentaria; além do que, com a formação dos lagos, muitos trabalhadores ribeirinhos seriam desapropriados (transferidos para outras áreas). A partir daí se fortalece a ação estatal no sentido de amenizar os conflitos sociais.

ANTONIO (1990) faz algumas considerações a respeito da ação estatal na região do Pontal do Paranapanema, dizendo que as medidas tomadas pelo Estado, para regularizar as terras, foram contraditórias e favoreceram o sistema econômico vigente:

1- O Estado como promotor de políticas favoráveis às classes dominantes; formulador de planos para as classes subalternas. (Estado como objeto de interação estratégica);

2- O Estado permite o desenvolvimento institucionalizado do MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra), bem como da UDR (União Democrática Ruralista); um atendendo aos interesses da população rural subalterna e o outro aos interesses dos latifundiários;

3- O Estado permitiu que a sociedade tivesse conhecimento da situação jurídica das terras nesta região (situação de ter-

ras devolutas);

4- O Estado fez acordos de desapropriação de terras, implantando áreas de assentamentos;

5- O Estado incentivou investimentos econômicos e promoveu a construção de três usinas hidrelétricas;

6- O Estado, em alguns momentos, forneceu infra-estrutura para os pequenos proprietários (assentamentos);

Percebe-se nesta região, que o Estado aparece como mediador dos conflitos sociais entre os "sem terra" e os "latifundiários", mas ao lado dessa mediação, as atitudes tomadas pelo Estado, são na verdade, válvulas de escape para esses conflitos; pois a questão jurídica das terras ainda não está totalmente resolvida, e isso impede investimentos econômicos na região - grupos empresariais, sentem-se receosos de se instalarem numa área cuja "propriedade" está indefinida.

Olhando as responsabilidades da máquina estatal, parece que as áreas de assentamentos recebem todo o apoio do Estado e que tudo é perfeito. Mas acontece que a realidade é outra: as escolas estão deterioradas (assim como a maioria das escolas públicas do país); não existe política agrícola decente, ou seja, os produtos não têm no mercado um preço condizente com o preço dos produtos industrializados que os trabalhadores necessitam; a questão jurídica das terras "exige tempo" para ser resolvida, etc.

No Pontal, o início significativo do movimento dos trabalhadores rurais ocorreu na década de 60, durante o governo João Goulart, sendo desapropriada a Fazenda Rebojo, no município de Estrela do Norte. Foi um movimento onde os trabalhadores se organi-

zaram na luta pela posse da terra e não pela Reforma Agrária. Foi uma organização ao nível local, contra o latifundiário que se dizia dono das terras, mas na verdade, as escrituras eram falsas.

A partir da década de 60, foram consecutivos os movimentos; o primeiro foi o da Fazenda Rebojo (1964), em seguida foram Santa Rita, Lagoa São Paulo, Gleba XV de Novembro e muitos outros; atualmente os movimentos estão sendo organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esses movimentos devem ser entendidos como decorrência do "Programa para o Desenvolvimento do Pontal", política do Estado, que atraiu trabalhadores para a região e, que posteriormente contribuíram para a proletarização e concentração da pobreza na região.

Os sujeitos da história do Pontal do Paranapanema são os fazendeiros e os trabalhadores rurais (arrendatários, meeiros, bóias-frias e outros). Esses trabalhadores são oriundos de um processo de migração e imigração que cresceu a partir da década de 40, quando a área começou a ser mais intensamente ocupada.

A partir da década de 80 o movimento dos trabalhadores rurais é apoiado por instituições como Igreja, partidos políticos, Central Única dos Trabalhadores, etc. que auxiliam na organização dos trabalhadores, nas suas formas de mobilizações, dando assistência alimentar, mobilizando a imprensa, enfim, esclarecendo a população e mobilizando mais pessoas no sentido de estarem lutando pela terra. Também alguns pesquisadores têm dado grande atenção a esses conflitos sociais; Encontros com assentados e Encontros de professores de assentamentos, foram realizados em 1992; cursos de

capacitação de professores estão sendo desenvolvidos por profissionais da UNESP-Presidente Prudente, etc.

Com relação às entidades que apoiam o movimento, principalmente partidos políticos, é preciso que tomem alguns cuidados, ou seja, não utilizar discursos que englobem os conflitos sociais, a miséria e outros fatores, apenas para obtenção de sucesso político. Como salienta MARTINS (1991:31) quando indagado a respeito da reformulação partidária em relação ao trabalho do campo, toda a movimentação que está acontecendo em termos de formação de grupos políticos, não tem a ver com o que ocorre no campo, "ela responde à questões muito particularizadas, muito localizadas e que são fundamentalmente ideológicas".

Todos os assentamentos do Pontal são oriundos de uma situação de expropriação que vivenciavam os trabalhadores rurais não proprietários de terra, acrescida da situação jurídica mal resolvida. Nesse sentido, a consciência do coletivo forma-se no processo de conquista dos assentamentos, os indivíduos aprendem que somente a organização (união) e a resistência pode tirá-los da situação de miséria e expropriação em que se encontram.

No que se refere ao termo assentamento (NOBRE e outros, 1989:5-8), genericamente abrange as diferentes etapas da ação dos órgãos fundiários com o beneficiário, desde cadastro, classificação, seleção das famílias, transferência para a área, distribuição dos lotes, infra-estrutura básica até emissão de documentos definitivos.

As autoras acima referidas salientam que é na década de 70 que o termo é mais utilizado, quando o INCRA cria vários proje-

tos de colonização.

Nos anos 80, no contexto do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o termo assentamento assume maior sentido político.

No estado de São Paulo, é na gestão Montoro, na sua política de Valorização das Terras Públicas ociosas que é criado o programa de assentamentos.

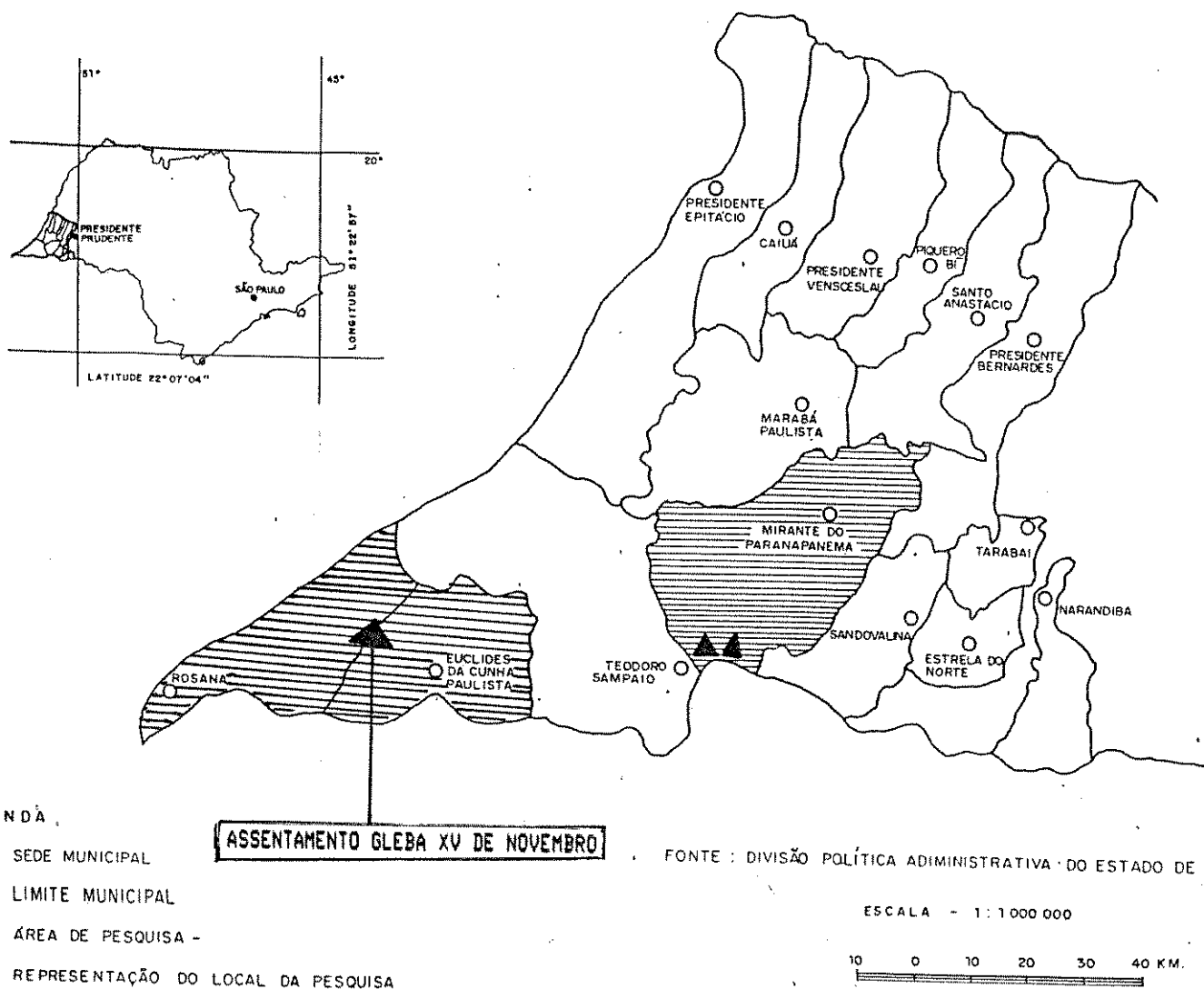
Durante este governo, vários reassentamentos (motivado pela construção das usinas hidrelétricas) e assentamentos (resultado da ocupação e reivindicação pelo acesso à terra, por parte de trabalhadores rurais).

A criação dessa política de assentamentos por parte do Governo Montoro, decorre, por um lado, dos inúmeros movimentos de trabalhadores rurais sem terra que estavam ocorrendo no estado e, por outro lado, a política de valorizar as terras públicas.

Tendo em vista que os assentamentos, objetos de nossa pesquisa, são a Gleba XV de Novembro e o Emergencial Santa Clara, além do acampamento da São Bento, a seguir apontaremos algumas características dos movimentos que resultaram na concretização desses projetos:

ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVOEMBRO

FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO GLEBA XV.



O assentamento Gleba XV de Novembro é um dos maiores projetos do Estado de São Paulo, totalizando um total de 13.310 ha, com aproximadamente 420 famílias assentadas. Localiza-se nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha.

ANTONIO (1990) destaca que a formação da Gleba XV está atrelada à desaceleração das obras hidrelétricas no início da década de 80, com a demissão de muitos trabalhadores:

"Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses - operários temporários" (ANTONIO, 1990).

MORENO (1990) reconstitui a história da Gleba XV de Novembro, mostrando que é um dos maiores projetos de assentamentos do Estado de São Paulo e que se originou de um movimento social ocorrido em 1983.

O marco da história desse movimento é dezembro de 1982, quando ocorreu uma grande enchente nos Rios Paraná e Paranapanema, desabrigando muitas pessoas que moravam às margens dos rios.

Essas pessoas foram abrigadas nos centros comunitários de Rosana e Euclides da Cunha, recebendo assistência da Defesa Civil e da Secretaria da Promoção Social.

No período que ficaram abrigadas nos centros comunitários muitas reuniões foram realizadas tendo como coordenadores, membros da Defesa Civil, Promoção Social, FEBEM, entre outros, onde se discutiam problemas do dia-a-dia e alternativas de solução

para os problemas que estavam enfrentando.

Em setembro de 1983, houve uma grande reunião, no Distrito de Primavera, havendo presença de secretários de Estado, presidente da CESP. Nesta reunião foram formados grupos de trabalhos (ribeirinhos, ilhéus e os desempregados da CESP)⁽¹²⁾, cada qual teria a responsabilidade de formular propostas de solução dos problemas que enfrentavam e enviá-las ao Estado. Muitas lideranças se originaram nesse processo de discussão em grupos de trabalho.

Em outubro de 1983, as destilarias de álcool da região, dispensaram um grande número de trabalhadores da cana. Esses se juntaram aos trabalhadores desabrigados e aos desempregados da CESP, formando assim, um grande movimento social, que começava a questionar a posse da terra na região. As discussões entre os trabalhadores eram acompanhadas por pessoas ligadas ao Estado e pessoas ligadas ao partido político PMDB.

Com a realização de uma missa religiosa, no dia 25 de outubro de 1983, para agradecer o término da colheita de cana, onde havia presença de trabalhadores rurais de toda a região e de cidades vizinhas do estado do Paraná, concretiza-se a ocupação da Fazendas Tucano e Rosanela, que ocorreu no dia 15 de novembro de 1983.

(12) Ilhéus: aqueles que habitavam as "ilhas" em áreas do Rio Paraná e Paranapanema.

Ribeirinhos: aqueles que moravam e cultivavam nas áreas que margeiam os mesmos Rios.

Desempregados da CESP: os demitidos das obras de construção das Usinas Hidrelétricas.

Os trabalhadores desempregados tanto da CESP, quanto da Usina de Alcídia, iniciaram a ocupação das terras improdutivas e devolutas do Pontal.

Em novembro de 1983, "um grupo de trezentos e cinquenta trabalhadores ocuparam duas fazendas, a Tucano e a Rosanela, ambas localizadas no município de Teodoro Sampaio". (SILVEIRA e outros, 1992).

Os trabalhadores foram despejados da área e em seguida ocuparam as margens da rodovia SP 613, formando dois acampamentos, totalizando mais de quatrocentas famílias. A maioria dos trabalhadores acampados era desempregados da CESP e trabalhadores da destilaria Alcídia.

Nos acampamentos os trabalhadores se organizaram em comissões que cuidavam da alimentação, reivindicações, crianças, educação, imprensa, montagem das barracas, entre outras.

Em meados de 1984 esses trabalhadores foram transferidos para uma área desapropriada pelo governo de São Paulo, com 13.310 ha, formando assim o assentamento Gleba XV de Novembro. Dentro do assentamento os trabalhadores criaram grupos coletivos de trabalho e grupos individuais; áreas de lavoura e áreas de pecuária.

As características marcantes dos assentados são: migração, em sua maioria da região nordestina do país, passando por diversas cidades, ou seja, a migração era uma constante na vida dessas pessoas. Recentemente, eram assalariados temporários, apenas a minoria trabalhavam nas áreas ribeirinhas. São pessoas que sempre estiveram excluídas dos meios de produção, sempre estiveram subordinadas a interesses diferentes dos seus.

Enfim, o movimento Gleba XV de Novembro surge devido ao grande contingente de mão-de-obra desempregada e em condições mi-

seráveis ou de exploração, ao lado de grandes concentrações fundiárias. Atualmente o assentamento Gleba XV de Novembro enfrenta alguns problemas de ordem interna, com relação à forma de ocupar os lotes daqueles assentados que desistiram do assentamento, que "venderam" o lote/a benfeitoria.

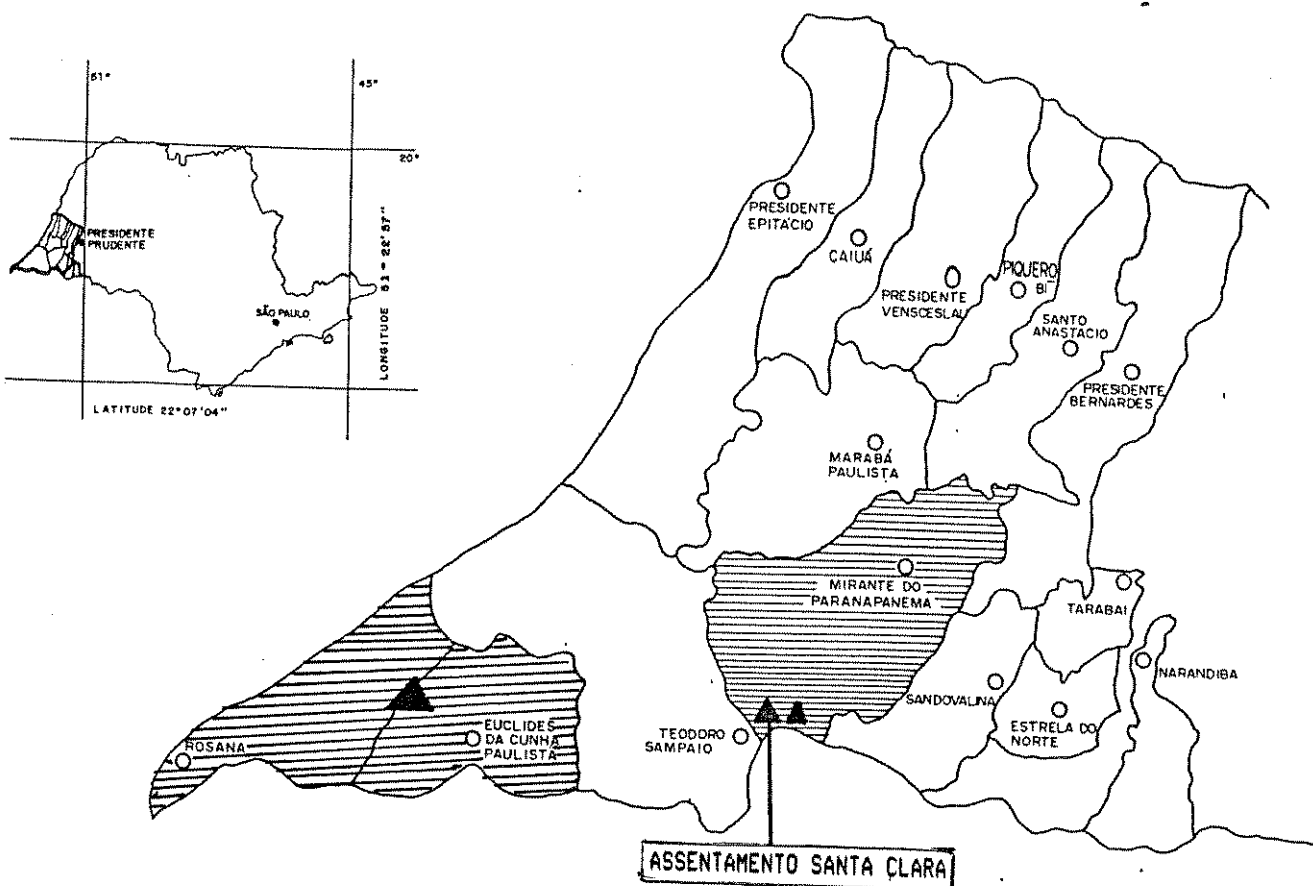
Sobre o assunto, LOURDES AZEDO - Coordenadora Regional do ITESP se pronuncia, no Jornal "Notícias do Pontal", afirmando que o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), após o levantamento de dados sobre as irregularidades existentes na Gleba XV de Novembro, tomou algumas medidas, a saber: levantou o número de lotes vendidos até então, declarando que as pessoas que compraram lotes até o mês de fevereiro de 1994 e, estivessem morando no local, teriam os lotes legalizados. No caso das pessoas que compraram lotes apenas para especulação, o ITESP, entrou com ações judiciais.

Atualmente existe uma lista de espera, assim que "vagam" lotes, as pessoas da lista, segundo classificação feita por uma comissão especializada, irão recebendo os lotes. As pessoas da lista de espera, geralmente, são os filhos de alguns assentados, que se casaram, estão com filhos e, portanto o lote do pai, apenas, não é suficiente para todos.

Mesmo com esses problemas internos, o movimento dos trabalhadores que gestou a Gleba XV de Novembro, incentivou novas ocupações no Pontal, denunciando a situação de injustiça social que aí reside. Atualmente as ocupações estão sendo realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro assentamento resultante da ação do MST na região é o Emergencial Santa Clara.

ASSENTAMENTO EMERGENCIAL SANTA CLARA

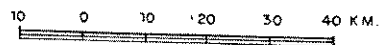
FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA CLARA.



- LEENDA
- SEDE MUNICIPAL
- LIMITE MUNICIPAL
- ▨ ÁREA DE PESQUISA
- ▲ REPRESENTAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

FONTE : DIVISÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1966

ESCALA - 1 : 1 000 000



SECRETARIA DE AGRICULTURA
 INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA

"Unidos conseguiremos
 conquistar a nossa terra
 lutando de todo o jeito
 se eles querem fazer guerra
 com a enxada na mão
 nós vamos mesmo brigar
 conquistar nossos direitos
 e este país vai renovar..."
 (Com a enxada na mão. Música Anônima).

ALMEIDA (1993) comenta sobre a organização das lideranças do MST, no sentido de ocupar as terras devolutas do Pontal.

"Em 1989, os militantes do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, conscientes da problemática agrária no Pontal, iniciaram um trabalho de organização dos trabalhadores" (ALMEIDA, 1993)

Os trabalhadores de alguns municípios do Pontal, bem como de municípios paranaenses, foram convocados para reuniões em suas respectivas cidades, onde os militantes do movimento colocavam o problema das terras no Pontal, bem como procuravam mostrar a comum situação de expropriação em que se encontravam os trabalhadores rurais (bóias-frias, arrendatários, parceiros, etc).

Com a articulação de vários trabalhadores, um processo que durou aproximadamente seis meses, inicia-se a ocupação da Fazenda Nova Pontal, com uma área de aproximadamente 1200 alqueires, localizada no município de Teodoro Sampaio. Cerca de 160 alqueires da fazenda foram ocupados por mais de 700 famílias, em julho de 1990. Essas famílias foram expulsas da área, pois o fazendeiro conseguiu liminar de reintegração de posse.

As famílias foram para a rodovia Arlindo Betio, no município de Euclides da Cunha, onde ficaram acampadas até início de

1991. A partir de então, saíram da rodovia e ocuparam a fazenda São Bento, que possui uma área de aproximadamente 5000 hectares, localizada no município de Mirante do Paranapanema. O acampamento na fazenda São Bento dura até hoje, cerca de 21 ocupações já foram realizadas.

Os trabalhadores ocuparam a fazenda munidos de maquinários, por exemplo tratores. Quando faziam a ocupação, os trabalhadores já iam tombando a terra e em seguida fazendo o plantio. Hoje, apesar da desapropriação ainda não ter sido concretizada, os trabalhadores já fazem a colheita dos produtos agrícolas, principalmente feijão, mandioca e milho.

A resistência dos sem terra nessas áreas ocupadas é resultado do reconhecimento desses trabalhadores enquanto indivíduos sem-terra e portanto, com direitos de lutar por essa terra, para nela produzir. As lideranças do MST têm exercido um grande papel no sentido de manter os trabalhadores unidos e divulgar a luta por todo o estado, mobilizando assim, um número cada vez maior de trabalhadores.

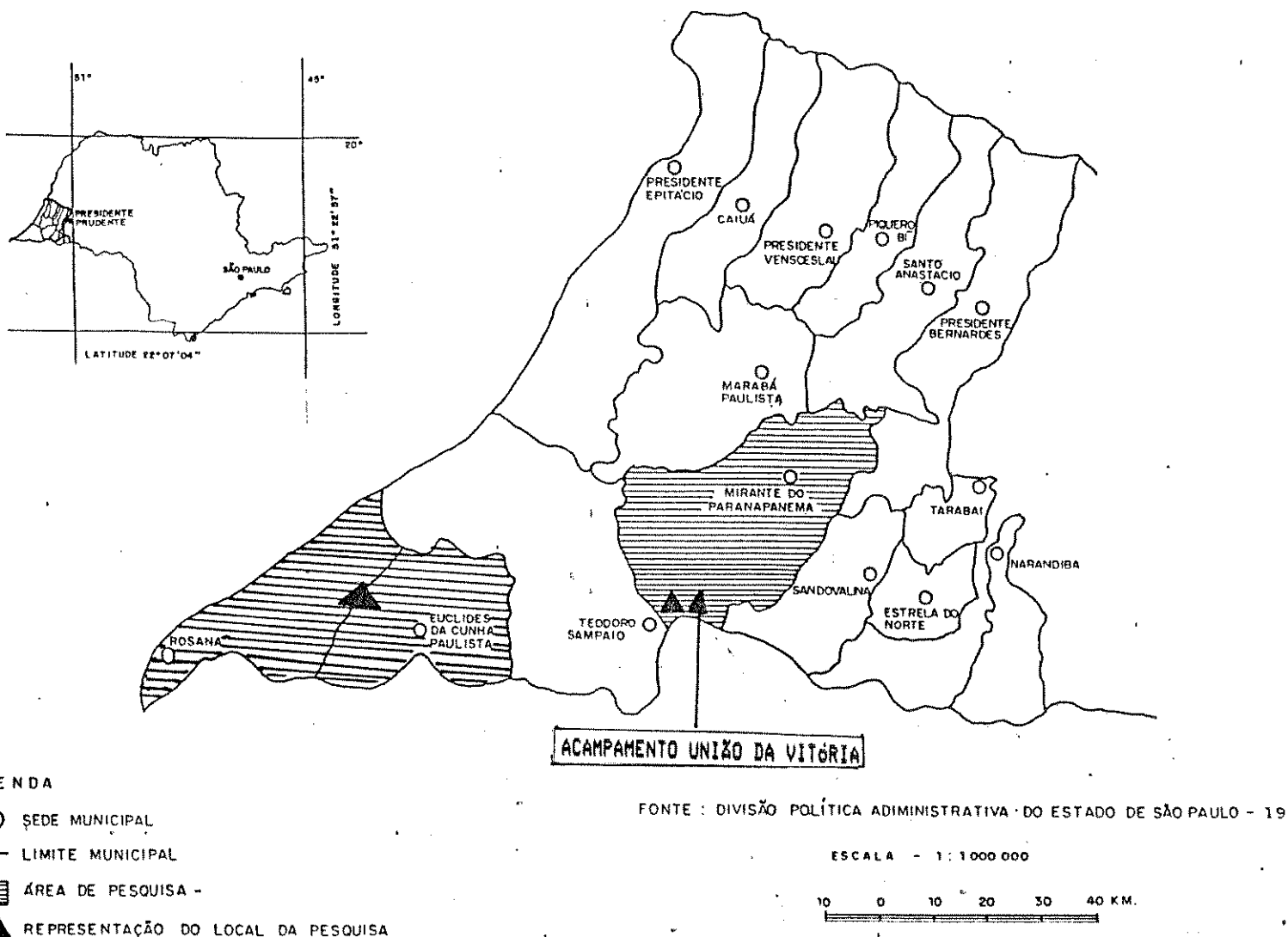
O Assentamento emergencial Santa Clara, consolidado em dezembro de 1991, conta atualmente com aproximadamente 320 famílias, que estão divididas em lotes coletivos e individuais. Do grupo coletivo participam, atualmente, aproximadamente 30 famílias.

A Fazenda Santa Clara foi ocupada pela primeira vez, em setembro de 1991, com aproximadamente 600 famílias. Foram desapropriados cerca de 380 alqueires e as famílias foram assentadas emergencialmente na área. Os lotes delimitados possuem 1,5 alqueires cada e a reivindicação é por 15 hectares, daí denominar-se emergencial.

Na área, os assentados já plantaram milho, mandioca, feijão, construíram duas estufas, onde plantaram pepino e tomate. Na área coletiva fizeram uma plantação de mamão. Enfim, a área está produzindo e rendendo mais impostos ao município, com o bom resultado em termos de produção, o prefeito passa a apoiar o movimento.

ACAMPAMENTO UNIÃO DA VITÓRIA

FIGURA 10 - LOCALIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO "UNIÃO DA VITÓRIA"



O acampamento é uma das formas que assume a luta pela terra. Constitui-se de um conjunto de barracos, geralmente de lonas, uma ao lado do outro. É montado à margem de rodovias, ferrovias, em áreas cuja posse de terra seja ilegal e/ou em áreas improdutivas.

Quando iniciamos a pesquisa, o acampamento "São Bento", hoje denominado "União da Vitória" era o mais recente na região, a nível de organização do MST.

É denominado "União da Vitória", por conta da união de trabalhadores ocupantes das Fazendas Washington Luís, Flor Roxa e São Bento. Conta com mais de 1000 famílias acampadas, esperando pela desapropriação da Fazenda São Bento, do suposto proprietário Antonio Sandoval Neto.

A Fazenda São Bento possui um total de 5.240 ha de terras, está localizada no município de Mirante do Paranapanema.

As famílias ocupantes, foram organizadas pela lideranças do MST presentes no Pontal e, são trabalhadores oriundos de vários municípios da região e de cidades do estado do Paraná.

A primeira ocupação ocorreu no dia março de 1991. Iniciaram a ocupação através de uma "ação motorizada", usando tratores de arrendatários acampados.

No ano de 1993 foram realizadas missas no acampamento, bem como uma caminhada desde a "União da Vitória" até a cidade de Teodoro Sampaio. Além da caminhada, foi realizada uma festa para comemorar o dia 25 de setembro, dia do trabalhador rural. Esses espaços recreativos, são momentos educativos de reconhecimento mútuo dos trabalhadores sem-terra. É um momento comunicativo, parti-

cupativo e descontraído, que fornece energias, ânimos para a continuidade da luta. Faz parte da mística do movimento.

Somaram-se 22 ocupações, desde fevereiro 1993 até março de 1994, quando foi assinado o decreto de desapropriação pelo Estado, da Fazenda São Bento.

É importante destacar que uma das estratégias utilizadas pelos trabalhadores sem terra, durante as 22 ocupações, foi a ocupação seguida do preparo da terra para plantio imediato.

No que se refere à atuação das lideranças na região, percebemos que as mesmas orientam os trabalhadores, transmitem as decisões políticas tomadas pelas mesmas. Portanto, não se desenvolve um espaço comunicativo, no sentido da socialização política. Os trabalhadores estão apenas, mobilizados para "OCUPAR, RESISTIR e PRODUZIR", não decidir. A "decisão" fica a cargo das lideranças.

É nesse sentido, que em alguns trechos deste trabalho, alertamos o Setor de Formação de lideranças, no sentido de possibilitar que os líderes construam estratégias de lutas mais democráticas entre o grupo coletivo.

Segundo FERNANDES(1994), o próprio Comitê de Apoio à Luta pela Terra, criado em Presidente Prudente, em setembro de 1990 - formado pela CUT/SP, CPT/SP, AGB-Secção Local e a ABRA-Regional - foi extinto. Extinto devido várias tentativas de entendimento político com as lideranças do MST, sem sucesso. (13)

(13) A obtenção de detalhes sobre todas as ocupações realizadas na Fazenda São Bento, até a data de desapropriação da mesma, são encontrados no trabalho realizado por FERNANDES(1994) intitulado "Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo", dissertação de mestrado apresentada na F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo.

Nos capítulos seguintes, nos detemos na análise da história de vida das lideranças atuantes nesses assentamentos rurais, localizados no Pontal, assim como enfatizamos o processo de formação dessas lideranças e da identidade coletiva, construída no dia-a-dia da luta.

As fotos que apresentamos neste capítulo, ilustram algumas características dos assentamentos aqui pesquisados.

1- GLEBA XV DE NOVENBRO.



Foto 1 - IGREJA: SETOR III



Foto 2 - ESCOLA DE 1a À 4a SÉRIES: SETOR III



Foto 3- FEIRA REALIZADA AOS SÁBADOS NO SETOR II

2- ASSENTAMENTO SANTA CLARA



Foto 4 - REFEIÇÃO DA TARDE (hora do café)



Foto 5 - CONSTRUÇÃO DA ESTUFA (para plantação de tomate e pepino)



Foto 6 - COLHEITA DE MANDIOCA

3- EX-ACAMPAMENTO "UNIÃO DA VITÓRIA"

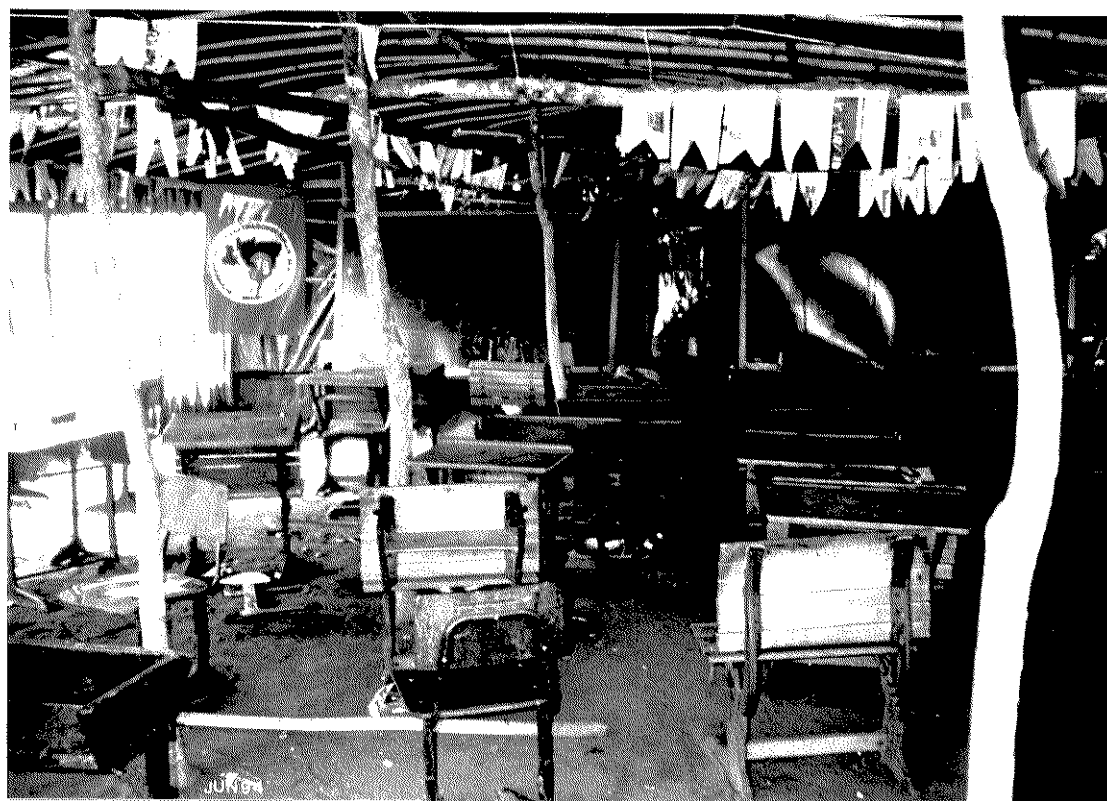


Foto 7 - ESCOLA DE 1a À 4a SÉRIES

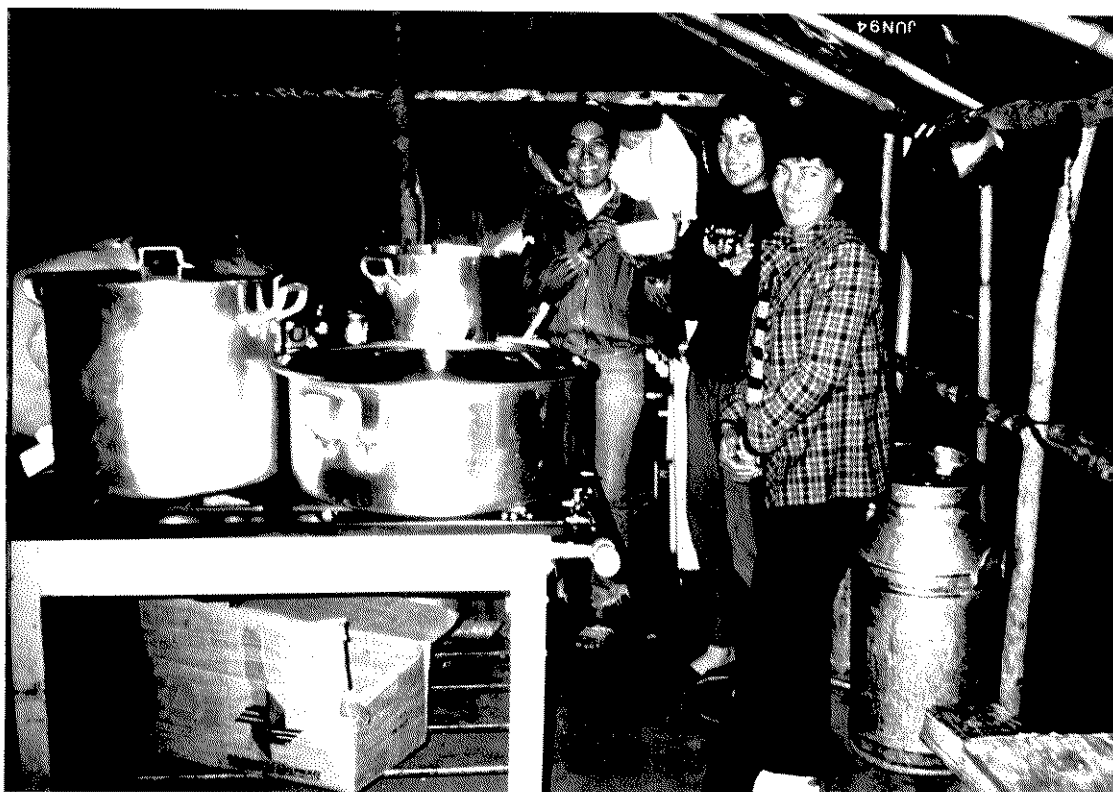


Foto 8 - COZINHA DO ACAMPAMENTO (destaque para o comunitário)



Foto 9 - TRATOR, ILUSTRANDO A "OCUPAÇÃO MECANIZADA"

CAPÍTULO 4

TRAJETÓRIA DE VIDA DAS LIDERANÇAS DE ASSENTAMEN-
TOS RURAIS: PONTAL DO PARANAPANEMA

"(...)o homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares(...)" (HELLER, 1980)

Através da história de vida, o sujeito conta suas experiências no tempo e em diferentes espaços, enfatizando acontecimentos que vivenciou e conhecimentos/experiências que adquiriu. Percebemos que a história de vida de cada um dos trabalhadores rurais está associada ao fator migração que, na maioria das vezes, ocorre devido à grande concentração fundiária; à substituição de culturas que emprega um contingente significativo de trabalhadores por culturas mecanizadas ou pastagens, reduzindo assim, o número de empregados; à uma política agrícola que favorece apenas cultivo de culturas para exportação, portanto os grandes proprietários, entre outros. Nesse processo, os pequenos produtores e os trabalhadores sem terra ficam à margem do processo produtivo, tentando sobreviver. Sobreviver economicamente, porque mal conseguem produzir, devido os altos custos dos insumos agrícolas. E, quando produzem, são obrigados vender o produto a preços irrisórios. Psicologicamente, no sentido de que a pessoa exerce grande esforço físico, tenta produzir e ao final ouve "o

preço do produto caiu....", "nossa como o feijão está caro!", etc. Fisicamente, trabalha-se diariamente tentando resistir ao calor do sol, correndo da chuva, etc. Ao final, não conseguem, nem ao menos assistência médica decente.

É comum ouvir dos trabalhadores:

"Eu sou natural de Santa Catarina, filho de pequeno produtor..."

"Eu sou natural do Paraná, filho de pequeno produtor que perdeu as terras e se mudou pra cidade"

"Eu sou natural da Bahia..."

"Eu sou natural do Espírito Santo..."

Inúmeros são os estados e municípios, por onde viveram os trabalhadores rurais sem terra entrevistados nesta pesquisa. Praticamente todos eles, algum dia, moraram no campo e por motivos que são na maioria dos casos comuns, tiveram que migrar.

O quadro abaixo ilustra idade, origem, escolaridade e estado civil das lideranças entrevistadas.

Optamos por identificar cada liderança através de nomes fictícios, não revelando, então, o nome verdadeiro das mesmas.

QUADRO 1- LIDERANÇAS - Pontal do Paranapanema (Gleba XV de Novembro, Santa Clara e União da Vitória).

Sujeito entrev.	Idade	Origem	Escolaridade	Estado civil
Wilson	26	Paraná	1o grau incomp.	solteiro
Marcelo	21	Paraná	1o grau incomp.	solteiro
César	25	Santa Catarina	1o grau	solteiro
Catarina	45	Paraná	1o grau	divorciada
Diva	23	Espírito Santo	2o grau	casada
Wagner	27	Paraná	1o grau inc.	casado
Betinho	40	Paraná	1o grau inc.	casado
Orlando	36	São Paulo	1o grau	divorciada
Dirceu	36	Paraná	1o grau incomp.	casado
Cida	39	São Paulo	2o grau	casada
Julia	43	São Paulo	1o grau incomp.	casada
Dito	58	Paraná	1o grau incomp.	casado
Antonio	65	Bahia	1o grau incomp.	casado
Mineiro	39	Minas Gerais	1o grau incomp.	casado
Iolanda	23	São Paulo	2o grau	casada

Fonte: Pesquisa de campo - 1993-1994.

Dessas lideranças entrevistadas, cinco são mulheres; duas delas fazem parte da organização do MST e, desempenham funções dentro dos setores frente de massa e finanças. Outras três são do assentamento Gleba XV de Novembro, não são reconhecidas formalmente como lideranças, porém exercem funções de "líder". O fato das mulheres estarem se destacando como organizadoras de atividades coletivas ou participar de setores dentro do MST, revela que

as mesmas não apenas cuidam dos afazeres domésticos e, que procuram realizar atividades mais criativas dentro do grupo, têm oportunidade de expor vontades que, muitas vezes, são reprimidas dentro da própria casa.

Todos os entrevistados são migrantes. No período de migração, muitas experiências foram vivenciadas, muitos problemas foram enfrentados, muitas discussões foram realizadas, foram se reconhecendo como "iguais", construíram estratégias de luta e hoje vivenciam a experiência de "assentado rural", de "líder dos assentados", de "coordenador de grupos" dentro dos assentamentos rurais.

Os trabalhadores rurais construíram durante o processo de luta pela sobrevivência, a identidade de sujeito sem terra, de sujeito coletivo.

"(...)sujeito coletivo no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (SADER, 1988).

Os vários depoimentos coletados com os sem terra do Pontal do Paranapanema, demonstram a quantidade de experiências vivenciadas, aprendizagens adquiridas, assim como expectativas com relação ao Movimento Sem Terra. Enfim, a história de vida permitiu-nos captar os acontecimentos cotidianos, que contribuíram para que esses indivíduos formassem a consciência de sujeito coletivo, ou seja, identidade coletiva. Possibilitou o entendimento de como se forma a mentalidade de coletivo, assim como os motivos que levaram, em alguns casos, à volta ao individual.

As histórias de vida nos levam ao entendimento dos seguintes temas: trajetória de vida, destacando o aspecto migração, suas consequências positivas e negativas - positivas no sentido de que a migração, sendo uma condição comum entre indivíduos, tornou possível o diálogo, o reconhecer-se no outro; diferentes experiências de vida, destacando atividades profissionais, relacionamento com entidades tais como igreja, partidos políticos, sindicatos, em grupos de jovens, em festas, em reuniões com amigos, etc., momentos de repressão física e psicológica, destacando momentos de despejos judiciais, de prisões, recordações familiares.

1- TRAJETÓRIA DE VIDA

DONA JULIA

"Nasci no Espigão, perto de Presidente Prudente, era pobre, às vezes eu até me emociono...porque eu não tive pai, eu trabalhei de doméstica pra sobreviver junto com a minha mãe, pra ajudar criar meus irmãos que era mais pequeno. Até que eu conheci meu esposo, foi meu primeiro namorado. Nessa época já tava em Santo Anastácio. Casamo, fomo embora pra Mato Grosso, na divisa do Paraguai. Lá plantava roça, era arrendatário do fazendeiro. Depois nós voltamo pra Santo Anastácio, onde morava minha família, porque eu tava grávida. Minha família morava na cidade. Teve um tempo que meu marido era alcoólatra então pra fugi da família a gente veio embora pra Rosana. Aí chegou em Rosana, lá a gente viveu no varzão mirim 16 anos, onde praticamente nasceram meus filhos, se criaram lá, com maior dificuldade, porque lá não tinha nem meio melhor de escola, pra dá pras crianças. Aí minha filha fez o 4º ano, parou do 4º para o 5º.

Foi quando um dia eu vim pra cidade procurá meu esposo, que passou a noite lá, bebendo. Aí eu fui até comprá umas camas pros meus filhos. Quando eu cheguei numa pensão, uma mulher falou pra mim: "Aí que vida mulher, que sofre tanto vocês desse jeito, nas terras dos outros, só trabaia pra enricá essa turma aqui de Rosana, vai atrás de um pedaço de terra pra você". Eu falei pra ela: "aonde é essa terra?". Ela falou: "lá perto de Teodoro Sampaio...você vai pra lá que você vai consegui, tá cheio de família, tá com dois dias que foram pra lá(...)" (JULIA, 1994)

A história de Dona JULIA nos mostra que a luta pela terra, se inicia quando as condições objetivas e subjetivas de vida chegaram aos extremos. Enquanto de um lado havia um grande contingente de trabalhadores sendo desempregados e desabrigados com as enchentes dos Rios Paraná e Paranapanema, do outro lado estava a grande quantidade de terras com posses ilegais e improdutivas.

ANTONIO

"Eu nasci na Bahia, vim de lá com três anos. Meu pai trabaia de arrendatário e depois compremo um sítio e fomo trabaiano até que eu cresci e me casei e continuei trabaiano de arrendatário, às vezes fazeno derrubada de mata, de machado, furano poço, domano burro brabo puladô, trabaiei de boiadeiro, daí vinhos aqui pra Mirante, a mesma profissão, trabaio de derrubada. Vim pra Rosana, mesmo trabaio. Daí mudei pra Alfredo Marcondes, mudei pra Santo Anastácio, pra fazenda Mutum. Da Mutum eu fui pro Mato Grosso, não gostei, vortei pra trás. Trabaiei lá 11

meses. Entrei no trabalho de boiadeiro de novo. Aí de boiadeiro eu achei que não dava, vortei pra cortadô de cana. Cortei cana 10 anos na DECASA, na ALCÍDIA e na DALVA. Então depois eu adoeci no canavial, pneumonia. Tive 9 dias no hospital. Aí não guentava mais fazê serviço com aquela pneumonia, não podia fazê nada. Surgiu a história da Gleba XV, que sempre era o sonho do povo(...)" (ANTONIO, 1994).

Trajetórias como a de Dona JULIA e do Senhor ANTONIO, são comuns entre os sem terra de todo Brasil. São pessoas que saem sem saber para onde vão; que chegam sem saber até quando ficam, enfim, circulam, conhecem espaços geográficos diferentes. Espaços esses que sempre são percebidos a partir das relações de trabalho mantidas pelos sujeitos.

WILSON, filho de pequeno produtor expropriado da terra, nasceu no Paraná, migrou para São Paulo à procura de emprego.

"(...)a gente é obrigado a abandonar a terra e ir pra cidade(...)" (WILSON, 1993)

MARTINS (1988:46-48) afirma que "as estradas do Brasil, as ferrovias, os caminhos, estão cheios de migrantes". Identifica alguns tipos de migrantes temporários, a saber: trabalhadores que migram temporariamente para as cidades em busca de trabalho na indústria; indígenas que migram temporariamente para as cidades; trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, trabalhadores assalariados que se afastam de seus lugares de residência por vários dias ou semanas; camponeses e filhos de camponeses levados a outros estados para trabalhar na derrubada de mata e formação de fazendas; trabalhadores rurais e urbanos levados como peões assalariados para tra-

balhar na construção de usinas hidrelétricas e camponeses que na entresafra agrícola, trabalham como garimpeiros.

Os migrantes temporários são aqueles que "saem de casa para trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que lhe permita recriar as condições de sua sobrevivência como camponês" (MARTINS, 1988:52). Ao contrário dos migrantes sem-terra, que são pessoas que saem em busca de trabalho e lugar para morar, portanto, em busca de um lugar onde possam criar condições de sobrevivência. Na medida em que não se adaptam à vida na cidade, ou ao tipo de trabalho, retornam ao local de origem.

O retorno ao local de origem somente é possível, porque não são todos os membros da família que migram, uns vão primeiro que outros.

Como afirma DURHAM (1973:131) "O migrante possui também consciência do elemento de risco que a migração acarreta. Por isso mesmo, as migrações efetuam-se, preferivelmente, com a manutenção de uma posição na sociedade rural para a qual possa voltar, em caso de insucesso. Em termos da família, a migração sucessiva dos membros do grupo oferece a vantagem indiscutível de garantir a posição anterior enquanto se tenta estabelecer uma nova posição".

"(...)trabalhando como metalúrgico, a gente que é da roça, não era isso que eu queria(...)"(WILSON,1993-MST).

Os trabalhadores, no processo de migração, sofrem a perda de laços de solidariedade na medida em que são obrigados a abandonar o lugar de vivência, em busca de melhores condições de vida. Sofrem durante esse processo, discriminação, solidão, vontade de voltar... Muitos dos trabalhadores que migraram pra a ci-

dade, sofreram marginalização, desemprego, relações de trabalho diferenciadas; acabaram voltando ao local de origem. Nessa volta, alguns conhecem o movimento sem terra e começam a participar, assistindo reuniões.

Durante o processo migratório, enfrentando dificuldades econômicas e isolamento familiar, alguns sujeitos questionam sua realidade, participam de movimentos grevistas, reivindicatórios. Começam atuar enquanto sujeitos edificadores da realidade e não como meros elementos do espaço.

"(...)vou entrar na luta pra vê se eu consigo um pedaço de chão pra sobrevivê junto com a família e, que realmente a gente produza pelo menos pra comunidade mais próxima, pra dentro do município(...)" (DIRCEU, 1994 - GLEBA XV DE NOVEMBRO e MST).

DIRCEU, paranaense, já conheceu várias cidades- Nova Fátima, Congonhas, São Paulo, São João do Caiuá e Euclides da Cunha. Enfrentou vários trabalhos desde empregado de fazenda a caminhoneiro. Nunca foi dono do meio de produção, conseqüentemente, o ganho era basicamente para a sobrevivência da família.

CATARINA viveu no campo até os 21 anos, sua família trabalhava de porcentagem na cultura do café. Mudou-se para a cidade, onde viveu durante 23 anos. Afirma que durante o tempo que viveu na cidade, nunca teve satisfação de ver a mesa farta, como tinha na época do campo. A partir desse fato, sentiu necessidade de trabalhar a terra novamente. É uma pessoa que possui uma visão saudosista em relação ao campo. Esse aspecto emocional, subjetivo é que garante a permanência de CATARINA no acampamento, no Movimento Sem Terra.

"(...)então hoje, você vê que está voltando aos anos passados que a gente viveu aí até os 15-20 anos..Com esse trabalho, você vê que vai voltar aos bons tempos de antigamente(...)". (CATARINA, 1993 - UNIÃO DA VITÓRIA)

Quando CATARINA nos contou sua história de vida, estávamos no interior da fazenda São Bento, na área que os trabalhadores estavam arando. A ocupação desta área tinha se dado na noite anterior, era a 14ª ocupação da fazenda São Bento. Portanto, notamos certa emoção na fala de CATARINA, pois ela viveu o processo de entrada e agora, de preparo da terra para o plantio.

As fotos abaixo ilustram a área onde estávamos:



Foto 10 - Fazenda São Bento. 14ª Ocupação - Julho - 1993.



Foto 11 - Acampamento São Bento. Tanque utilizado para lavar roupas.

"Esse trabalho representa o caminho de volta aos tempos passados"(CATARINA). Na fala de CATARINA não há percepção de que estamos vivendo um momento histórico (avanço da relações capitalistas de produção no campo, da mecanização, da concentração fundiária), em que os movimentos sociais populares surgem como sujeitos históricos que estão construindo/reconstruindo a realidade.

Por outro lado, essa fala nos mostra que a luta não é construída apenas por interesses objetivos e sim, que as questões sentimentais são motivadoras à permanência no movimento social. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra é um coletivo, nesse coletivo aparecem os sentimentos, os desejos, o sentimento de necessidade de mudança, de volta aos "bons tempos".

"O ontem é o tempo vivido que, às vezes, adquire tonalidades mitológicas. O discurso sobre o passado possui um tom poético de nostalgia e elegia. São reminiscências dos bons momentos da infância (...)" (MELLO, 1994:23)

CALDART (1987), em estudo sobre as poesias produzidas por trabalhadores rurais sem-terra, afirma que:

"O projeto social do S.T. nasce particularmente calcado no seu passado. Sua luta em geral inicia pela vontade de retornar a condições de vida que já teve. A vivência efetiva em novas relações de produção somente será possível à medida que os seus "bons tempos" forem historicamente reconstruídos e criticados (...)" (1987:146).

A afirmação feita por CALDART, é exemplo claro do que acontece com CATARINA, ou seja, a mesma vê toda essa luta pela terra, como uma tentativa de "voltar aos bons tempos". Essa idéia é que a mantém firme na luta, pois a situação de carência econômica, apenas, não justificaria sua participação no movimento.

"(...)foi no dia 15 de novembro de 1983, tentando um pedacinho de terra, uma vida melhor(...)vem vindo até agora(...)" (ORLANDO, 1994 - GLEBA XV DE NOVENBRO)

ORLANDO é um dos migrantes que entra na luta pela terra, com intuito de melhorar a situação de vida.

Como afirma BERGAMASCO (1989:45) "a posse da terra - na condição de assentado - não vai lhe devolver as condições vividas no passado, mas pode representar, no mínimo, a condição indispensável para recompor as suas necessidades de reprodução social".

As carências e utopias aparecem como elementos auxiliares na formação do movimento social popular. A carência de terra para plantar e o sonho de um pedacinho de terra para levar uma vida melhor, são características comuns entre os trabalhadores sem terra.

"(...)meu pai toda vida foi trabalhando pros outros, de meeiro, arrendatário e, nunca aquilo que colhia era suficiente pra casa(...)" (DIVA, 1993 - SANTA CLARA)

"(...)em 1983 a gente veio pra ocupação de terra, nós era do Paraná, região de Nova Londrina. Nós trabalhava meeiro do café, toda a nossa família(...)" (BETTINHO, 1993 - GLEBA XV DE NOVENBRO e MST).

A trajetória histórica das lideranças pesquisadas está ligada à busca de trabalho, seja no campo ou na cidade. É neste sentido que, normalmente, circulam de um município a outro, de um

estado a outro. Nesse processo de ir e vir, tentando se fixar num lugar, conhecem diferentes pessoas e vivenciam diferentes aprendizagens.

WAGNER, liderança do assentamento Santa Clara, nos conta que nasceu no Paraná, os pais sempre trabalharam em terras de outros proprietários, eram arrendatários. Porém, a partir de determinada época, os fazendeiros não arrendavam mais terras, com medo de que os trabalhadores ocupassem essas áreas. Sendo assim:

"Juntamo todas as nossas economias e compramo terra aqui no Paraná. Era um sítio pequeno, não dava pra família, que era grande. Vendimo esse sítio e compramo no Pará, um sítio maior, onde meu pai mora até hoje. Em 1989 eu vim embora pro Mato Grosso, trabalhei quatro meses e lá não deu certo, voltei pro Paraná de novo. Cheguei, tava desempregado, não tinha serviço. Muita mão-de-obra parada e o mercado de serviço não oferecia serviço pra tanta gente. Aí, a tarde, tava num barzinho de costume, de todo trabaiadô se encontra lá, conversá. Nisso apareceu dois rapaz (Bill e Valter), convidando a gente pra reunião a noite, que ia falá sobre a questão da Reforma Agrária e futuramente uns assentamentos. Contaram a história deles, que eles passaram pelo mesmo processo, ocuparam uma fazenda, foram despejados, ficaram oito meses beirando uma estrada e aí, ficaram no assentamento no qual eles estão até hoje. (WAGNER, 1993 - Santa Clara).

O espaço comunicativo, para usar a expressão de HABERMAS, presente nessas migrações, enquanto "troca de idéias", inicialmente, contribuirá para edificação da identidade de migrante, de expropriado do processo de trabalho, de "sonhadores" com um

pedaço de terra, de sujeitos sem-terras. Esse espaço comunicativo se desenvolve nos caminhões que levam os trabalhadores às fazendas, nos pontos de ônibus, nos bares, nos encontros religiosos, nas visitas aos vizinhos, etc. São espaços informais onde o diálogo se desenvolve.

"(...)com o passar do tempo eu gostei daquela conversa, eu senti que a gente além de ser explorado na cidade, tinha uma grande exploração no campo, sobre a questão fundiária, as terras ilegítimas, como aqui se chama as devolutas. E ficava muita terra nas mãos de poucos e muitas pessoas, sem mesmo ter onde trabalhar, igual eu estava naquela época. E com essas reuniões, bem informativas, um cursinho de bate-papos, de discussão, de muitas dúvidas e aí fui aonde eu gostei dessas reuniões e, comecei a acompanhá. E nesse momento, aqui nessa área do Pontal, uma área que tinha pouca militância pra desenvolvê o movimento. Na época era três, o Valter, o Bill e o Davi. Hoje, o que eu sou, o que eu conheço eu agradeço a eles, por ter me ensinado tanta coisa. Aprendi com eles na luta, foi lutando, trabalhando junto com o movimento que eu aprendi o que é uma luta pela terra, o que é o movimento econômico, o que é o sistema capitalista hoje(...)" (WAGNER, 1993 - Santa Clara)

A família de WAGNER passou por um processo migratório na década de 80, época em que havia incentivos governamentais e outros mecanismos atrativos, visando ocupar e desenvolver áreas da região norte, até então, pouco habitadas. A idéia de que vendendo um sítio na região centro-sul, conseguiria comprar uma fazenda na região norte, atraiu muita gente.

Percebemos a importância do espaço comunicativo enquanto espaço de aprendizagens, enquanto meio de levar à participação política dentro da organização do Movimento Sem Terra. É a história de duas lideranças, contada num bar, que permite o reconhecimento de situações comuns entre os amigos.

Esse é um aspecto positivo da migração, o ir e vir, leva ao encontro com colegas, com os iguais e nesse sentido, à formação de uma nova visão de mundo, a da luta pela conquista da terra, até como uma "alternativa imediata" ao desemprego.

O processo de reconstrução da trajetória histórica de cada uma das lideranças, permitiu-nos a compreensão de como estes conheceram o movimento dos trabalhadores rurais sem terra e quais os motivos que os levaram ao engajamento na luta.

Através das reuniões desenvolvidas na região, pelas lideranças do MST, é que as pessoas foram tomando conhecimento do mesmo.

Com relação à luta pelo assentamento Gleba XV de Novembro, na década de 80, a organização do MST ainda não atuava na região. O movimento da Gleba XV surge, principalmente, da calamidade provocada pelas enchentes dos Rios Paraná e Paranapanema às pessoas ribeirinhas (que habitavam as margem dos rios), assim como da existência de um grande número de desempregados na região.

Como nos mostra AZEDO (1989.12-13) "Durante meses, até que as águas baixassem o seu nível, as famílias ficaram alojadas nos Centros Comunitários e Albergues dos Distritos de Rosana e Euclides da Cunha. Recebiam assistência da Defesa Civil, da CESP e da Secretaria da Promoção Social do Estado. Devido à demora do

rio voltar ao seu leito normal e, também à destruição das residências e lavouras, as famílias decidiram por não voltar, já que todos os anos acontecia o mesmo problema(...)"

É nesse quadro, aliado à concentração fundiária, que os trabalhadores, apoiados pelos políticos do PMDB, ocupam as fazendas Tucano e Rosanela.

Outras pessoas que não eram "ribeirinhas", conheceram a existência do acampamento, via informações de amigos ou através das reuniões organizadas por políticos do PMDB.

"(...)teve ainda várias reuniões, eu participei de algumas. Vários companheiros chamavam essas reuniões - Gerson Caminhoto, Sidney e outros. A gente ia nessas reuniões a noite, assim ficamos sabendo da ocupação (...)" (DIRCEU, 1994 GLEBA XV DE NOVENBRO e MST)

ORLANDO, assentado da Gleba XV de Novembro, saiu de Parapuã em direção à Mirante do Paranapanema, na tentativa de conseguir uma vida melhor.

"(...) foi onde surgiu a Gleba XV, essa invasão de terra e, a gente veio com o pessoal e, daí começou a luta. Foi em 15 de novembro de 1983, tentando um pedacinho de terra, uma vida melhor. Vem vindo até agora, só que a gente não tem aquela vida esperada(...)" (ORLANDO, 1994 GLEBA XV DE NOVENBRO)

"No início era assim: eu cortava cana, tinha bastante companheiro que queria terra. Então, um passava pro outro ai invadi tal lugar, outro diz ai invadi tal lugar. Tinha as reuniões, tinha o Zé Prego (líder da Ribeirão Bonito), o Gerson Caminhoto (atual pre-

feito de Teodoro Sampaio) - devo muita obrigação ao Gerson. Vinha o Mauro Bragato, um da CESP, um do Banespa e falava nas reuniões e representava as pessoas que estava com a gente. Então a pessoa via aquilo ali, quem tinha vontade de pegá um lote de terra, todos ficou de prontidão.." (ANTONIO, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO)

ANTONIO mostra a influência do partido político na organização/mobilização dos trabalhadores. O interesse imediato dos trabalhadores era a terra, não era uma luta organizada visando a Reforma Agrária.

Quanto ao MST, a luta é pela terra e, conseqüentemente, pela Reforma Agrária. Nesse sentido, as lideranças do mesmo Movimento - Santa Clara e União da Vitória - conheceram-no através de "reuniões de base, reunião de trabalhadores para conquista de um pedaço de terra".

MARCELO afirma que conheceu o MST através do pai, este "ficou sabendo da reunião do MST na cidade onde morava, através de militantes e dirigentes do movimento, que passaram informando da reunião, para ocupar terra no Estado de São Paulo".

CATARINA conheceu o movimento, através da Comissão Pastoral da Terra, que divulgava a luta do movimento e a ocupação da fazenda São Bento.

DIVA conheceu o movimento, no Espírito Santo, através de sua mãe, que começou participar das reuniões do movimento e incentivou a família toda à participação.

Em síntese, os trabalhadores conheceram a ocupação da Tucano e Rosanela (década de 80), através de reuniões organizadas por agentes do partido político - PMDB - e pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Sentiram a necessidade da ocupação, enquanto estavam alojados em Centros Comunitários de Rosana e Euclides da Cunha, durante as cheias dos rios.

Quanto ao Assentamento Santa Clara e União da Vitória, as ocupações realizadas pelo Movimento Sem Terra, enquanto um "movimento de massa dentro do movimento sindical que articula todos os trabalhadores rurais sem terra para a conquista da terra"⁽¹⁴⁾, foram conhecidas, principalmente, através de reuniões realizadas pelos militantes do movimento, a partir da década de 90, na região do Pontal do Paranapanema.

A articulação dos trabalhadores rurais é feita, principalmente, através de reuniões. É assim que o movimento cresce em números, no Pontal do Paranapanema e no país. É nesse processo que novas lideranças surgem, formando os novos quadros do movimento.

O motivo dos trabalhadores participarem da luta, está ligado, em primeira instância, "à necessidade de se adquirir um pedaço de terra"; posteriormente, através de reuniões, cursos de formação de militantes, algumas pessoas desenvolvem uma consciência social, voltada à luta pelos interesses coletivos. Mesmo conquistando um assentamento, elas se mantêm unidas e articulam mais trabalhadores, para novas ocupações. Observamos que a necessidade de uma Reforma Agrária e de condições para ficar na terra; o desejo de combater os latifúndios grilados e improdutivos, etc, que levam as pessoas a desenvolverem uma consciência social.

(14) definição presente no livreto do MST "Normas Gerais do MST".

Elas percebem a importância da luta em termos materiais e, ao mesmo tempo, se identificam subjetivamente com os objetivos da luta. O ideal de uma sociedade mais justa, o sentimento de identificação a partir da constatação da similaridade com experiências do passado, e a paixão pela luta, formam o amálgama do coletivo.

Por fim, comparando duas áreas historicamente distintas, o termo "invasão" e o termo "ocupação" são utilizados, respectivamente, por algumas lideranças da Gleba XV e o segundo por todas as lideranças do MST. Invasão diz respeito a entrar numa área particular e legalizada. Ocupação significa entrar numa área que é pública, que é "nossa". O exemplo citado por uma mulher assentada é o seguinte: "A gente ocupa aquilo que é nosso, por exemplo nossa casa, terras devolutas, etc.. A gente invade aquilo que não é nosso, que tem dono(...)" (assentada de Reunidas)

Acreditamos que a utilização diferenciada dos termos para se referir à luta pela terra, deve-se em parte, à formação política que as lideranças do MST possuem, em contraponto com a formação "assistencialista" desenvolvida na Gleba XV, onde aparecem termos tais como: "invadimos terra", "ganhamos terra".

Portanto, a utilização de determinados termos para se referir ao processo de luta pela terra, está ligado à aprendizagem desenvolvida no cotidiano da luta. Da influência dos diferentes discursos presentes no movimento e do confronto com a realidade, se forma uma visão de mundo e de sociedade.

CAPÍTULO 5

EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELAS LIDERANÇAS.

"(...)na beira do asfalto ficamos uns vinte dias, aí matamos uns bois, o pessoal com fome, pegamos leite. Veio um despejo. A noite então foi violento(...)" (BETINHO, 1993).

Através das histórias de vida é possível reconstruir a imagem de uma realidade vivenciada em determinado tempo e espaço. As lideranças se emocionam quando recordam suas experiências vividas no processo de luta pela conquista da terra. Se emocionam e se alegram, pois o movimento conseguiu vitórias e, aos poucos se espacializa, territorializa⁽¹⁵⁾ pelo país. São experiências que demonstram como foi a luta concreta e como foi a luta interna de cada um. Por exemplo, quando as pessoas se organizam para participar de um movimento popular, já sabem que encontrarão muitos empecilhos no caminho, prisões, mortes, enfim muitos conflitos. Nesse sentido, a família (que fica em casa) vive momentos de tensão, preocupação, até que receba notícias. Geralmente são os homens que vão para os acampamentos, as mulheres e crianças, em sua maioria, começam a participar do movimento a partir do momento que há uma decisão judicial, uma definição da área conquistada.

(15) A respeito da questão verificar FERNANDES(1994), em sua pesquisa "Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo". Dissertação de mestrado, apresentada na F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo. Verificar especificamente os capítulos 4 e 5.

Existem muitas mulheres e crianças que participam desde o início, ou seja, desde a primeira ocupação⁽¹⁶⁾. Por exemplo, na ocupação recente da fazenda Jangada, no município de Getulina, muitas mulheres e crianças estavam presentes desde o início.

A participação da família toda, desde os primeiros momentos da luta, é tida como importante, no sentido de formar a mentalidade de coletivo, pois quando a pessoa entra na terra - no assentamento - sem viver, concretamente, o processo todo de luta, é muito difícil construir a identidade de sujeito coletivo, pois há dificuldade de compreender o processo na íntegra. Nesse último caso, é necessário que se desenvolvam espaços comunicativos, trocas de experiências, para que as pessoas que não participaram da ocupação, possam entendê-la conscientemente, concretamente. Por outro lado, quando a família inteira vai participar da luta, não há possibilidade, alternativa, de outros locais para morar, além do acampamento. Se algo acontecer, no sentido das pessoas serem despejadas, por exemplo, a única alternativa que restará será a ocupação de uma outra área, ou mesmo a (re)ocupação da mesma área.

(16) A participação da mulher em acampamentos dos Sem-Terra, tem sido significativa. Apenas nos referimos à ocupação da Fazenda São Bento, onde muitas mulheres e crianças não participaram efetivamente dessas ocupações. Percebíamos no local um grande número de homens e algumas poucas mulheres. Muitas das mulheres ou filhos que não estavam na ocupação é devido ao fato de estarem trabalhando em outro local, pois alguém precisa garantir o sustento da família até ocorrer a desapropriação da área, ou mesmo as primeiras colheitas.

1- FAMÍLIA

WILSON conta sua experiência com a família, ele foi o único que saiu para ocupação de terras. A família de início era contra sua participação no movimento.

"(...)acho que você tem que estudar, se formar, arrumar uma profissão(...)" (Vensel mostrando o que sua família pensava).

"De início é contra, vê na televisão uma imagem distorcida dos sem-terra, mais depois, você chega e conversa, explica a realidade(...)eles vão entendendo(...)" (WILSON, 1993 - UNIÃO DA VITÓRIA)

Percebemos que as pessoas se encontram inseridas em determinadas realidades e não se sentem sujeitos construtores da mesma. A partir do momento que alguém começa participar, contestar e lutar por melhores condições de vida, essa pessoa passa a ser criticada, pois está fugindo dos moldes da sociedade e, os meios de comunicação contribuem com essas críticas. Somente o diálogo poderá constituir-se num meio de mostrar as diferentes facetas da realidade, foi o que aconteceu com WILSON, ou seja, através de conversas, conseguiu mostrar para a família a importância da participação dele no movimento.

CÉSAR fala a respeito de sua família, como sua mãe o vê no movimento.

"Minha mãe, pra mim, deixa transparecer que se sente muito bem. Fala que se orgulha por ter uma pessoa da família ajudando nesse processo de luta pela terra. Agora eu sei, que por dentro, ela sente muito medo de um dia acontecer qualquer problema com a gente. Ela se preocupa muito, cobra muita informação, onde a gente tá, como está se sentindo de saúde..." (CÉSAR, 1993 - UNIÃO DA VITÓRIA).

A distância física com relação à família é uma situação que as lideranças, principalmente os solteiros, aprendem conciliar com o processo de luta.

Ainda com relação à família, outra experiência é a dos sujeitos casados, que precisam conciliar atividades do movimento com as familiares - casa, lote, filhos, etc.

A família faz parte do sujeito coletivo sem-terra, porém, quando nem todos os membros da mesma vivenciam o processo de luta, quando nem todos participam da construção da história do assentamento, surgem conflitos internos, pois a mãe ou filhos, nem sempre compreendem constantes ausências do pai, do marido, que participa de muitas reuniões, manifestações, etc.

2- OCUPAÇÕES

BETINHO se recorda da experiência na ocupação da fazenda Nova Pontal em 1990, afirma que vieram pessoas de várias regiões do Pontal e do Paraná, cerca de 600/700 famílias. Essa foi a primeira ocupação organizada pelo Movimento Sem Terra - MST, no

Pontal do Paranapanema. Nessa ocupação, alguns oficiais de justiça foram detidos pelos trabalhadores.

"(...)a proposta da Assembléia era segurar os oficiais de justiça e daí que guentemo os cinco dias com eles presos e três dias foi uma negociação, mas não teve acordo. A gente teve mais de cinco até oito dias, tinha organização da polícia, atirador de elite, helicóptero, polícia civil, polícia federal e a polícia de cavalaria e a feminina. Então, naqueles dias, a gente teve que sair e saímo pra beira dos asfalto, com chuva e toda a sorte. Na beira do asfalto, ficemo uns vinte dias, aí matemo uns bois, o pessoal com fome, pegamos leite. Veio um despejo. A noite então, foi violento, não passava nem ônibus, nem carro nenhum no asfalto. E daí fomo despejado(...)" (BETINHO, 1993 GLEBA XV DE NOVEMBRO)

Após a ocupação e despejo da Nova Pontal, os trabalhadores foram levados para o assentamento Gleba XV, até que se organizasse nova ocupação, que seria a ocupação da Santa Clara e da São Bento.

Na Gleba XV - assentamento organizado, principalmente, por políticos do PMDB, articulados aos trabalhadores ribeirinhos, meeiros, arrendatários, etc., outra experiência foi vivenciada pelos trabalhadores organizados pelo MST, ou seja, quando estes últimos foram para a Gleba XV, de início, o pessoal era contra a bandeira do movimento sem terra lá dentro, diziam:"(...) tira essa bandeira daí, não queremos essa bandeira, bandeira comunista(...)".

Durante o processo de luta dos trabalhadores sem terra, as experiências do dia-a-dia são muito ricas. O fato de trabalhadores sem terra se posicionarem contra a bandeira - símbolo do MST- constitui-se um elemento de discussão dentro do movimento, pois este chega ao Pontal do Paranapanema na década de 90 - organizando ocupações. Algumas pessoas da Gleba XV já eram participantes da organização do Movimento Sem Terra em outras regiões do estado. Na região do Pontal, até a década de 90, o que existe são assentamentos "organizados por agentes do Estado", apesar da essência do movimento ser a mesma, trabalhadores sem-terra lutando por terra para produzir, sobreviver. Esse quadro de divergência MST e assentamentos articulados pelo Estado, diminuiu um pouco:

"...na Gleba XV, hoje tem uns 60% que apóia o movimento sem terra. Tem uns 40% que ainda falta conscientização. Pro movimento isso é excelente. Nós chegamos aqui, no início tinha 0% apoiando..."(DIR-CEU, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO).

Relembrando os tempos do acampamento na beira da rodovia, década de 80, DITO conta que:

"(...)nóis entramo alí e era muito mal atendido por pessoas de fora. Eles tinha na mente que ali era um bando de bandido, era isso, aquilo e tal. Não dava a mínima atenção. Inclusive lá na beira do asfalto, somente o ônibus parava. Outras pessoas não paravam. Todos passavam direto. Eles achavam que eram umas pessoas má intencionadas e tal. Mais não tinha nada

disso, tudo era pessoa de família, que lutava. Era pouco que tinha mau intenção. O povo passava vaiano. O bóia-fria passava gritano. Nós fomos obrigado para um dia um caminhão e explicá pra eles o que era a luta e tal. Daí em diante eles passava tudo quieto. Tinha mais ou menos 30/40 pessoas pra explicá o negócio, como era. Quem explicou foi eu, o ANTONIO e outros. Daí eles passaram a sabé que as pessoas não tavam ali por malandragem e, sim atrás de um ponto pra podê sobrevivê" (DITO, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO).

Percebemos nesta fala, o não reconhecimento de trabalhadores rurais (bóia-fria, no caso) da necessidade da luta pela terra. Estão no caminhão, hoje empregados, amanhã não se sabe. Porém, discriminam aqueles que são "iguais" a eles, enquanto sem-terra. É a discriminação com relação àqueles que lutam para mudar a realidade.

É um momento de esclarecimentos, de aprendizagens, quando os acampados param o caminhão e explicam o que é a luta. Esse é um dos momentos educativos do movimento. Educativo para os acampados que sentem necessidade de explicar o que é o movimento e, educativo para aqueles que ouvem.

Dona JULIA, DITO, junto com ANTONIO e muitos outros, foram pessoas que participaram do movimento da Gleba XV de Novembro, desde o início, ou seja, desde a primeira ocupação no dia 15 de novembro de 1983.

Dona JULIA, por exemplo é uma ex-ribeirinha, ela nos contou que durante as enchentes de 1983, tudo rolava rio abaixo, eram casas, animais, móveis, plantações, etc. Animais peçonhentos

entravam em sua casa, era terrível.

O senhor ANTONIO lembra detalhes dessa ocupação:

"(...) E, quando foi 6 da manhã, o foguete estorô lá, todo mundo se levantô, tomô café, partiu no mato, derrubano, roçano, pizano aquela bagaceira. E assim por diante foi nossa luta, foi chegando mais amigo, mais companheiro e foi fazendo barraco e nós ali no meio. Daí veio a polícia, oficial de justiça pra desocupá a área. Nós falemo não desocupa, isso já tava com uns 6 dias. Com 7 dias veio e falô pra desocupá, nós falô não desocupa, pois então, amanhã vem a polícia despejá. Nós levantemo, fomo roçá de novo, quando a base de umas 9 horas escutemo um tiroteio de foguete. Nossos avisos eram foguetes. Se sortasse um foguete era um aviso, dois era reunião, três era exagero, aí sabia que era qualquer solução pesada. Então nós saimo tudo pras estradas, tudo nervoso pra ver o que que era. Encontremo o Zé do sindicato, o padre Zé Antonio diz " meus irmão desocupá a área, se tivé algum arame que vocês quebraro imenda, faça seus barraco na beira da estrada, não queira resisti, não, porque é perigoso vocês se machucá. Aí nós vortemo, desmanchemo os barraquinho. Aí, daí um pouco começo passá ambulância, primeiro passô aquele polícia rodoviária, encheu a estrada. Veio ônibus. Era 250 polícia. O fazendeiro ponhô trator, roçô um pedaço da ivernada e armaro aquelas barraquinha deles, era de lona, ponharo o policiamento, cada qual na sua barraquinha, já se equipado de fuzil, metralhadora. Nós só oiano, e o avião por cima da mata, oiano se tinha gente com a polícia. Outro já subiu num pau lá. Coloco um rádio amador, pra se precisá de reforço chamá. Aí nós vimo aquilo, eles com a cara feia cum nós.

Foi chegado e perguntado quem é o chefe, nós já tava tudo combinado, dizia, o chefe daqui é a fome, tudo falava a mesma coisa. Aí um disse que tava cuns três dias que nós não comia, só bebe água de sal. Não era verdade. Aí eles disse daqui a pouco chega o armoço, cês vem aqui que eu reparto a marmita cum vocês. Quando veio o armoço só via os polícia enchê os carrinho de marmita e levá naqueles barraco que tinha bastante criança. Eu sei que a polícia ficô cum nós uns três dias, foro nossos amigo, foro embora, se despediro de nós(...)" (ANTONIO, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO).

O símbolo utilizado para alertar os trabalhadores, era o foguete, cada tiro representava uma situação. Essa é uma estratégia de luta, que mostra o caráter educativo do movimento. Diante de situações ameaçadoras, desenvolveram meios de se comunicar, tendo em vista que o grupo acampado era muito grande. O educativo do Movimento é construído durante o processo de luta. Nesse sentido, estratégias são traçadas com intuito de garantir a resistência dos trabalhadores, o confronto com os policiais ou com o latifundiário.

Percebemos a influência do partido político na formação do movimento da Gleba XV de Novembro. As principais pessoas que mobilizaram os trabalhadores foram agentes do PMDB, que hoje são prefeito de Teodoro Sampaio e deputado federal. Esses agentes participam das caminhadas realizadas pelo MST, de certa forma, "apoiam" o movimento dos trabalhadores.

A estratégia utilizada pelos políticos era a mobilização, não havia a preocupação de desenvolver um movimento social

dos trabalhadores, no sentido de ocupar as terras devolutas do Pontal do Paranapanema. A preocupação era local e imediatista.

"(...)então, aquelas reuniõezinha, eu acompanhava com meus amigos. Seu Gerson Caminhoto era nossa cabeceira de trabalho, seu Mauro Bragato, nossa arma, carabina boa e o padre Zé Antonio, também. Então surgiu aquela reunião pra lá e pra cá, mais não citava o lugar. Era pra ir pra um determinado lugar naquele dia seguinte, justamente era o dia 15 de novembro. Tá todo mundo de férias, festano o feriado, então todo o mundo pegô os caminhão e, eu vim de Mirante sem nada, o que eu trouxe foi um machado, uma foice e um enxadão". (ANTONIO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1994).

3- PARTIDO POLÍTICO

Na história contada por ANTONIO, verificamos a influência de agentes do partido - PMDB, o senhor Gerson Caminhoto, atual prefeito de Teodoro Sampaio e o senhor Mauro Bragato, deputado estadual. Foram pessoas cabeças na organização dos trabalhadores para ocupação de terras. É o partido tomando a frente da luta, mesmo que seja com fins político eleitorais, o movimento não deixou de ser um movimento de trabalhadores rurais sem terra. Trabalhadores estes que, ou eram empregados (temporários, meeiros, arrendatários, assalariados urbanos...) ou eram ribeirinhos que foram expulsos das áreas onde viviam, devido às enchentes do Rio Paraná e Paranapanema no início da década de 80, assim como do represamento de outras áreas, devido à construção de usinas hidrelétricas (Taquaruçu e Rosana no Rio Paranapanema e Primavera ainda em construção - no Rio Paraná).

Os trabalhadores não percebiam a dupla face da atuação dos agentes do PMDB.

VEIGA(1989:45) a respeito do processo de luta pelo assentamento Gleba XV afirma que "o movimento dos acampados fora evidentemente organizado pelo esquisito diretório do PMDB de Teodoro Sampaio e inequivocamente apoiado por um deputado do partido, Mauro Bragato. Quem garantia a permanência dos trabalhadores na margem da rodovia, após o despejo, fora nosso governo, através do secretário do Trabalho. E quem melhor defendia os latigrileiros no auditório do SENAC-Presidente Prudente- era também um correligionário, deputado federal e membro da Executiva Nacional do PMDB"

Enfim, o partido político PMDB teve grande importância na articulação dos trabalhadores para ocupação das fazendas Tucano e Rosanela. A atuação dos políticos se direcionava para amenizar uma situação objetiva que afligia um grande número de trabalhadores rurais. Não havia preocupação em organizar uma luta pela ocupação das terras devolutas do Pontal do Paranapanema, nem em formar sujeitos autônomos. As decisões, sugestões de atuação partiam dos políticos e eram acatadas pelos trabalhadores. Não havia espaços de comunicação onde os trabalhadores pudessem formar uma identidade coletiva de luta pela terra.

"A política definida pelo governo Montoro, mais do que uma solução parcial ao problema da Reforma Agrária, apresenta-se como um paliativo aos conflitos pela posse da terra (...)" (BERGAMASCO. 1989:13)

BERGAMASCO mostra que a política de assentamentos priorizada na proposta fundiária do Governo Montoro, deve ser entendida no contexto da modernização da agricultura e dos movimentos de trabalhadores rurais, dentre eles, os bóias-frias que, a partir de 1984, se destacam, são reconhecidos publicamente, através

de suas lutas, reivindicações, contestação da situação de carência, violência instaurada em sua vida, com a modernização da agricultura.

DINCAO(1983:129-146) destaca a organização de trabalhadores bóias-frias, na região da Alta Sorocabana, destacando, também, o Pontal do Paranapanema, desde o final da década de 70. Afirma que, na região, a oferta de mão-de-obra, seguiu o caminho inverso ao da oferta de terra; muita mão-de-obra ao lado da concentração fundiária.

Com a presença de lideranças do MST na região do Pontal do Paranapanema, a partir da década de 90, novos movimentos foram organizados e o conflito trabalhador-latifundiário se acirrou. Os partidos políticos, igreja, universidades, constituem-se nos agentes externos de apoio ao movimento, porém a matriz discursiva predominante é a do MST, ou seja, organizar trabalhadores, ocupar as terras devolutas, fazer Reforma Agrária, conquistar uma vida digna nos assentamentos.

Sendo assim,

"(...)os fazendeiros disseram que até dezembro de 1991 iam eliminar o MST, acabar com o MST na região. Aí veio a prisão preventiva de 8 companheiros, mas não conseguiram, porque o movimento não é um movimentozinho de região, é um movimento nacional(...)" (DIVA, 1993 - MST).

A publicação do Jornal Sem Terra, confirma a fala de Deolinda, mostrando a suspensão da prisão de algumas lideranças do MST na região. Lideranças estas, que estavam com mandato de prisão preventiva, sendo acusadas de formação de quadrilhas.

FIGURA 11 - SUSPENSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DE LIDERANÇAS DO PONTAL PARANAPANEMA.

O dia 9 de novembro foi um dia de vitória do MST no judiciário. Foi revogada por unanimidade o mandato de prisão preventiva para 8 lideranças rurais: José Rainha, Walter Gomes, Valmir Chaves, José de Alencar, João Pereira de Oliveira, José Wenzel, Deolinda de Souza e Davi Pereira da Silva. Desde julho o companheiro Davi estava preso em Presidente Epitácio, enquanto os outros estavam obrigados a se esconderem e ficar afastados de suas famílias e de suas bases.

Aliviados e loucos para matarem as saudades, nossos companheiros voltam para o Pontal conscientes de que esta vitória é apenas um passo na luta pela terra na região. Há muito trabalho para ser feito junto aos sem-terras de lá. A região do Pontal do Paranapanema enfrenta conflitos de terras há muitos anos. Nela existem nada menos que 400 mil ha. de terras públicas, que são propriedade do governo estadual. Hoje estas terras estão griladas por fazendeiros que nada produzem, mas que contam como aliado o juiz de Mirante do Paranapanema que determinou a prisão preventiva destes companheiros e ordenou o despejo de famílias trabalhadores rurais que ocuparam parte desta imensa terra devoluta: as fazendas São Bento (5.120 ha.), Flor Roxa (1023 ha.) e Washington Luiz (355ha.).

De qualquer modo a população local já reconhece o significado da reforma agrária na região do Pontal que conta

com quase mil famílias assentadas produzindo alimentos e reaquecendo a economia desta, que é uma das áreas mais atrasadas do estado de São Paulo.

Fonte: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Novembro de 1992.

4- PRISÕES

As prisões são experiências marcantes para os indivíduos que são lideranças de movimentos sociais. O representante dos trabalhadores do assentamento Gleba XV de Novembro comenta a respeito da experiência vivenciada na prisão:

"(...)Lá passa todo tipo de pensamento, mais a gente que tem um pouco de clareza política, só pensa em realmente voltá e dá o troco pra aqueles que mandaram prendê. Não é matando eles não, é realmente fazendo aquilo que eles falou que a gente fez e não fizemo. Ou seja, se a gente ocupou uma fazenda, é voltá lá e ocupá 3 ou 4. Aí você tá dando a volta por cima(...)" (DIRCEU, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO).

As lideranças dificilmente entram em detalhes a respeito dos momentos passados na prisão. Afirmam que são momentos difíceis, que passam por todo tipo de humilhação, tortura física e psicológica.

Como afirma DIVA, algumas lideranças não resistem e entregam nomes de outros companheiros. Ela conta a sua experiência na prisão.

"A primeira prisão minha foi no Maranhão, eles me pegaram dentro do acampamento, eu uma companheira e uma irmã que inclusive ela é dos E.U.A - irmã Júlia. O que eles fizeram? Torturam nós antes. Fizeram nós andá descalço na areia quente; andaram dentro da água com nós, sem saber nadar, sem nada, atirando perto. Eles chegaram no acampamento era umas 9 horas da manhã, e nós andando dentro da mata, então nós fomos em outro acampamento. Aí foi onde eles queimaram tudo, barraco, aí saímos debaixo de fogo, foi uma loucura, uma coisa que cria mais revolta ainda, a prisão".

Nesse mesmo sentido, BETINHO se recorda de uma fala de um advogado, ou seja, "liderança que tá apagada, se colocar a polícia atrás dela, ela se anima". Cria mais revolta como disse

DIVA.

Destacamos a dimensão da cultura política, enquanto educativo, presente nos movimentos sociais. Como afirma GOHN (1992:18-19) "experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos, etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente (...) aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível (...) aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa (...)".

"Em vez de tu fazê com que a pessoa desista, aí acontece o contrário, a pessoa fica mais revoltada, mais contrariada. Não com quem tá executando, mas com os grandes escalões da própria polícia. Hoje, a polícia é umas pessoas mandadas. Ou você cumpre ou vai embora. Eu tenho uma revolta muito grande pela polícia, mas por outro lado, não adianta ter essa revolta, por ex. eu tenho rancor. A primeira prisão foi um choque, porque foi uma coisa que nunca tinha acontecido. Eu fiquei com mais raiva dos caras, de quem tava lá comandando aquela operação. Então, em vez de tu puxá a pessoa pro lado deles, você acaba afastando mais ainda, e aí que vem a complicação, que é muito grande, porque tem Estado que a polícia é muito agressiva. Agora, tem Estado que a polícia é mais sensível pra discutir e tal. Agora, eu não sei até quando". (DIVA, 1993, SANTA CLARA)

Atualmente, no Pontal do Paranapanema, a polícia tem tido uma atuação "amigável" com os trabalhadores, às vezes avisam o dia do despejo. Porém, em outras regiões do Brasil, a situação

dos trabalhadores que participam do MST é complicada, a polícia é treinada para "acabar", principalmente com as lideranças.

"A segunda prisão foi em Bacabal - Maranhão. Eu estava no município, responsável de organizar os trabalhadores pra uma ocupação de terras naquela região. Então, reunindo os trabalhadores, como era muita gente, então a divulgação, ela se expandiu. E nisso os fazendeiros ficaram grilados, pensando que nós ia ocupar as terras deles. E eu estava morando num povoadozinho, beirando o asfalto, na casa dum trabalhador e nisso ele já tava preparado até pra ir pra terra. Aí três dias antes da ocupação eu tinha ido pra uma reunião aonde nós ia planejar a entrada na terra. E a questão de caminhão e tudo né. Aí foi aonde que a polícia chegou na casa desse trabalhador e aí intimou, tinha 2 meninos do Ceará trabalhando comigo e quando eles viram a polícia eles correram, eles não esperaram a polícia, eles correram. Eram pessoas novas que tavam iniciando e sobrou o pessoal da família. E levou os dois filhos do pobre trabalhador que não tinha conhecimento de nada. E aí os caras tudo de metralhadora, apontando arma pro pessoal. E aí perguntava por mim, os caras sabia que eu existia ali, mas não tinha minha fisionomia, e aí perguntou a eles. Eles falou assim, não ela vem a noite, porque tem uma reunião, em tal lugar. E nisso, o último ônibus que vinha, eu entrei e me mandei pro povoado onde ia ter a reunião. E nisso eu fazia a reunião de bicicleta. Aí quando eu ia descendo do ônibus com a camiseta do movimento e o jornal, aí eles (ano 1991), quando eu desembarquei do ônibus, chegaram pra cima de mim, tudo de arma e perguntaram se eu era Deolinda, eu falei que era. Não adiantava mentir que eu já estava com propaganda do movimento.

Aí pegaram as camisetas, já tinham pegado minha bolsa na casa do trabalhador. Pegaram tudo. Bolsa com roupa, rede, tinham levado tudo dentro do carro. Aí algemou lá junto com eles e nós fomos até na Delegacia de Bacabal, aí chegando lá, menina do céu, o que tinha de policial e de fazendeiro na roda da Delegacia e a imprensa tudo lá. Aí eles ficou naquele impasse, não sabia se me tirava de dentro do carro ou se deixava dentro do carro. Isso foi um fazendeiro que cedeu o carro, até hoje eu não me esqueço o nome Chico Galalau, um grande fazendeiro, famoso na região. Aí, desceram comigo pra delegacia, forçaram a dar depoimento sem advogado, aí eu fui contra, me forçaram fui contra. Inclusive a esposa do delegado foi junto, lá me prender. Aí eu conversei com ele, eu conversei com ela e foi onde ela me deixou em sala livre". (DIVA).

Um líder, usualmente, tem clareza política do momento em que deve falar, tem consciência dos seus direitos "só falo diante do advogado".

A influência do Partido dos Trabalhadores - PT - e de alguns agentes da Igreja Católica, vão no sentido de dar apoio aos trabalhadores e de, em alguns momentos, traçarem estratégias de lutas conjuntas.

"O pessoal do partido - PT veio junto. Os freis que são de origem italiana, ligaram pra lá, e perguntou quem era o responsável. Eu falei aqui não tem responsável não, fui logo sincera e honesta. Eu falei assim, eu estou fazendo um trabalho aqui, independente de qualquer outra pessoa. Agora, tem pessoas que apoiam, tem o frei Sérgio, frei Vital, Bispo Dom., que também tá junto. Aí, eu já tinha dormido na casa

do bispo, feito uma conversa com ele. Aí eles falou assim, então tudo bem. Cê só vai dá depoimento com advogado, eu falei é. Aí dessa vez, não teve espancamento nenhum.

No ano passado (1992)- no Espírito Santo - nós saímos tudo amarrado de dentro do acampamento. Saímos uma fileira amarrado... era uma festa até...chegaram atirando , nós tava de mudança pra outro local do acampamento. E aí eles chegaram atirando dentro do acampamento, aí não tinha como controlá o pessoal, porque eles tavam fazendo os barracos, aí na hora que eles chegaram, eles forçaram a barra. Chamou uma mulher lá, coitada e disseram: "Ah ouvi dizer que a senhora que é a líder aqui...", a mulher se tremia de medo, chorava, fazia o que bem queria, com medo deles. Aí foi onde que um senhor de idade lá, me entregou: Isso eu já tava amarrada, aí foi onde foi tirar foto, fizeram o que bem quis... com a bandeira nossa. Aí em seguida levou todo mundo pá delegacia. Aí o Dr. Osmar Barcelos, advogado, chegou a noite, aí ficamos com o pessoal lá na Delegacia, no pátio, todo mundo, com a bagulhada toda. Aí saímos de madrugada. Essa foi uma das prisões, que foi tudo tranquilo. A primeira foi uma loucura. (DIVA, 1993 SANTA CLARA).

DIVA afirma que "(...)a prisão se dá num momento que as vezes, nem se está esperando e, acontece. O que se faz pra que a coisa não se torne tão complicada como nós dissemos? Por exemplo uma das questões é tu falá menos, outra é tu apanhá pra valer ou, entregá tudo. Aí depende de sua consciência(...)".

Nesse caso está presente a dimensão educativa da organização política que, segundo GOHN (1992:17) "a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são

os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões porque se luta, leva concomitantemente à organização do grupo. Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. As assessorias técnicas, políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares(...)"

Dessa aprendizagem política surge a capacidade crítica de cada indivíduo em analisar seus problemas, traçar alternativas para solução dos mesmos, articulado aos interesses coletivos.

HELLER (1980) afirma que "(...)conscientização é um processo de manipulação e criação de símbolos(...)". É o processo de imaginar a relação de ir e vir entre dois pólos, o particular e o genérico. E, nem todas as pessoas são capazes de fazer essa análise e concluir que, somente a ação coletiva pode levar à concretização de objetivos ligados à transformação de uma realidade, qualquer que seja ela.

Portanto, em momentos de prisão de trabalhadores sem terra o que se espera é que os indivíduos tomem decisões pensando no coletivo, no "nós". Pensar o "nós" é pensar o futuro do movimento, conseqüentemente, pensar o indivíduo enquanto sujeito concreto, ativo.

Outras experiências vivenciadas pelas lideranças estão ligadas aos cursos de formação oferecidos pelo movimento sem terra. A Escola Nacional, localizada em Caçador-PR é onde se reúnem lideranças de todo o Brasil.

5- CURSOS DE FORMAÇÃO DE MILITANTES

O MST tem como pressuposto que, uma boa liderança deve conhecer a sociedade, conhecer História, Economia Política, etc. Nesse sentido, os cursos de formação são momentos para garantir essa preparação. Porém, o fator principal na consolidação do líder, é a participação na luta, a experiência. A partir das diferentes experiências na luta, a liderança vai procurar aprofundar seus conhecimentos para formular novas estratégias de organização e luta pela terra.

"(...) é na Escola Nacional onde nós reúne todos os quadros, quase dirigentes de todo Brasil, pra estudar uma conjuntura a nível nacional e internacional, questão da economia política, movimentos populares, história do movimento sem terra e um pouco a experiência de outros países(...)vêm debatedores do Paraguai, Chile, etc. transmitir a luta de seus países pra militantes e dirigentes aqui do Brasil(...)" (DIVA, 1993)

"(...)a formação, os cursos, o estudo são maneiras para que cada companheiro tenha mais acesso ao conhecimento. Quem não sabe é como quem não vê. Todos os companheiros precisam estudar, se capacitar. A formação em nosso movimento é tão importante quanto a luta(...)" (Caderno de Formação n. 12).

Os cursos de formação de quadros dirigentes são meios de "transmitir" conhecimentos aos sujeitos que pretendem ser lideranças. É um dos meios de trabalhar o indivíduo, para que este siga as normas do movimento, no que se refere à organização de "massas".

De acordo com o livreto "Documento Básico do MST" o setor de formação possui as seguintes linhas políticas:

- ser um processo permanente, pelo qual os companheiros do mesmo projeto político, são capacitados para aumentarem seus conhecimentos e capacidade de intervenção na realidade social em que vivem.

- ter por objetivo o desenvolvimento e garantia da unidade político-ideológica da organização.

- garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica e dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir os conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST.

- os quadros e militantes devem ser moldados à imagem e semelhança da organização.

- a formação se realiza em diferentes momentos e formas, como: a prática do dirigente, assembléias, encontros, mobilização, seminários e cursos.

- os militantes e dirigentes são exemplos para sua base. Sua prática é um exercício permanente de formação, entre outros.

Constatamos que a linha política do MST, no que se refere à formação de lideranças, se restringe à transmissão de conhecimentos, à imposição de disciplina e exigência de dedicação por parte daqueles que são ou serão lideranças.

Nesse sentido, observamos no assentamento alguns conflitos entre os trabalhadores não-lideranças e os trabalhadores lideranças formados pelo MST. Constatamos que as lideranças pro-

curam se esforçar ao máximo, no intuito de serem exemplo para a base e com isso, desenvolverem o movimento, principalmente na região, onde há grande quantidade de terras devolutas. Assim, algumas lideranças se queixam que muitos trabalhadores não se dedicam plenamente às atividades do assentamento e os trabalhadores não-lideranças se queixam que as lideranças viajam muito, pouco trabalham.

Acreditamos que os cursos de formação de quadros, dentro do MST, poderiam possibilitar uma relação mais flexível, entre as lideranças e entre estas e os trabalhadores. O diálogo permite construir conhecimento e estratégias de luta, assim, poderia ser privilegiado nos cursos de formação e conseqüentemente nos assentamentos.

Por outro lado, entendemos a necessidade urgente de ocupação das terras devolutas e improdutivas na região do Pontal do Paranapanema, daí a importância da formação de novos quadros dirigentes. É importante que esses novos quadros tenham a preocupação de desenvolver um espaço de socialização política, onde os trabalhadores possam construir a identidade coletiva, sem ser "massa" apenas "mobilizada".

Dona JULIA não é uma liderança que organiza ocupações, mas é uma liderança que atua dentro do assentamento, está sempre alegre, enfrenta todos os problemas que lhe aparecem. Foi coordenadora do grupo de jovens no assentamento Gleba XV de Novembro. Nesse trabalho, era assessorada por um padre e uma irmã da cidade de Rosana.

6- GRUPO DE JOVENS

"(...)minhas filhas e colegas queriam formar o grupo de jovens. Eu dava a maior força, tem que tê alguma coisa pra essa juventude participá, se livrá desses pais que são uns carrascos. Na reunião eles chegavam e ficava tudo amontoado nos cantinhos, a gente pedia pra falá alguma coisa, eles só davam uma risadinha. Eu falava pra eles que se fô assim, o grupo não vai pra frente, porque eu acho que o pobrema de vocês vai se torná um só, de toda essa meninada(...)" (JULIA, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO)

Dona JULIA não é uma pessoa que tem clareza teórica/histórica da situação político-sócio-econômica do país, nem da história dos movimentos sociais no campo. Nunca passou por cursos de formação de lideranças, porém tem noção da necessidade de manter uma organização de jovens no assentamento, é um dos meios de se manter um espaço comunicativo e, conseqüentemente, de desenvolver nos jovens, a fala, o diálogo.

"Eram jovens muito tímidos que, quando precisavam ler em missas, tremiam como vara verde, foram superando essa timidez a partir das reuniões com outros jovens" afirma Dona JULIA.

Dona JULIA fala, com orgulho, dos prêmios que o grupo de jovens ganhou:

"(...)ganhamo prêmio no grupo de jovens, conjunto de cantores lá em Mirante, foi uma bomba, porque disseram que lá nunca ninguém ganhou deles e, agora, logo a turma da Gleba(...)" (JULIA, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO)

O grupo montou um conjunto musical, imitando o grupo brasileiro RPM. Participaram de concursos em Mirante do Paranapanema, Epitácio e Primavera. Organizaram festa-bingo, festa do sorvete, leilão. Leiloavam cachos de banana, mamão, etc. Embrulhavam essas frutas e, o pessoal não sabia o que era. Era uma verdadeira festa, um meio de manter o pessoal unido. Era como que uma mística do movimento, ou seja, um meio de tornar a vida no assentamento mais alegre e fortalecer os ânimos para enfrentar os problemas cotidianos.

O fato de Dona JULIA ter sido uma "referência" entre os jovens, no sentido de organizá-los, se deve a toda sua experiência de vida sofrida e reprimida, inclusive pelo próprio marido. A partir da reflexão sobre seu passado, atua no sentido de proporcionar o encontro e um espaço de crescimento grupal entre os jovens.

"Eu sofri muito nessa vida, sem apoio de ninguém, sem ninguém me dá pelo menos uma força pra mim botá minha fala pra fora. A gente tem língua, tem uma garganta sadia, precisa perdê o medo de falá.." (JULIA, 1994)

Portanto, JULIA mostra que houve uma emancipação cultural desses jovens. Pessoas que se mantinham caladas, reprimidas com problemas familiares, a partir do momento que se reuniram, se integraram num grupo, começaram a formar uma consciência mais social e menos individual, mais solidária e menos egoísta, menos tímidos, logo, sujeitos participantes.

Depois de algum tempo, Dona JULIA deixou o grupo de jovens e sua filha ficou na coordenação até se casar. Mais tarde, IOLANDA, atual professora do assentamento, ficou na coordenação até se casar, quando por motivos de religião do marido, deixou o grupo.

IOLANDA lembra que, no início era difícil fazer as pessoas falarem, mas com o apoio de outros grupos e de um padre de Rosana, traçava estratégias dinâmicas de atuação no grupo, no sentido de levantar questões para serem discutidos. Uma dessas estratégias era a seguinte: Pedia para cada um dos jovens anotar em uma folha de papel o principal problema que o afligia, em seguida, cada um colocava essa folha em uma caixa, de modo que ninguém sabia quem tinha quais problemas. Depois tiravam uma folha da caixa, discutiam o problema em conjunto e apresentavam alternativas de solução, mesmo sem saber quem é que tinha escrito, muitas vezes o problema era comum no grupo. Dessa forma os jovens se sentiam menos intimidados para se exporem.

Essa é uma estratégia pedagógica, cujo método é expor-refletir-agir. É um meio de mostrar que os problemas individuais são praticamente comuns no grupo.

SADER (1988:159) comenta sobre o método utilizado pelas Comunidades Eclesiais de Bases, ou seja, ver-julgar-agir. No mesmo sentido, podemos lembrar os trabalhos da CEBs no processo de luta pela terra no assentamento de Sumaré, onde se utilizava os conteúdos bíblicos para analisar os problemas concretos dos trabalhadores e traçar estratégias de luta, nesse processo, através do reconhecimento das histórias de vida, formaram a identidade de

sujeito coletivo.

"(...) o fundamental terá sido a experiência da possibilidade de intervir coletivamente sobre a realidade dada, engajando cada um pessoalmente nesse processo (...)" (SADER, 1988:160).

Nesse sentido, as lideranças não são apenas aquelas pessoas dedicadas à organização e mobilização dos trabalhadores para ocupação, são também aquelas pessoas que possuem diferentes experiências de vida, diferentes práticas sociais, que procuram organizar atividades dentro do assentamento. Atividades comunitárias, educativas ao dia-a-dia.

Percebemos alguns conflitos entre lideranças formadas dentro da linha política do MST e o trabalho do grupo de jovens.

Dona JULIA nos contou que, na primeira reunião do grupo de jovens, estes se sentiram intimidados diante de duas lideranças do assentamento. Os jovens afirmavam que as lideranças queriam ditar as normas e tomar a frente do grupo. Assim, monopolizavam a fala e discordavam dos procedimentos adotados pelos jovens. Foi a partir de então, que os jovens pediram à Dona JULIA que participasse do grupo de jovens, pois assim eles se sentiriam mais a vontade.

Observando os procedimentos das duas lideranças, Dona JULIA pediu aos mesmo que opinassem no grupo, mas que procurassem não direcionar a reunião, que deixassem os jovens encontrarem um caminho.

É evidente o choque entre a formação política recebida pelas lideranças no sentido de organizar o movimento e a idéia de participação, diálogo, etc. presente na mente dos jovens. É o confronto entre a educação "transmissora" dos cursos de formação e a educação que procura construir a partir do diálogo.

IOLANDA, professora da E.E.P.G. "Núcleo Bonanza" liderança dentro do grupo de jovens. Era a pessoa que tinha mais capacidade de comunicação, segundo os jovens, comandava as reuniões. Tinha a mesma preocupação de Dona JULIA, formar jovens mais comunicativos.

"Existia um grupo base - algumas pessoas responsáveis pelo grupo de jovens no assentamento. O grupo de jovens era dividido em grupinhos, em cada um deles, ficava um membro do grupo base. A cada reunião, um dos grupinhos era responsável pela organização da mesma". (IOLANDA, 1994 - GLEBA XV DE NOVEMBRO)

Uma das questões discutidas no grupo era a da discriminação, rejeição, pois os jovens se sentiam rejeitados na cidade, em outros locais fora do assentamento. Enfim, se sentiam inferiorizados diante de outros colegas de fora do assentamento.

"(...)não tinham estudo, não tinham um meio de serviço que eles queriam, era só lavoura. Nem sempre, com a lavoura, conseguiam o que queriam, condições de se manter, de roupa, calçado, alimento, moradia. Então, através do trabalho de Encontro com grupos de jovens de Rosana, o pessoal começou ter outra visão. Os nossos problemas são nossos, mas nem por ser da cidade, evita ter os problemas deles. Aí foi tendo aquele contato(...)" (IOLANDA, 1994- GLEBA XV DE NOVEMBRO).

Com a troca de experiências entre diferentes grupos de jovens, foi possível haver um maior conhecimento do que é a Gleba, quais as dificuldades enfrentadas, etc. O pessoal de fora passa a ver o assentamento com outros olhos. "Houve um crescimento interior e exterior" afirma IOLANDA.

"o objetivo era sempre trabalhar o jovem aqui dentro da Gleba, fazer com que a mente dele, que ele tivesse uma visão mais ampla do problema que ele estava vivendo(...)" (IOLANDA)

Concomitante ao grupo de jovens, havia um trabalho com as mulheres - donas de casa - do assentamento, coordenado por Dona JULIA e assessorado por uma assistente social.

7- CURSO CORTE-COSTURA

"A DIVA veio e falou assim: Dona JULIA, a senhora que participa das coisas da igreja tão bem, poderia ajudá a gente nas aulas de corte e costura. Eu falei que posso ajudá, se é pá ajudá a muierada que sabe menos que eu, tudo bem.

Consegui máquina, material de costura com a assistente social e, a gente começo a matrícula. No início tinha 16 alunas. Costuramo roupa lá. vendemo aqui dentro mesmo. Depois, a assistência tava fraca, não tinha mais fundos, tivemo que pará.

Desse curso, surgiu a idéia de montá um desfile de moda. Arrumei as menina, pinte...começo o desfile, foi uma festa(...)" (JULIA, 1994)

Percebemos que, dentro do assentamento existem inúmeras experiências vivenciadas, no sentido de contribuir para a formação de um assentamento produtivo, tanto do ponto de vista econômico, como do social, pois na medida em que as pessoas se organizam para desenvolver diferentes atividades, estão formando a idéia do comunitário e consolidando a identidade de sem terra, indivíduos com carências e objetivos/interesses comuns.

GUTIÉRREZ (1993:26-27) comenta sobre a educação socialmente produtiva, mostrando que "o desenvolvimento não é tão somente um fenômeno econômico, mas sim um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção do sentido dos valores e metas na vida".

A atividade de corte-costura, inicialmente tinha como objetivo a questão "aprender costurar", que era uma necessidade básica. A partir dessa necessidade e da conseqüente aprendizagem do corte-costura, as mulheres venderam algumas roupas, dentro do próprio assentamento.

"Não existe um processo prévio de consciência que desemboque na organização, e sim que, em todo o processo educativo, tudo o que ocorrer enquanto transformação da consciência, dá-se a partir da organização para satisfação das necessidades básicas" (GUTIÉRREZ, 1993:32 apud CÉSPEDES GUTIÉRREZ, 1986).

GUTIÉRREZ (1993:24) afirma que devido a potencialidade política, produtiva e organizativa, os poderes estabelecidos do sistema imperante, inclusive nas democracias representativas, não tem tido muito interesse em desenvolver a questão.

Nesse sentido, "(...) o processo cotidiano de recriar a identidade comunitária deixa de fluir precisamente pela complexidade, neutralidade e dispersão das organizações locais" (GUTIÉRREZ, 1993:24)

Esse pode ser considerado um dos motivos da decadência da atividade organizada pela assistente social e coordenada por Dona JULIA. Outro motivo seria a ausência de um trabalho no sentido de traçar metas e metodologias para a continuidade da atividade. Portanto, os elementos básicos dos processos educativos, citados por GUTIÉRREZ, não foram consolidados. Esses elementos são: ter uma metodologia que realize um diagnóstico participativo da realidade, ter uma visão sócio-política global, buscar a transformação da realidade, levar o trabalho adiante por meio de estratégias adequadas.

O objetivo do diagnóstico participativo é gerar informações e conhecimentos necessários à identificação dos problemas e necessidades enfrentadas pelo grupo comunitário.

O segundo elemento é a exposição sócio-política global, onde os problemas detectados são entendidos no contexto de uma sociedade historicamente determinada.

O terceiro elemento é o de transformar as relações de produção e o nível de consciência, ou seja, o processo de educação socialmente produtiva, contribui para transformação das relações de produção e construir novas relações sociais.

A decadência dos trabalhos desenvolvidos com algumas mulheres no assentamento, está ligada a esses fatores de ordem político-econômica e com relação à própria assistência social da

atividade, que em certa época acabou. Ou seja, a ausência de material possibilitou a dispersão das mulheres e logo, o fim de um espaço dialógico.

CIDA, professora de uma das escolas do assentamento Gleba XV, faz parte de um grupo da Igreja Católica. Esse grupo é denominado Ministros da Pastoral da Saúde, se dedica ao trabalho com pessoas doentes.

"(...)quando a gente sabe que tem algum doente aqui no Setor I, a gente visita, ajuda, lava roupa, limpa a casa, prega o Evangelho. Explica a palavra, pra pessoa ficá mais firme na fé(...)" (CIDA, 1994).

Enfim, é um trabalho que mostra a solidariedade presente no assentamento. É uma atividade organizada por um pequeno grupo, inspirado nos escritos do Evangelho. São as inspirações religiosas que levam a aproximação entre as pessoas.

"A solidariedade é um aspecto da cultura camponesa muito valorizada. No meio rural, as grandes distâncias, a dificuldade de acesso a hospitais, mercados, etc, faz com que a ajuda necessária sempre seja solicitada ao vizinho mais próximo (...)" (LISBDA, 1988:107).

A partir dessas experiências de vida surgem as aprendizagens que levam à organização coletiva ou à decadência dessas organizações.

8- ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES

"(...)hoje em dia - na Gleba XV - quase ninguém é grupo. A maior parte é cada um sobre si. Cada um cuida do seu. Eles falam muito em associação, mais não dá certo também. Não dá certo por causa, vamo supor, são 10, eles tãõ ali pra trabalha em sociedade. Na hora de trabalhá, tem 10, pra trabalhá, vai 5, 4, outros não vai. Então aqueles um fica sem trabalhá, fica comeno às custas dos outros. Associação é assim(...)" (DAMIÃO, 1994 GLEBA XV DE NOVEMBRO).

Verificamos que há uma certa decepção em relação à Associação. A Associação existia, porém prevalecia uma mentalidade individualista entre os associados.

A questão da cooperação agrícola vem sendo discutida dentro do MST. Os principais itens discutidos visando o desenvolvimento da mesma, têm sido os seguintes: (17)

- planejamento da produção: objetivo é traçar um plano global de metas (planos anuais, mensais e bi-mensais). Finalidade de organizar as ações no tempo.

- Divisão do trabalho: necessidade de aprender dividir as tarefas previstas no planejamento, distribuir entre as pessoas dentro de cada setor, cuidando para que a pessoa certa receba o trabalho certo.

(17) Caderno de Formação nº 20 - MST "A cooperação agrícola nos assentamentos", 1993.

- Disciplina e controle do trabalho: é preciso deixar de confundir o controle do trabalho, com o controle das pessoas.

Demonstra-se a necessidade de transformar a mentalidade individualista em coletiva. Pra tanto é preciso que haja um planejamento de atividades a serem desenvolvidas e do relacionamento entre as pessoas, além de estar constantemente avaliando - refletindo sobre a cooperação agrícola.

Nos assentamentos que tivemos oportunidade de analisar, há predomínio do trabalho individual nas atividades agrícolas. O grupo que trabalha coletivamente é o das lideranças. As mesmas são dispensadas do trabalho na roça, durante um determinado número de horas por mês. Essa dispensa ocorre devido às mesmas viajarem para participar de reuniões, encontros, etc.

Quanto ao fato de haver predomínio do trabalho individual, DAMASCENO(1990:201) afirma que "(...) essa atitude de isolamento do camponês é perfeitamente compreensível, pois todo o suporte da atividade econômica do pequeno produtor é marcado pela individualidade, somente quando o produto do seu trabalho, a mercadoria, atinge o mercado é que este se socializa(...)"

A autora alerta ainda que, todo trabalho ideológico proveniente das classes dominantes afirma a concepção individualista em detrimento da coletiva.

Nos assentamentos, objeto de nosso estudo, alguns trabalhadores não-lideranças alegam haver "tramoias" na hora de dividir o lucro, resultado da venda do produto. As lideranças, por sua vez, alegam que as pessoas preferem trabalhar individualmente, devido ao fato de prevalecer a tradicional cultura camponesa,

individualista. (18)

DAMASCENO(1990:201) afirma que "o fato da propriedade familiar se destacar dentro do projeto camponês (...) é um traço ideológico que parece ser comum ao campesinato em geral(...)"

O assentamento Gleba XV é dividido em cinco grandes setores. Alguns desses setores organizaram associações agrícolas - grupos de dez pessoas ou mais - conseguiram tratores e outros maquinários para o trabalho agrícola. Porém, a manutenção de maquinários agrícolas exige um certo capital. Como podemos perceber na fala de DITO, não havia nem capital, nem diálogo suficiente para haver um acordo entre as partes associadas. O que se percebe é uma associação com interesses individualistas, talvez por falta de conhecimentos de como organizar e manter uma associação que beneficie a todos. Os conflitos sempre surgem, porém é preciso haver reuniões constantes para que, a partir dos conflitos, a associação cresça.

"(...)a melhor forma de garantir a produtividade é se agrupando, do contrário, vai ficar do jeito que está. Pra organizar o coletivo, teria que ter um grupo bastante grande e consciente. As famílias mais conscientes um pouco, começá formá um laboratório de campo(...) escolhé algumas famílias pra mostrar pra eles, como cresce uma empresa. Associação é uma das melhores formas de organizar os trabalhadores(...)"
(DIRCEU, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1994)

(18) Estudo sobre o trabalho coletivo e individual, está sendo desenvolvido por ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. Dissertação de mestrado em geografia, a ser apresentada na FCT-UNESP-Pres.Prudente.

DIRCEU, com sua experiência em coordenar associação e defender a cooperação agrícola, sugere que dentro do assentamento se forme um laboratório de campo, que seria composto por um grupo de pessoas que se organizaria para, planejar as atividades, produzir e mostrar aos demais trabalhadores que somente a cooperação agrícola pode levar ao desenvolvimento do assentamento e, conseqüentemente, dos sujeitos individuais.

O entendimento acerca da importância da produção em grupo, se refere à uma discussão sobre a atual realidade enfrentada no campo, ou seja, os pequenos produtores, isolados, estão em decadência. É nesse sentido que os trabalhadores precisam desenvolver espaços educativos, com intuito de ver-refletir e agir, ou seja, olhar sua realidade comum, refletir a mesma, apontando caminhos, analisando assentamentos que possuem cooperação agrícola e, a partir de então, planejar estratégias de atuação grupal no assentamento.

Constata-se que a relação com pessoas da Igreja, comprometidas com questões sociais, com Partidos Políticos envolvidos com a questão agrária, a relação com universidades no sentido de buscar apoio técnico e político entre outros agentes, se faz necessária para o sucesso da cooperativa, do assentamento e dos sujeitos assentados.

No assentamento de Sumaré, por exemplo, existe um trabalho coletivo, onde as pessoas visam o progresso do assentamento e, conseqüentemente, a melhoria de vida dos assentados. Esse fato se explica a partir da própria história desse assentamento, onde desde o início, as famílias se reuniam para discutir problemas

comuns. Portanto, aqueles sujeitos começaram a se reconhecer como iguais, como sem terras e, atualmente, como assentados. Nesse sentido, trabalham visando o desenvolvimento político-sócio-econômico do assentamento.

Lembrando HELLER (1980), os sujeitos transformam conscientemente os interesses, os objetivos sociais em aspirações particulares. Realizam um trabalho coletivo que poderia resultar em lucros e melhoria da qualidade de vida para cada um dos sujeitos.

AS APRENDIZAGENS COTIDIANAS

GOHN (1992:50-52) afirma que, nos movimentos sociais, a educação é auto-construída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, ou seja, das diferentes aprendizagens geradas nesse processo de luta.

A experiência vivenciada pelos trabalhadores rurais, no processo de acampamento, possibilita o desenvolvimento de um espaço de sociabilidade, pois os indivíduos se encontram localizados fisicamente, um ao lado do outro, a refeição é feita por um grupo de mulheres, para todos os trabalhadores (aspecto comunitário), as "conversas" fluem no grupo, formam-se amizades. Os trabalhadores vão se reconhecendo publicamente e reconhecendo sua luta.

As diferentes experiências vivenciadas pelas lideranças no processo de luta, leva à construção de novas estratégias e de novos tipos de relacionamentos entre o grupo de trabalhadores -

moradores. São as aprendizagens cotidianas que poderão contribuir para o sucesso do movimento, tudo depende da experiência vivida pelos sujeitos.

Nas histórias de vida, foram várias as aprendizagens citadas pelas lideranças, várias "necessidades" foram surgindo.

HELLER(1989:89) quando analisa a questão dos papéis sociais, afirma que:

"A possibilidade de uma produção indefinida que não se limita ao essencial, produz no homem a necessidade de modificar-se permanentemente, de renovar-se, de transformar-se. Essa necessidade de novidade, de transformarmos constantemente tanto a sociedade quanto nós mesmos, é uma das maiores conquistas da história humana". (grifo nosso).

A) necessidade de participar do movimento dos trabalhadores rurais.

"(...)a cidade não é o que eu queria...trabalhando como metalúrgico em São Bernardo do Campo, a gente que é da roça, não era isso que queria(...)"(WILSON, 1993)

"(...)a vida em São Paulo não era nada do que a gente via na TV(...)" (MARCELO, 1993)

É a partir do fator migração que surgem diferentes experiências de vida. A migração está estritamente relacionada às relações de trabalho com as quais os indivíduos se defrontam nessa trajetória. Sempre trabalhando de empregado, seja no campo ou na cidade. Dificilmente conseguem atingir as condições sócio-econômicas idealizadas. Em busca desse "ideal" é que iniciam a participação no movimento social.

"Reforma Agrária só sai do papel quando os trabalhadores se organiza e faz ocupação de terra.. temos que fazer uma ação que avance mais a luta, e nós descobrimos que a ação tem que ser motorizada. Ocupamos, fomos despejados, viemos aqui para a beira da linha e vamos ocupar com máquinas e essas máquinas, explicando, são de arrendatários, que antigamente tinha arrenda nessa região(...)" (WILSON, MST,1993).

As fotos a seguir ilustram o que se entende por ocupação motorizada. A ocupação da área, pelos trabalhadores, é feita utilizando maquinários, como na ocupação da fazenda São Bento. Os arrendatários da região que participam da luta, levam os tratores e entram na terra arando, em seguida usam maquinários para o plantio. O resultado é imediato, uma grande área é arada e em algumas semanas o resultado aparece, as plantas começam nascer.



Foto 12 - Fazenda São Bento. Área sendo preparada para plantio.
Julho de 1993.



Foto 13 - Assentamento Santa Clara. Plantação de algodão. Julho de
1993.

"(...)além de você estar adquirindo um pedaço de terra pra você, vai ajudar os outros também, a conseguir um pedaço de terra(...)aprende o amor pela luta (...). Eu, até os 44 anos não tinha conhecimento do que era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST" (CATARINA, UNIÃO DA VITÓRIA, 1993)

CATARINA formula esta fala quando está olhando para os trabalhadores na 14ª ocupação da fazenda São Bento. Mostra a emoção de ver esse tipo de trabalho. A foto abaixo ilustra os trabalhadores voltando do trabalho de preparo da terra, área onde estávamos entrevistando CATARINA:

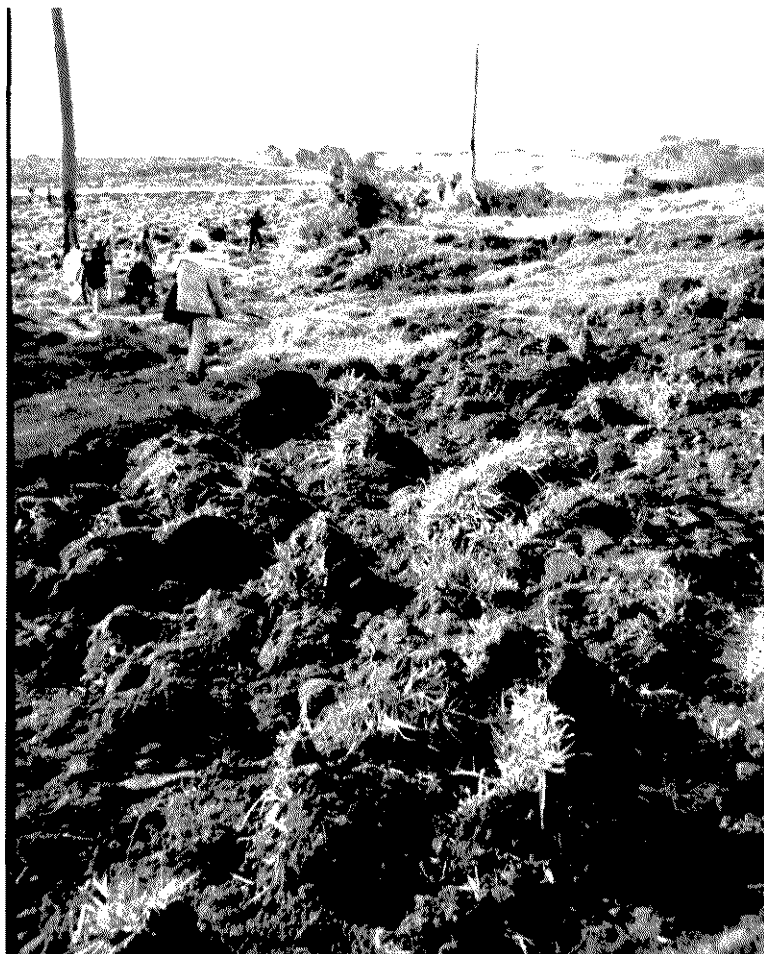


Foto 14 - Fazenda São Bento. Trabalhadores voltando do trabalho, em direção ao acampamento. Julho de 1993.

"(...)não seria uma coisa dada e nem ganhada, seria uma coisa mais conquistada(...)" (DIVA, 1993)

"(...) se nós temos aquela terra - assentamento onde a família vive no Espírito Santo -, é pelo fato de ter organizado junto com os demais companheiros e partido pra essa batalha(...)" (DIVA, 1993).

A Reforma Agrária, a partir de experiências concretas, passa a ser entendida como uma luta, onde o objetivo principal é conquistar terra, é distribuir e legalizar áreas improdutivas e ilegais. Reforma Agrária é uma conquista, é um processo: primeiro é a terra, em seguida a luta por toda infra-estrutura necessária, depois a luta pelo mercado para os produtos, etc. É enfim, a luta pela cidadania, pelo direito de participar das decisões políticas e de defender a cultura do trabalhador rural.

Num primeiro momento, a participação no movimento dos trabalhadores rurais se dá pela necessidade concreta de um local para trabalhar e morar. É a necessidade objetiva, é a carência sendo um dos fatores determinantes da participação.

Posteriormente, a luta será pelas melhorias das condições de vida e de trabalho nos assentamentos, é a necessidade, o desejo, o ideal de uma vida melhor.

Com relação às lideranças, o processo é semelhante, porém, no caso do MST, as aprendizagens adquiridas nos cursos de formação, colocam em destaque a utopia, o ideal de uma sociedade "melhor". Essa idéia, acrescida das experiências do dia-a-dia, pode levar a uma forte participação no movimento.

B- Necessidade de organizar, fazer crescer o movimento social: Reconhecimento de situações semelhantes.

Com relação às aprendizagens que levam à formação do coletivo, por exemplo, MARCELO é uma pessoa que foi para o acampamento para conseguir um pedaço de terra para o pai, com a constante participação em reuniões, foi percebendo a necessidade de organizar mais trabalhadores na luta pela Reforma Agrária.

"(...) Eu vim mesmo em busca da terra, aí foi quando eu descobri o outro lado da moeda, que não adiantaria a gente lutar simplesmente pela terra. Teria que lutar pela terra sim, pra gente, pros pais. Mais eu teria o compromisso e necessidade de estar lutando por terra pra mais gente e, transformar essa sociedade(...)" (MARCELO, 1993).

O compromisso e a necessidade da luta pela Reforma Agrária como uma necessidade social, surge do contato com vários trabalhadores envolvidos nesse processo de luta. São trabalhadores com condições de vida semelhantes e que se envolveram na luta, inicialmente, pelas necessidades particulares. No "reconhecimento" das condições semelhantes é que o movimento se fortalece.

"Tudo aquilo que a gente faz é educativo pra gente. Acho que a gente aprende muito e o que desperta mesmo, é o desenvolvimento comunicativo, de pessoas pra pessoas. Outra coisa que desperta muito na gente, na convivência do dia-a-dia, é uma consciência mais social. Porque quando você está num outro meio social, a gente desperta uma consciência muito individualis-

ta - eu pra mim e Deus por todos. E aqui não, aqui é um por todos e todos por um. Então, isso a gente aprende muito, a convivência, o companheirismo em si. Por outro lado, a gente aprende muito a sacanagem que existe do poder judiciário, em conluio com os fazendeiros, com essa elite dominante que tem aí. A gente aprende a forma como eles agem e, através disso, taticamente a gente aprende como também dar o troco pra eles(...)" (CÉSAR, 1993)

As expressões utilizadas por esta liderança - educativo, desenvolvimento comunicativo, consciência social - são elaboradas no convivência diária com os trabalhadores, com grupos assessores, do contato com leituras diferenciadas (poesias, literatura, economia, etc), etc.

Como afirma GRZYBOWSKI(1991:60) "A continuação da prática e o acúmulo de experiências permitem um salto na consciência, na socialização política. Trata-se da formação de um saber social com os elementos da prática de luta e com os recursos da própria cultura do grupo".

Todas as atividades são educativas no sentido de despertar uma consciência social, uma preocupação com o coletivo.

GOHN (1992:52) afirma que "o ponto fundamental da alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das relações sociais. Não se trata de um processo de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização dos seus participantes. Esta é uma de suas facetas mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual, a partir das experiências concretizadas no coletivo.

É o desenvolvimento de uma consciência individual voltada aos interesses da categoria - trabalhadores sem-terra. É a aprendizagem do agir para o nós.

"(...)é interessante porque a gente quando vive dentro do movimento sem terra, a gente pensa nós, é claro, foi numa formação e outra, pela prática que a gente vive. É uma convivência que a gente tem e que nunca a gente deve pensar em eu. É uma formação que a gente tem a nível nacional, porque é uma solidariedade que eu admiro dentro do movimento sem terra(...)" (DIVA, 1993)

"(...) eu aprendi ser mais humano, sabê das necessidades dos companheiros. Brigá por uma causa justa, ser solidário. Aprendi fazê uma coisa que eu gosto. Pra mim é tudo, a questão do assentamento. Antes do assentamento, o mundo pra mim era ganhar dinheiro e gastar, não tinha preocupação com outro companheiro meu. Naquela época eu só pensava em trabalhar, vesti bem, esquecia do resto do mundo. Não queria saber de política, não queria saber de nada. Hoje o mundo tem mais valor. Faço parte desse mundo e sou uma das pessoas que tem que ajudá ao Brasil amanhã ser um Brasil digno. Eu aprendi a coisa mais importante do mundo, que é participá dentro da política. Eu sou realizado porque eu tenho meu ponto de vista e sei onde quero chegar(...)" (DIRCEU, 1994).

"A gente fica nervoso, com esse despejo violento que dá em cima dos trabalhado. Aí a gente aprende algumas formas, de que jeito a polícia age, porque do jeito que eles vai diferenciando a forma que a gente age, a gente também vai aprendendo as formas que eles vai agindo. A gente vai treinando isso. É uma outra coisa

é a consciência ideológica, que a gente vai ficando cada vez mais dentro das lideranças e dos próprios despejados e vendo que governo é esse, que povo é esse, que polícia é essa, que país é esse. Todo mundo que passa por diversos despejos têm consciência disso. Isso às vezes é até bom, pra gente vê o povo senti em quem ele votou, quem é esses caras, quem é o mesmo que puxou o despejo, que é o fazendeiro, que pede o voto da gente, na época das eleições e de governador. E da polícia, a gente aprende cada vez mais as formas, as táticas que eles usa. Ou pra prender nós, no caso, ou despejo. Como é as armadas deles pra despejá nós e o povo acaba tendo uma consciência de quem é que eles votou. Isso é interessante. (BETINHO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1993).

A prática no movimento é vista como um dos elementos mais importantes, no sentido da formação de uma consciência crítica, de uma consciência social. É na experiência do dia-a-dia que as pessoas aprendem a ser solidárias, aprendem que a ação coletiva pode levar à solução de problemas comuns a um determinado grupo de pessoas.

"(...) conscientização é um negócio muito complexo, é o trabalho que a gente faz, mostrar que chega de trabalhar pra esses exploradores. Eu sei que tem que trabalhar, mas não tanto, como acontece nessas regiões, a pessoa trabalha, trabalha e nunca consegue nada na vida. Tem condições de fazer um trabalho de conscientização nas escolas. O trabalho de conscientização é fácil, mas é fácil você fazer desde o começo, porque é muito difícil você conscientizá uma pessoa velha. A escola é um lugar para conscientização, pois os alunos vêm até a professora, enquanto que o movimento precisa ganhar a confiança das pessoas(...)" (MARCELO, MST, 1993).

A conscientização é um processo lento, que vai sendo construído no dia-a-dia, seja em sala de aula, seja nas atividades práticas em grupos de discussões. Como afirma MARCELO, as escolas podem fazer um trabalho de conscientização mas, na maioria das vezes, isso não acontece, temos ainda uma escola tradicional. Uma escola que apresenta a realidade como pronta e acabada, os sujeitos como meros elementos nesta realidade, não como construtores da mesma.

A conscientização política acontece durante o processo de desenvolvimento do movimento. Constatamos que a necessidade principal é ocupar terra, é lutar por um lugar para morar e trabalhar. É durante os diferentes momentos da luta, que os trabalhadores poderão transformar a consciência individual, agindo com o objetivo de melhorar a situação do coletivo.

Em um contexto onde milhares de trabalhadores são expulsos do campo e um contingente enorme de desempregados se concentram na cidade, a luta principal está em torno do trabalho e do lugar para a sobrevivência.

Nos tempos atuais, os trabalhadores estão em busca de ação - melhores salários, terra, etc. - o processo de conscientização social poderá ocorrer durante essas ações, com as experiências em grupo. A conscientização política se desenvolve no grupo, traçando novas estratégias de luta.

C- Necessidade de tornar pública a luta dos Sem Terra.

As caminhadas, passeatas, missas, festas, funcionam como mecanismos de consolidar uma identidade coletiva e de tornar pública a luta.

DIVA conta que a luta tem muitos sacrifícios, mas tem suas vitórias. As pessoas aprendem a agir e, não apenas esperar que outros tomem as decisões. Conta a experiência e a importância do trabalho com programa de rádio:

" é um meio que o pessoal mais ouve, a maioria das vezes, a gente não consegue comprar uma televisão, mas tem seu radinho em casa. Então querendo ou não, a mensagem sempre chega até eles. É um programa que é o único meio de comunicação de chegar tanto dentro das famílias que são trabalhadas por nós, como também por outras que estão por fora, nas favelas, por aí desorientadas, ou desorganizadas, sem saber o que fazer(...)"

Na cidade de Teodoro Sampaio, todos os domingos há um programa de rádio, organizado por uma pessoa do assentamento Santa Clara e por uma pessoa do assentamento Gleba XV de Novembro.

Sobre a idéia de estar montando um programa de rádio do MST na região:

" (...) foi uma discussão feita no setor de jornal a nível nacional, já faz muito tempo. É uma decisão feita pelo setor e é uma idéia que todos os trabalhadores gostaram. Por exemplo, aqui na Santa Clara todo mundo gostou, aonde por exemplo no Maranhão,

onde eu trabalhei, nós tinha um programa de rádio, no acampamento o pessoal gostava demais da conta(...)" (DIVA, 1993).

Todos os domingos, a hora do programa do MST ocupa a atenção de todas as famílias acampadas e assentadas. É o momento em que são contadas piadas, experiências de vida, experiências de trabalho no assentamento, entre outros destaques. É o momento em que os assentados se identificam com o programa e com o conteúdo desenvolvido. É o momento de tornar pública a luta dos sem-terra.

As aprendizagens ocorrem em todos os momentos do processo de luta, cada sujeito chega a uma conclusão e a partir daí poderá fazer uma análise sobre sua experiência de vida.

GOHN (1992:50-51) mostra que a educação é auto-construída no processo de luta e o educativo surge de fontes tais como: aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder, da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe, da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas, da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento, da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento.

Podemos dizer que as aprendizagens decorrem das diferentes experiências de vida, portanto, a participação de indivíduos em movimentos sociais leva os mesmos a compreenderem o jogo de poder existente na sociedade, assim como quais estratégias de-

vem ser construídas e em que momentos devem ser lançadas.

Enfim, como afirma GOHN (1992:20), quando se refere à dimensão espacial-temporal do caráter educativo dos movimentos sociais "a consciência é gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado".

D - O contato com agentes externos.

Os agentes externos são os Partidos Políticos, Sindicatos, Igreja, Universidades entre outros, que têm dado apoio ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Na década de 80, na região do Pontal do Paranapanema, constatamos a presença do partido político - PMDB - mobilizando os trabalhadores e, ao mesmo tempo, garantindo a eleição de alguns candidatos para a política local. É a matriz discursiva do partido, de um lado, defendendo os trabalhadores e de outro defendendo os interesses dos latifundiários, como já citamos.

A partir da influência ideológica do PMDB e política assistencialista, é que nos defrontamos com termos tais como "invasão", "ganho de terra", "gratidão", pronunciados por algumas lideranças do assentamento Gleba XV de Novembro. Era o partido atuando no sentido de "amenizar" uma situação de carência, de perdas materiais, de desemprego e, conquistar votos.

Quanto ao Partido dos Trabalhadores - PT - constatamos que alguns representantes do mesmo participam das caminhadas, manifestações, etc.

A participação do Partido dos Trabalhadores, no sentido de promover debates, discussões, portanto contribuir com a formação política de novos quadros dentro do assentamento, não tem sido muito reconhecida por algumas lideranças.

"O partido PT, pra nós, eles têm ficado do lado de lá e nós do lado de cá(...)" (CÉSAR, MST, 1993)

Essa distância PT - MST, demonstrada pela liderança, pode ser entendida a partir da análise de FERNANDES(1994:51) que mostra a importância que o PT teve para o movimento dos trabalhadores rurais, enquanto matriz político-cultural, por outro lado, cita os limites do mesmo, ou seja, não respondia às necessidades e interesses desses sujeitos sem terra.

O referido autor afirma que "a luta pela terra é um dos problemas sócio-políticos de que estas instituições se ocupam: Quando fala "estas instituições", se refere também, à Igreja, à CUT entre outros.

Nesse sentido, a distância PT-MST, CUT-MST, pode ser entendida a partir da criação de uma forma de "organização social" (FERNANDES) e política, por parte do MST e de uma diferença que possa existir entre as linhas políticas do MST e as demais instituições. Por sua vez, essas instituições apoiam os trabalhadores sem terra, que são os "sujeitos" do MST.

Quanto à Igreja, sabemos que alguns padres apoiam o movimento dos trabalhadores rurais, no sentido de divulgar a luta, acompanhar as caminhadas, rezar as missas, etc. Embora o bispo da região seja contrário a esse apoio, percebemos que há dedicação

de vários padres à questão da terra.

Como afirma MARTINS (1991), a Igreja, por estar muito próxima da população, entende que a lei não funciona do lado dessa população trabalhadora.

"A Igreja consegue entender essas coisas e traduzi-las numa proposta de questionamento da propriedade. Não é a Igreja, enquanto instituição, que faz isso; são setores crescentes e significativos da Igreja que conseguem falar e são capazes de visualizar isso tudo melhor do que qualquer outro grupo da sociedade" (1991:26-27)

"Pegando a questão da igreja hoje, tem pessoas da igreja que dão total cobertura ao MST, tanto nas discussões, encaminhamentos práticos, nas lutas concretas. Agora, têm pessoas reacionárias dentro da igreja, infelizmente não ajuda, só quer atrapalhar, que é o caso de algumas autoridades dentro da igreja(...)" (DIVA, SANTA CLARA, 1993)

Além do apoio da igreja na luta, constatamos a presença da Igreja enquanto motivadora da importância da participação em movimentos sociais. Por exemplo, DIVA e WAGNER, tiveram participação em grupos de jovens na igreja, foi onde começaram tomar contato com discussões em grupo. Uma outra liderança, frequentou seminário, foi onde começou se interessar pelos trabalhos em favelas e em movimentos sociais. CATARINA, participou da Comissão Pastoral da Terra, foi onde ficou conhecendo o Movimento Sem Terra. Dona JULIA participava das atividades da igreja, no assentamento Gleba XV de Novembro, a partir daí, é convidada para desen-

volver corte-costura com as mulheres do assentamento. CIDA participa das atividades da igreja, no sentido de ler a bíblia e dar apoio aos doentes do assentamento.

Enfim, é o contato com as atividades da igreja, que contribui para a transformação da consciência individual, despertando a solidariedade e a importância de espaços comunicativos dentro do assentamento.

GAIGER(1993:12) discutindo as estratégias pedagógicas utilizadas pelos agentes religiosos dentro do movimento dos trabalhadores rurais, lembra que "para interessar as mulheres camponesas pelas reuniões dos grupos de famílias, as irmãs não hesitaram em propor cursos de artesanato, corte-costura, manutenção de hortas (...)".

O trabalho de Dona JULIA e CIDA pode também ser contextualizado dentro das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas alas da Igreja, que apoiam o movimento.

As missas realizadas nos assentamentos, com intuito de comemorar aniversários da luta, constituem momentos de reflexão acerca da situação do movimento e dos sujeitos desse movimento. Ao mesmo tempo, funciona como mística, enquanto "animação para continuidade na luta", despertando e construindo novas representações ao nível do imaginário, nesses indivíduos. Constitui-se ainda uma manifestação política (reivindicação/tornar pública a luta) religiosa - no sentido da caminhada do tipo procissão, realizada durante "dias Santos" entre os católicos.

"Eu acho que a igreja tem desempenhado um papel fundamental aqui na região. Inclusive, o padre João da Paróquia de Mirante, foi uma pessoa que desempenhou um papel muito grande na luta pela terra na região(...)" (CÉSAR, UNIÃO DA VITÓRIA, 1993).

Enfim, Igreja e Partido Político são os agentes externos mais destacados pelas lideranças, enquanto influenciadores nos movimentos sociais.

As lideranças aprendem, durante o processo de luta, a distinguir os agentes externos, que realmente apoiam a luta, daqueles que apenas procuram mostrar presença no movimento.

A respeito dos partidos políticos, no início da década de 90, MARTINS (1991:33-35), comenta que toda movimentação no sentido de formar grupos político-partidários não tem a ver com o que acontece no campo. "Ela responde a questões muito particularizadas, muito localizadas e que são fundamentalmente ideológicas".

Afirma que "(...) esses partidos estão muito baseados na cidade e, provavelmente, mais uma vez, muito na classe média. Por isso, tanto faz PT ou PMDB, na medida em que esses partidos não estão se preocupando com a realidade das populações do campo" (MARTINS, 1991:35).

Quanto à Igreja, as lideranças aprendem a distinguir quais os setores e quais os membros que estão apoiando a luta, no sentido de divulgá-la e de realizar atividades comunicativas dentro do movimento.

Procuramos destacar a trajetória, as experiências e aprendizagens do dia-a-dia, enquanto elementos importantes na

formação do sujeito -liderança e na formação da identidade coletiva no mesmo.

Através das histórias de vida, constatamos que todas as lideranças vivenciaram um processo migratório. Os fatores comuns, da causa da migração são os seguintes: expropriação da terra e conseqüentemente, falta de trabalho.

As diferentes experiências cotidianas (trabalho, enchentes, desemprego, acampamento, despejos, prisões, mortes, agentes externos, etc.) contribuíram para aprendizagens ligadas às estratégias de luta e à dedicação pessoal ao movimento.

Assim, constroem a identidade "unidade" coletiva, durante o processo de luta. A formação dessa identidade é influenciada ora pela matriz discursiva do PMDB, ora pela matriz do Movimento Sem Terra. Deste assunto, trataremos no capítulo seguinte.

Para finalizar, vale citar BERGAMASCO (1989) em sua fala sobre a vida desses trabalhadores rurais:

"Para os assentados cujo passado, remoto ou recente, foi marcado pela condição de arrendatários, parceiros ou pequenos proprietários, a terra ainda é expressão de um projeto de vida. Nesses casos, a entrada no movimento de luta pela terra não é apenas movida pelo ideal de decepção, o grande trauma representado pela desorganização total de suas vidas quando ocorre uma expropriação, expulsão do campo e a proletarização na cidade. A terra não é só lugar de negócio. é também a moradia, a família, a memória, o lugar de lazer e cultura. A vida na terra para eles é um modo de vida do qual famílias inteiras são expropriadas. Ex-proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários, assalariados rurais permanentes caem nas malhas da cidade despreparados para enfrentá-la" (1989:56).

CAPÍTULO 6

LIDERANÇAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA.

"Liderança não nasce feita, é um processo que se forja no dia-a-dia". (MINEIRINHO, SANTA CLARA, 1994).

O movimento social é um espaço político formador de pessoas. Como afirma NOGUEIRA (1993:115), é um processo longo em que, de repente, gente se transforma em militante. Gente que está na luta inscreve esta luta no plano formador do movimento. É uma espécie de salto (...) converte-se o plano individual da luta em plano coletivo de movimento".

"Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica e eu mundo, de suas práticas, representações sociais e culturais". (GRZYBOWSKI, 1991:59-60).

CÉSAR, uma das lideranças do MST no Pontal do Paranapanema, afirma que é nos encontros do MST o lugar onde se reconhece os indivíduos lideranças, aqueles que organizam o processo de luta.

"Pra você se tornar uma liderança do movimento, é nos encontros estaduais que se elege por voto o nome da pessoa. A partir daí, começa a trabalhar e passa ser reconhecido como membro efetivo da coordenação do movimento. As pessoas que estão na assembléia indicam nomes. Na prática, eles reconhecem a gente como liderança, em função da gente estar sempre conversando com o trabalhador, reunindo quando há necessidade de fazer uma reunião por grupo. Quando surge um problema no grupo, a gente é chamado, indicado a ajudar naquele problema. Eles reconhecem a gente como uma liderança que tá sempre na frente, ajudando a resolver, solucionar problemas gerais" (CÉSAR, MST, 1993)

O elemento "reconhecimento" é fundamental para a existência da liderança e para a consolidação da identidade coletiva.

Dentro do MST as lideranças são eleitas nos Encontros Estaduais e Nacionais. As instâncias de poder do movimento a nível nacional, estadual e local são as seguintes:

- Congresso Nacional: instância máxima do MST. Reúnem-se delegados de todos os estados e municípios em que atua o movimento. Fixa linhas gerais de atuação. Se realiza de 5 em 5 anos.

- Encontro Nacional: fixa plataformas de lutas imediatas, de acordo com a conjuntura e necessidades do movimento.

- Coordenação Nacional: encaminha todas as resoluções aprovadas pelo Congresso e Encontro Nacional.
- Direção Nacional: pensa, discute e propõe as linhas políticas para o movimento.
- Comissão Nacional dos Assentados: articula os assentamentos a nível nacional. Representa os assentamentos junto às autoridades governamentais e outros.
- Executiva Estadual: formada por representantes dos municípios, dos assentamentos e acampamentos.
- Encontro Estadual: deve-se realizar uma vez ao ano, onde se discute e aprova linhas de trabalho, define critérios representativos por municípios. Escolhe membros da Executiva Estadual para fazer parte da Nacional.

Um dos princípios fundamentais do MST é "dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores". Acreditam que somente é possível avançar e conquistar a reforma agrária, se o movimento tiver quadros, lideranças preparadas.

Nesse sentido, as lideranças dos assentamentos "Santa Clara" e "União da Vitória" tiveram uma formação articulada com as qualidades de um "dirigente revolucionário". Qualidades estas, que são citadas no livreto "Sobre o método revolucionário de direção", distribuídas pelo MST, a saber:

- Qualidades pessoais: responsabilidade, iniciativa, espírito de cooperação, compreensão, sentido de trabalho coletivo, sentido de discrição, espírito de fraternidade revolucionária, espírito de superação.

- Capacidade de trabalho: firmeza na aplicação da linha política, clareza política, subordinação à disciplina consciente e revolucionária, interesse e entusiasmo no cumprimento das tarefas, espírito de sacrifício, vinculação com as massas, capacidade de resolver os problemas por si próprio, assimilação da teoria revolucionária, inquebrável diante das dificuldades, dedicação ao trabalho e à organização, relações fraternas e espírito crítico.

De acordo com o MST, a liderança "não é aquele que só manda; não é o que só repete coisa. Líder é aquele que vai sendo reconhecido pelos companheiros e exerce uma liderança coletiva, repartindo as responsabilidades" (MST:96-97, s/d)

Na prática, alguns líderes se tornam aquele que "repete coisas", que se "subordina à disciplina revolucionária", que reprime seus desejos, pensamentos e atua em nome do "coletivo do MST".

"É uma consciência, de princípios, que parece que é de poucas pessoas, que é ver uma mudança na sociedade. Aí a gente não ganha nada com isso. Sofre demais, mais a gente quer ver uma mudança. Eu tive falando pra uns companheiros nosso, ou o cara deve ser, quando ele é religioso, ele deve ser religioso, é uma coisa que ele tem que seguir. Quando é pelego, é latifúndio, é isso, pelego e latifúndio, ou então ser de um movimento que quer uma transformação, né, prá que todo mundo viva bem. E se tem muita terra aí, muito latifúndio, a gente vai pra isso; só que a gente tem uma parte de nosso povo que desacreditando na liderança quando os governos não paga as reivindicações dos trabalhadores, num cumpre, né, com as promessas. Aí o pessoal até desacredita da liderança. Aí você se sente mal, né. Quando as coisas vai dando bem, cê fica animado de ser liderança. Eu vou

te falá hoje, o governador Fleury hoje, sacaneou esse 93 com nós; 92 nós tava até bem perante o povo; hoje as lideranças no setor de produção, há necessidade de fazê uma agilidade, uma outra ação, né; radicalizá, pra que as lideranças volte a ter moral, pra gente pegá os recursos que tá prometido há 8 meses e nós não conseguimos. É um pessoal que passa a não ter confiança na gente; quando as coisas vai dando bem, precisa vê, é tão gostoso ser liderança". (BETINHO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1993)

No MST, a nível nacional, existem líderes com formação superior e formação política específica para atuação em movimentos sociais. Porém, os líderes que atuam na base, são preparados para "agir", a partir das orientações que recebem da Nacional.

Percebemos na fala de BETINHO, que há uma preocupação da liderança com a reivindicação dos recursos para a produção. Há uma preocupação com o "papel" liderança, com a imagem que fica para o trabalhador não-liderança. Por outro lado, é uma satisfação interior, por parte das lideranças, em trazer resultados positivos para os demais assentados. Quando se consegue o resultado, a motivação para a militância, aumenta.

Segundo o MST, existem três condições fundamentais para alguém ser reconhecido como líder, a saber: aceitação: ser reconhecido pelo grupo; comunicação: respeitar os níveis de consciência dos outros assentados; capacidade de coordenar: garantir seriedade no tratamento e encaminhamento de questões.

Enquanto o MST possui uma série de normas e princípios, relacionados à formação de quadros dirigentes, nos assentamentos organizados, principalmente por agentes políticos ou pelo próprio

Estado, o que podemos constatar é que os líderes foram surgindo conforme as necessidades internas do acampamento e posteriormente, do assentamento. É o caso específico da Gleba XV de Novembro, onde os grandes líderes eram representantes do PMDB - Gerson Caminhoto, Mauro Bragato e Sidney -, que articulavam lideranças trabalhadores sem-terra para mobilizar as pessoas e atender às necessidades dos mesmos. Portanto, na Gleba XV de Novembro, os trabalhadores foram mobilizados para ocuparem uma área, na tentativa de sanar a situação de desemprego e "abafar" a questão da posse da terra, problemática da região. Não houve um processo de comunicação, de explicação do que é, e do porque da ocupação naquela área, assim como uma preocupação com a situação de ilegalidade das posses de terras na região.

O processo de formação de lideranças trabalhadoras no acampamento, que se desdobrou no assentamento Gleba XV de Novembro, era o seguinte:

"as lideranças foram surgindo devido às necessidades. Não tinha alimentação, não tinha água, sanitário, etc. Resolvemos tirar umas pessoas pra procurar essas coisas. A escolha dessas pessoas era feita através de reuniões. A gente conhecia aquelas pessoas que mais andavam, que tinham mais conhecimento, que viajava para São Paulo atrás de alguma coisa. Então o pessoal achava que aquela pessoa servia, fazia uma votação(...)" (ORLANDO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1994)

Assim, na década de 80, as lideranças do atual assentamento Gleba XV de Novembro, eram escolhidas, pelos acampados, com

intuito de resolver os problemas de alimentação, água, saúde, cuidados com as crianças, etc.

Os agentes do Partido Político e outros do Estado, procuravam "orientar" os trabalhadores, com relação à luta pela terra, se tornaram, portanto, os líderes "cabeças" do movimento.

"Após 2 meses de acampamento eu passei a participar da Comissão Central - Comissão de Alimentação e Comissão de Segurança. A Comissão Central era formada por 12 acampados. Os próprios acampados formavam os grupos, ia pra Assembléia e os acampados elegiam os representantes dentro da Comissão" (DIRCEU, GLEBA XV DE NOVENBRO, 1994)

ANTONIO nos conta como foi eleito líder do acampamento e o porque do apelido "PREFEITO":

"O apelido de Prefeito é porque era pra surgir um coordenador no acampamento. Então, eu, chegado recente, pela minha conversa, não sei o que o povo achava em mim, me indicaro. Eu falei aceito, desde que escolha quem mais quer ser. Aí escolheu cinco. Falei, agora, vocês pega um chapéu e sai no acampamento e pergunta às pessoas sozinho. Em quem elas votam pra líder de acampamento, quando ele falá, você escreve o nome da pessoa que ele vai votá e enrolá igual bilhete de rifa e põe no chapéu e trás pra nós abri aqui no meio da população. Assim, fui eleito com a maioria dos votos(...)" (ANTONIO, GLEBA XV DE NOVENBRO, 1994)

Uma das atividades de ANTONIO, como líder do acampamento, era cuidar da distribuição dos alimentos destinados aos acam-

pados. Esses alimentos eram mandados pelo Estado.

Assim, VEIGA afirma ter tido o Estado e os políticos do PMDB, duas caras. De um lado, mantendo os acampados na beira da rodovia, de outro lado, defendendo os "latigrileiros".

"Eu também sou do movimento -MST, só que eu sou ocupado, então quando tem reunião, alguma coisa, aí eu vou dá uma força. Se precisá eu vou lutá no movimento. Que é aquilo que eu sempre digo, eu ganhei a minha terra, mais eu luto pros meus irmãos. Eu já tô velho, eu não quero riqueza, eu tenho dó de vocês, desses pequenos. Esses que amanhã vai ser os velhos de hoje". (ANTONIO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1994)

O sentimento "dó" em relação aos jovens e a noção "ganhar" a terra, são oriundos de uma experiência vivenciada no processo de luta no acampamento, onde a matriz discursiva predominante era baseada no assistencialismo, tendo por trás a garantia de votos.

A frase "eu ganhei a minha terra" demonstra que alguém deu. Quem "deu" a terra, no discurso de ANTONIO "foi o governador do Estado - Montoro".

Assim, representa que, não foi o movimento dos trabalhadores - os sujeitos trabalhadores que conquistaram a terra, mas sim, os políticos, através de políticas sociais na gestão Montoro, voltadas para amenizar os conflitos sociais, que concederam terras. Se de um lado, há a perspectiva assistencialista, de outro, há o reconhecimento de legitimidade das reivindicações dos trabalhadores sem terra.

DIVA - liderança do MST - afirma que, quando sua família começou participar das reuniões realizadas pelo MST no Espírito Santo, perceberam que "seria uma luta, não seria uma coisa dada e nem ganhada, seria uma coisa conquistada(...)"

As lideranças do MST são formadas dentro de linhas políticas do movimento que levam em conta os seguintes princípios: que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados; ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a Reforma Agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político, entre outros.

As lideranças do assentamento organizado pelo Estado e pelos políticos do PMDB, tendo como linha de frente o partido político, trabalham com outras vertentes da questão da participação. Trata-se de uma concepção e de uma cultura onde se delega a representatividade, onde o importante é formar quadros, não para atuar na base, mas para serem lançados na política, no estilo tradicional.

No PT, também existe a preocupação com os quadros e com a formação de representantes para a sociedade política. Mas busca-se ganhar a hegemonia na sociedade civil, a partir da ocupação de espaços estruturantes de organização e formadores da consciência, a nível do popular.

Algumas lideranças do assentamento Gleba XV de Novembro participam das atividades do MST, inclusive dos cursos de formação do mesmo. Elas tentam organizar o assentamento, levando em conta as aprendizagens dentro do MST, porém afirmam o seguinte:

"Primeiro que as lideranças não têm tanto valor, por exemplo, a liderança, onde os movimentos lidera, quem dá a direção no assentamento é o M.S.T., na gleba XV não é. Assentamento feito pelos políticos, pelo governo, quem intervém demais é os políticos, vereadores, prefeito, presidente do PMDB, ou presidente de qualquer partido que esteja no governo estadual ou municipal ou prefeito. Então é difícil os próprios da liderança dá direção a esses assentamentos que é feito pelo político, pelo governo, e que não teve autonomia pros trabalhado falá assim: Vamô fazê uma seleção e quem faz é os trabalhado; vamo decidi isso e quem decide é os trabalhado..." "Não tivemos essa oportunidade, tudo veio de cima pra baixo, então nós não tem tanto respaldo; aí o assentamento fica cheio de politicagem, que é as tendências que eu digo que tem nesses assentamentos. No caso a Lagoa Paulo, que é um assentamento grande e no caso a gleba XV, que é cheia de tendência política. Fica difícil, tanto o Estado não administra bem, pode perguntá pro Instituto de Terras, e nem nós as lideranças. Aí fica uma mistura terrível nesses dois assentamentos grandes, que é de política de lá, de cá; um puxa pra um lado, outro puxa pra outro. Ainda nós não conseguimos implementá uma política dominada pelo movimento". (BETINHO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1993)

Como mostra BETINHO, os trabalhadores não têm autonomia, tudo veio e vem de cima. Os trabalhadores não decidem. Quem decide é o Estado. Enquanto que nos assentamentos do MST, os trabalhadores organizam suas propostas e negociam com as propostas trazidas pelo Estado.

Por outro lado, é preocupante a afirmação "política dominada pelo MST", dá idéia de que o movimento domina os trabalha-

dores e dá as diretrizes. Afinal, o movimento é dos trabalhadores ou é o movimento do MST?!

A liderança se forma no dia-a-dia, no reconhecimento entre os trabalhadores. No MST, as lideranças "devem" organizar o acampamento, o assentamento e, mobilizar trabalhadores para novas ocupações, portanto, formar novos quadros dirigentes, que possam junto com os trabalhadores, garantir o sucesso do movimento, logo, o sucesso de cada indivíduo dentro do movimento.

Entre os trabalhadores não-lideranças, as lideranças são reconhecidas como aquelas pessoas que são referência do movimento, aquelas que estão à frente nas discussões políticas, aquelas que procuram resolver problemas infra-estruturais, etc.

Ser liderança é saber conciliar interesses coletivos com os particulares. É organizar os trabalhadores para a luta. É um tipo de trabalho cujo objetivo principal é fazer crescer o movimento.

Como afirma MARCELO, com relação ao casamento:

"Quem é militante, circula. Paquerar, a gente paquera. Mas a gente pensa duas vezes na hora de ser sério. Eu mesmo já tenho comigo, de casar quando tiver 30 anos ou mais. Porque a partir da hora que surge o casamento, a responsabilidade dobra. Simplesmente uma questão pessoal, porque responsabilidade a gente já tem demais, aqui com o pessoal. Porque isso pra gente, praticamente já é um casamento. Porque a família é muito grande. Onde a gente for, a família vai estar (...). Se eu tiver que me casar, a pessoa vai ter que vim onde eu

estou e se adaptar com as minhas normas e com as normas do movimento (...)" (MARCELO, MST, 1993).

Essa fala nos mostra um verdadeiro aprendizado, de todas as normas do MST, no que se refere ao ser liderança. O indivíduo aprende aplicar as normas do movimento e reproduzir interiormente as mesmas normas, tornando-as "suas normas". Podemos perceber claramente uma formação radical, autoritária, dentro do MST, diferindo do Setor de Educação, dentro do mesmo Movimento, que defende uma educação como meio de construir o conhecimento, e tornar o indivíduo um sujeito ativo e criativo.

A liderança é um trabalhador como outro qualquer, se distinguindo com relação às práticas sociais, clareza política, participação em vários cursos de formação, encontros e muitas viagens. Portanto, a liderança "se forma" no processo de participação no movimento de luta pela terra, nas reuniões, conversas, intercâmbios, estudos, palestras, cursos de formação, etc.

A identidade coletiva, ou seja, o reconhecimento das mesmas condições objetivas/materiais, dos mesmos interesses, de histórias de vida semelhantes, se forma a partir do contato com o movimento social, da participação, do envolvimento na luta.

Algumas lideranças dizem o seguinte: "a liderança tem que ser espelho para o trabalhador, a liderança não pode nada, pelo menos na questão moral".

Essa é uma afirmação, baseada na matriz discursiva do MST, ou seja, onde está explícito que "os militantes e dirigentes são exemplos para suas bases".

Muitas das falas das lideranças são oriundas dos cursos de formação. Eles aprendem a reproduzir. Afinal, um dos objetivos do curso de formação é a reprodução da linha política do Movimento.

Um dos problemas enfrentados pelas lideranças é a conciliação de todas as atividades do Movimento e as atividades na família.

"a esposa e os filhos ficam trabalhando no lote e a gente vai tentando levá a coisa. A família cobra presença, mais a gente não pode ficá parado, apenas pensando no meu lote. Tem que pensá no coletivo, no Brasil, no mundo(...)". (DIRCEU, GLEBA XV, 1994).

MINEIRO, representante do Sindicato Rural de Euclides da Cunha e membro da igreja Assembléia de Deus, também considera difícil a conciliação família e atividades do movimento, do sindicato. Afirma que fica envolvido com as atividades do Sindicato, enquanto o lote fica abandonado. As crianças passam algumas necessidades. Teve que trabalhar durante alguns meses na Empresa Camargo Correia para poder construir sua casa. Imaginava que os assentados fossem colaborar, pois estava defendendo interesses de todos os trabalhadores no sindicato, então seria justo que o coletivo ajudasse com o trabalho no lote, mais isso não aconteceu. As pessoas não têm conhecimento da importância do trabalho do representante dos trabalhadores.

Atualmente, MINEIRO afirma ter se dedicado mais às atividades da igreja e também do sindicato. Está aprendendo concii-

liar o particular com o social, o coletivo.

CÉSAR a respeito do casamento afirma o seguinte:

"Eu ainda não tinha pensado num projeto pessoal meu. As vezes, quando a coisa está muito complicada, a gente até pára um pouquinho; pensa eu tenho que ver o meu lado, só que ao mesmo tempo, passa a se preocupar com os problemas sociais e o problema particular, as vezes a gente deixa de lado(...)" (CÉSAR, SÃO BENTO, 1993).

Uma outra liderança se preocupa muito com o Movimento, com o social, deixando sua vida particular de lado. Em suas atividades, perfuração de poços, construção da estufa, se preocupa o tempo todo, em mostrar serviço aos outros trabalhadores. É o tipo de líder que quer mostrar "dedicação" e "disciplina", mas no fundo sofre com seus problemas individuais, distância da família, desejos de frequentar lugares diferentes, conhecer pessoas diferentes, etc.

Tenta disfarçar seus desejos, mas em alguns momentos deixa "escapar" sentimentos do tipo "qualquer dia volto para minha terra"; "nós somos os militontos dos movimentos"; "eu trabalho tanto e não recebo nada".

Pensando a nível da organização do MST, o sujeito se torna liderança - referência do movimento dos trabalhadores - a partir do momento em que o grupo reconhece sua prática social, como importante para a organização, para o crescimento do Movimento. Em seguida, são indicadas nos Encontros e nas Assembléias do MST, onde são eleitos os representantes a nível nacional, es-

tadual e regional.

Com relação aos assentamentos organizados pelo Estado e partido político - PMDB - notamos que os trabalhadores não desenvolveram um espaço de socialização política. O reconhecimento recíproco apenas ocorreu no momento do acampamento, onde as necessidades básicas eram comuns.

No assentamento, a característica comum é cada um cuidar de seu lote. Se reconhecem enquanto "glebeiros", recebem orientações de órgãos do Estado, com relação produção e gestão interna do assentamento.

A identidade coletiva dos trabalhadores e, conseqüentemente, das lideranças, formou-se num contexto de práticas "assistencialistas" e no contexto da "necessidade imediata" de um lugar para morar e trabalhar (caso dos ribeirinhos, ilhéus e desempregados da CESP e Usinas de Alcool). Diferente da identidade coletiva formada nas lideranças do MST, que vivenciam espaços de socialização política. Além de que as lideranças são formadas com o objetivo de ocupar terras improdutivas e/ou ilegais, lutando, assim, pela Reforma Agrária.

Na fase do acampamento, todos os trabalhadores consideram-se iguais, principalmente por estarem diante da mesma carência - falta de terra para trabalhar e sobreviver.

Enfrentam inúmeras dificuldades, tais como: alimentação, água, assistência médica, barracos de lona, calor, frio, chuva, despejos judiciais, discriminação por parte da população de fora do acampamento, além de muitas outras dificuldades. É neste momento que os laços de solidariedade se tornam mais visí-

veis.

Nesse contexto de acampamento é que surgiram as lideranças trabalhadores do assentamento Gleba XV de Novembro, visando analisar as diferentes necessidades - saúde, alimentação, água, etc. e buscar solução para as mesmas.

Nesse sentido, podemos distinguir dois fatores diferenciadores básicos entre as lideranças pesquisadas. De um lado temos as lideranças (União da Vitória e Santa Clara) formadas dentro de linhas políticas do MST (dirigir, racionalizar e controlar). Estas já vêm para a região com intuito de organizar trabalhadores para ocupação e formar novos quadros dirigentes, que darão continuidade à luta. Em cada novo acampamento, novas lideranças são formadas. De outro lado, as lideranças que emergiram no processo de luta pela terra, desencadeando no assentamento Gleba XV de Novembro, se formaram no contexto dos discursos do partido político - PMDB - e auxiliados por alguns padres que apoiam o movimento.

No contexto de discursos do PMDB, essas lideranças, quando foram para o assentamento, deixaram de exercer sua "função". Podemos dizer que a identidade coletiva forjada no processo de luta não se estruturou a partir de um projeto coletivo, mas de aspirações individuais. Ela se explicitou melhor quando da definição de uma área para o assentamento. Cada trabalhador passou a cuidar do "seu" lote. Aqueles que viajavam muito, participando de encontros em outras regiões, organizados pelo MST, eram discriminados e criticados pelos assentados, pois representam um outro universo, uma outra forma de viver as relações do acampamento.

Ainda no assentamento Gleba XV, alguns trabalhadores tentam organizar grupos, associações de produtores, porém muitas delas acabaram, por falta de acordo entre as partes associadas e, conseqüentemente, por falta de uma assessoria que explicasse e orientasse o funcionamento de uma associação.

A diferença entre as lideranças do MST e Gleba XV pode ser analisada, entre outras formas, a partir das matrizes discursivas, conseqüentemente da linguagem utilizada por cada uma.

A afirmação "gente se transforma em militante", pode ser articulada às diferentes experiências de vida, que os sujeitos vivenciam, a saber: desemprego no campo, na cidade, migração, diferentes relações de trabalho, envolvimento com movimento popular, participação no processo de luta, prisão, despejos, distância familiar, desejos, etc. São elementos presentes na trajetória histórica de cada indivíduo que contribuirão para uma mudança com relação à visão de mundo, à consciência social.

Portanto, é nesse contexto da vida cotidiana que o indivíduo cria e (re)cria a identidade coletiva. A criação e (re)criação é possível a partir das trocas de experiências, do questionamento da realidade, do relacionamento com o poder político, do reconhecimento de uma história de vida comum e de um ideal comum.

POKER (1991), em estudo sobre a atuação das CEBs no município de Castilho, busca refletir os motivos de indivíduos isolados tornarem-se pessoas dispostas, pela ação coletiva, a transformar a realidade na qual se inseriam. Mostra que através "das reuniões e reflexões promovidas pela CPT, os indivíduos conseguiram

ram superar e ultrapassar os limites da dimensão individual, da vida privada" (1991:91-92).

O mesmo autor enfatiza a questão da ilusão, enquanto ideal, presente nos sujeitos:

"A imaginação presta-se como ideário político à medida que as pessoas passam a reconhecer não na imaginação, mas na realidade a origem de seus problemas e a partir desse momento desenvolvam desejos de resolvê-los efetivamente, pela transformação das circunstâncias do modo como lhes interessa, buscando na imaginação, justificativas e orientação". (POKER, 1991:91).

POKER enfatiza a idéia de que somente a ação coletiva pode levar à transformações na realidade. Portanto, além dos elementos subjetivos e objetivos, é preciso destacar que somente indivíduos organizados em "grupos" podem tentar mudar uma ordem, uma situação estabelecida para o conjunto.

A partir dessas afirmações, podemos pensar a respeito da sociabilidade, enquanto que a maioria das pessoas da sociedade capitalista "se tornam" individualistas, através da incorporação das regras e valores do capitalismo, em movimentos sociais, a maioria das pessoas se tornam solidárias e mostram uma superação das atitudes individualistas. O acampamento é um local específico onde se desenvolve um máximo de sociabilidade.

Na fase de assentamento faz-se necessário reuniões, festas, grupos de discussão, grupos de trabalho, onde o diálogo seja possível, onde possa prevalecer as idéias e sentimentos co-

letivos pois, ao contrário, se as decisões surgirem de cima, sem participação autônoma dos assentados, a noção de coletivo tenderá a desaparecer.

O processo de formação da identidade coletiva "reconhecimento da mesma situação, ideal, da necessidade de terras, Reforma Agrária", perpassa por toda experiência vivenciada no passado e no presente; envolvimento com as reuniões do M.S.T. ou do PMDB, aprendizagens, conquistas, cursos de formação, etc.

TARELHO(1988) lembra o seguinte: "de nada adianta ter bons líderes se os demais trabalhadores se comportam como uma massa amorfa e inerte. Se eles não estiverem preparados para participar e decidir, só haverá organização à custa de imposições que poderão colocar em risco a unidade existente (...)" (1988:171).

Gostaríamos de destacar essa citação acima às lideranças do MST no Pontal do Paranapanema, pois elas têm uma identidade coletiva formada dentro de espaços de discussão (encontros, reuniões, cursos de formação, etc.) existentes no movimento. E os outros trabalhadores, como ficam? Agem como massa, seguindo as instruções das lideranças?!

Acreditamos que, se o MST não discutir essa questão apontada acima, os futuros assentamentos no Pontal do Paranapanema terão destino semelhante aos assentamentos rurais organizados por interesses políticos e pelo Estado, ou seja, a decadência das atividades coletivas, a predominância do individual e a consequente descaracterização de "movimento social de luta pela terra".

"Pensar esses sujeitos em luta pela terra é pensá-los enquanto identidade em construção num processo em que o fazer-se implica o re-conhecimento do próprio "eu", em oposição aos "outros", ao "inimigo". Autonomia e heteronomia colocam-se, nesse fazer-se, como faces de uma só moeda, a identidade em construção (...). A identidade em re-construção tem que ser pensada também através da identificação dos mediadores (Estado, Igreja, Sindicato, Partido) que podem estar presentes na criação desse novo sujeito através de práticas múltiplas, coincidentes, contraditórias" (BERGAMASCO, 1989:66).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação que orientou essa pesquisa, desde o início, foi a de procurar compreender quais são os acontecimentos cotidianos e quais são as aprendizagens que levam os indivíduos a se tornarem lideranças de assentamentos rurais. As lideranças são sujeitos que, geralmente, possuem experiências em diferentes práticas sociais e uma consciência crítica para traçar estratégias de luta, prevendo suas consequências. São sujeitos que aprendem, no cotidiano, a conciliar os objetivos sociais com os particulares.

Tomando como referencial teórico-metodológico a noção de que a ação comunicativa é um dos fatores determinantes na formação da identidade coletiva e, que essa identidade coletiva é edificada no processo de auto-identificação intersubjetivamente reconhecido, procuramos entender como se forma a identidade coletiva nas lideranças, levando em conta as diferentes experiências vivenciadas no cotidiano, pois é deste que surgem os instantes mais dramáticos do ato de decidir e agir.

A partir desse referencial teórico, utilizamos a metodologia história de vida, ou seja, a história de vida em curso, relatada pelos próprios personagens, com o objetivo de compreender a trajetória de vida das lideranças, destacando os aspectos ligados à migração, experiências de vida, aprendizagens cotidianas, influência dos agentes externos (partidos, sindicatos e

igreja) e por último, a relação ser genérico e ser individual nessas lideranças, enfatizando a conciliação da subjetividade com as atividades concretas no movimento social.

Nessa perspectiva, apresentamos, no capítulo 1, as categorias e conceitos que orientaram nossa pesquisa, a saber:

Identidade: unidade da pessoa, que é construída no decorrer do processo histórico, portanto, na sua vivência, na sua prática social, no processo de auto-identificação intersubjetivamente reconhecido.

Espaço comunicativo: espaço de diálogos, onde se inicia o processo de reconhecimento recíproco e onde se desenvolvem diferentes estratégias de luta, visando atingir objetivos coletivos.

Participação Política Cultural Política: identificação com o movimento social, seguida de presença nas lutas e discussões acerca das estratégias de luta. Assim como as crenças, as atitudes, os símbolos, a linguagem utilizada pelos indivíduos lideranças, que são construídas/desenvolvidas no cotidiano da luta.

Movimento social: ação coletiva gerada pela dinâmica da sociedade, visando a transformação das relações sociais existentes. Entendido como uma ação coletiva de classe.

Liderança: indivíduo ou conjunto de indivíduos que lutam pela organização e desenvolvimento do movimento social. Sujeitos que possuem experiência em diferentes práticas sociais, possuem consciência crítica para analisar consequências e estratégias de luta.

Nos capítulos 2 e 3, relembramos os principais movimentos de luta pela terra no Brasil, com base em bibliografia consultada. Nesse contexto, destacamos o processo histórico de formação do assentamento Gleba XV de Novembro, Santa Clara e União da Vitória, inseridos na problemática das posses de terra no Pontal do Paranapanema.

Nos capítulos 4, 5 e 6, procuramos a partir das histórias de vida, (re)construir as categorias teóricas. Percebemos que, a partir das diferentes experiências de vida, ou seja, migração, diferentes relações de trabalho, distância familiar, religião, momentos de emoção, alegria e tristeza, conflitos internos do movimento, ocupações de terra, despejos judiciais, enfrentamento com policiais, manifestações, prisão, etc, os sujeitos hoje reconhecidos como lideranças, construíram sua identidade de "Sem-Terra" e, trabalham no sentido de dar continuidade ao movimento.

Lembrando que identidade é "unidade da pessoa, reconhecida de forma intersubjetiva no grupo", podemos afirmar que as lideranças possuem uma identidade de "referência do movimento" consolidada. Percebemos que há o reconhecimento recíproco entre as lideranças, nas três áreas estudadas.

As lideranças do assentamento "União da Vitória e Santa Clara" são semelhantes, do ponto de vista da "formação política", são formadas num mesmo espaço político - contexto das discussões do MST - aprendem colocar em prática linhas políticas do movimento e, atuam em conformidade com as orientações de certas alas da Igreja Católica, do PT e da CUT.

Quanto às lideranças do assentamento Gleba XV, a maioria também participa da organização do MST, porém aquelas que não participam, possuem uma matriz discursiva gerada no contexto da participação política tradicional. Há referência à estratégia de ocupação, como sendo "invasão", há idéia de "ganho da terra" e não de conquista, prevalece uma mentalidade individualista em relação à associação de produtores.

Existe uma grande dificuldade por parte das lideranças do assentamento Gleba XV de Novembro em articular o coletivo no assentamento. Os sujeitos participantes do MST, lideranças que moram na Gleba XV, são vistos com uma certa discriminação por parte de algumas famílias. São vistos como pessoas que viajam muito e pouco trabalham.

Como afirma MINEIRO - representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Euclides da Cunha.

"Algumas pessoas não têm conhecimento da necessidade de estar constantemente participando de encontros, assembléias, etc." (MINEIRO, GLEBA XV DE NOVEMBRO, 1994).

Uma das diferenças percebidas entre lideranças da Gleba XV de Novembro, Santa Clara e União Vitória, relaciona-se com a gênese da luta, nas referidas áreas.

A gênese da luta dos trabalhadores rurais, pelo assentamento na Fazenda Santa Clara e na Fazenda São Bento, está atrelada à preocupação do MST em pressionar o Estado para a desapropriação de áreas com posses ilegais ou que se mantém improdutivas.

Com esse objetivo principal, relacionado às péssimas condições de vida de milhares de trabalhadores rurais, as lideranças do MST, presentes na região do Pontal do Paranapanema, se organizaram e realizaram "reuniões" nas cidades mais próximas. Nestas reuniões, as lideranças explicavam a situação problemática das posses de terra no Pontal, assim como confrontavam essa realidade de terras devolutas com a falta de empregos na região. Ao mesmo tempo, contavam suas experiências em outros assentamentos.

Assim, os trabalhadores - arrendatários, bóias-frias, desempregados, entre outros - foram mobilizados para a ocupação da Fazenda São Bento, atualmente já desapropriada pelo Estado.

A gênese da luta pelo assentamento Gleba XV de Novembro, está atrelada à necessidade "imediata" de amenizar a situação de desemprego e dos desabrigados pelas enchentes dos Rios Paraná e Paranapanema, que se encontravam alojados em centros comunitários e albergues da região. Antes que estes trabalhadores desempregados começassem a questionar, profundamente, a questão fundiária na região, alguns agentes do partido político PMDB tornaram-se cabeças do movimento. Organizaram reuniões com os trabalhadores, até que chegou o dia da ocupação. Durante a época de acampamento, os mesmos políticos davam assistência aos trabalhadores e as diretrizes de atuação.

Constatamos, em algumas histórias de vida de lideranças da Gleba XV, a gratidão que sentem por políticos tais como Mauro Bragato, Siney, Gerson Caminhoto e o próprio Montoro. Os trabalhadores não reconheceram a vitória deles, mas sim a "dedicação" dos políticos em resolver a situação dos mesmos. Tanto é que, até

hoje, a maioria dos assentados não têm autonomia para decidir sobre assuntos do assentamento. Procuram as "pessoas do Estado", técnicos, entre outros que possam direcionar soluções. Em muitos casos, reclamam da ausência de política agrícola para os assentamentos, mas ao mesmo tempo não participam das ocupações de prédios públicos, por exemplo Secretaria da Agricultura, Bancos, etc, onde são reivindicados financiamentos, acordos bancários, política agrícola, entre outros. A maioria aprendeu a receber as coisas prontas.

Temos que reconhecer que a luta pela terra na década de 80, no Pontal do Paranapanema, apesar de ser um paliativo para o momento, despertou a atenção do público para com as terras devolutas do Pontal. Colocou em maior evidência a ilegalidade das terras, a grilagem, a improdutividade, a miséria, o desemprego, etc, acelerando assim, a emergência de novos movimentos de luta pela terra. Dentre eles, o MST na década de 90, acelerando as ocupações de terra na região.

Enfim, o processo de luta pela Gleba XV de Novembro ocorreu por uma causa "imediata", enquanto que as lutas do MST se articulam no sentido de ocupar as terras ilegais do Pontal, luta pela Reforma Agrária.

Nesse sentido, com relação à formação da identidade coletiva das lideranças temos o seguinte:

No MST, as lideranças iniciaram a formação da identidade coletiva a partir do momento que começaram a participar das reuniões, manifestações, passeatas, encontros, etc. É a identidade coletiva referente à mesma situação objetiva, ou seja, o "não

ter terra", o ser "Sem-Terra". De início, a condição concreta, a necessidade de terra e de condições materiais para sobreviver nesta terra, são as reivindicações e são os motivadores para continuar participando da luta.

Com o decorrer do processo de luta e as diferentes experiências vivenciadas, a presença em cursos de formação de quadros dirigentes, faz com que "seja despertada" a necessidade de uma luta ampla, luta pela terra para mais trabalhadores e não apenas para aqueles que estão mobilizados.

É no processo de luta que são desenvolvidos espaços de socialização política, espaço de diálogos, onde há possibilidade dos trabalhadores - lideranças - se reconhecerem uns nos outros, enquanto iguais.

Lembrando TARELHO (1988), quando se refere à formação da identidade coletiva entre os sem-terra de Sumaré, "a tomada de consciência da comum situação de carência serviu de base para a afirmação de uma identidade coletiva, a partir da qual os trabalhadores puderam se perceber como aliados políticos que possuem problemas e interesses comuns. Mas, assim como a consciência da comum situação de carência, outros fatores também foram importantes para a afirmação dessa identidade coletiva, como a utilização de uma linguagem adequada, o desenvolvimento de práticas coletivas e a obtenção de reconhecimento social". (1988:239)

Entre as lideranças do MST, o diálogo frequente permite a consolidação da identidade coletiva, assim como a formação de novos quadros que desenvolvam o movimento.

Na Gleba XV de Novembro, a formação da identidade coletiva, ocorreu através de sociabilidade que se deu na época do acampamento, enquanto os trabalhadores se sentiam mais "próximos". Após a conquista do lote, os espaços de socialização política não foram (re)organizados, estagnaram-se devido à matriz tradicional que os alimentava, havendo predominância do individual, da vida particular, do cuidar do "seu" espaço.

O processo de formação da identidade está atrelado à participação política e à constituição de espaços comunicativos, onde as diferentes experiências de vida possam ser reconhecidas e discutidas.

CALDART(1987:146-147) afirma que "a participação num movimento social é, pois, toda ela constituída por relações pedagógicas(...)".

O MST se articula pela formulação de uma carência coletiva. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. Todos se tornam iguais face à carência. E face a um ideal, a uma utopia, que no caso do MST retoma os pressupostos da utopia revolucionária socialmente, em sua vertente radical, pouco aberta à liberdade individual, e muito centrada na ordem do coletivo, definido de cima para baixo.

DURHAM (1984:28) mostra que essa vivência da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, se dá numa dimensão própria, que implica uma novidade, ou seja, o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado. Exemplifica a questão do público e do privado, dizendo que, numa sociedade como a nossa, o indivíduo só é reconhecido na esfera privada, por

exemplo, grupo familiar, enquanto na esfera pública, é despersonalizado, não é visto como sujeito, apenas como elemento força-trabalho, usuário de meios de transportes, etc.

"Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na esfera pública, através do jogo de mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária" (DURHAM, 1984:28)

O Movimento Sem-Terra, ao mesmo tempo que se utiliza de uma organização formal, abre espaço para o comunitário. Nesse sentido, lembramos termos utilizados por CÉSAR - liderança do MST-: espaço comunicativo de pessoas para pessoas, educativo e consciência social. Mostra o processo de aprendizagem existente no movimento social, que permite a passagem da pessoa da esfera privada à pública. Vivem essa experiência como uma aprendizagem pessoal, um enriquecimento da noção de sujeito.

Podemos destacar as caminhadas, passeatas, ocupações de prédios públicos, entre outros atos, como exemplos do fazer-se reconhecer publicamente, dos movimentos de luta pela terra.

"No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, aprendem a falar, isto é, formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletiva as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada" (DURHAM, 1984:28)

Como afirma HABERMAS (1985), "(...)a unidade da pessoa se forma através das relações com as pessoas do mesmo grupo e o desenvolvimento da identidade se caracteriza pelo fato de que é dissolvida a identificação inicialmente realizada com grupos concretos e menos complexos, identidade que é depois subordinada à que se processa com unidades mais amplas e mais abstratas(...)".

Através do reconhecimento recíproco que os trabalhadores constroem aos poucos, é possível chegar à formação da identidade coletiva, do reconhecer-se no outro e ser reconhecido pelo outro. Normalmente, dentro do movimento, as pessoas pensam em NÓS e, não apenas em EU. Essa noção do "NÓS" é gerada no dia-a-dia da luta.

Assim, no coletivo, essas pessoas ampliam a vivência individual e (re)pensam a vida privada.

"O reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas que se dá internamente, exige uma reação complementar que deriva do caráter necessariamente público do processo - é reconhecimento do movimento pela sociedade e pelo Estado" (DURHAM, 1984:29)

Nesse sentido, enfatizamos o programa de rádio do MST existente na cidade de Teodoro Sampaio, aos domingos. O programa, além de servir de auto-reconhecimento para os assentados, é um dos meios de divulgar a luta e as conquistas para a sociedade que desconhece a realidade do assentamento. É, portanto, um dos meios de serem reconhecidos pela sociedade, em sua face pública, enquanto sujeitos ativos. As caminhadas são outro exemplo, ou seja, é o momento em que os trabalhadores podem explicitar a um grande

número de pessoas suas reivindicações e o sentido da luta pela terra. Ao mesmo tempo, é uma forma de construção da hegemonia político-religiosa do Movimento no seio da sociedade.

Enfim, constatamos as seguintes alterações a nível individual, que ocorreram antes e durante o processo de luta pela terra, nessas lideranças entrevistadas.

Primeiramente é importante destacar que muitas das lideranças, mesmo antes de atuarem no MST, já participavam de movimentos de jovens na igreja, de movimentos de moradores em favelas, de discussões em partidos políticos, entre outros. Então, o fato de hoje serem lideranças do MST também está atrelado às aprendizagens resultantes da participação em outros grupos, onde se destaca a presença da Igreja Católica, ala da Teologia da Libertação. É como disse uma das lideranças, "você vai aprendendo desde muito cedo, a necessidade de lutar por melhores condições de vida(...)".

Portanto, o processo de construção da identidade coletiva é influenciado por idéias político-religiosas, presentes no cotidiano dos indivíduos.

Posteriormente, quando iniciam a participação no movimento, vão aprendendo que a luta pela terra é muito complexa, não é apenas "luta pela terra". Assim, constataam a necessidade de agir, defendendo interesses de uma coletividade e de agir em grupos. Essa necessidade é percebida a partir da experiência de vida acumulada e da participação no movimento. Percebem que a vida na cidade não atende aos interesses e necessidades de sujeitos trabalhadores rurais. Mudam a visão de mundo, que antes era indivi-

dualista e materialista (como os próprios dizem), passando a lutar por interesses coletivos, pelos seus direitos.

Algumas lideranças incorporam discursos de partidos políticos e outras os discursos do MST. Estão carregadas de idealismos, a ponto de não perceber problemas cotidianos, práticos, que deveriam ser discutidos nos assentamentos. Sabemos que os trabalhadores rurais têm grande vivência e experiência a partir da prática, logo a linguagem utilizada deve ser muito "prática" e menos "discursiva". Inclusive, alguns trabalhadores não-lideranças comentam que "as lideranças têm muito discurso, mas na prática tudo vira em nada".

Lembrando a fala de BETINHO "é muito gostoso ser liderança, quando as coisas correm bem, pois o trabalhador quer um resultado imediato(...)".

Outra mudança perceptível a nível individual é a necessidade de participar constantemente das reuniões do movimento, que acontecem no próprio estado ou em outras regiões do Brasil. Esta necessidade é construída pelos organizadores do MST, onde os cursos, os Encontros e Seminários são planejados com muita antecedência. É através dessas reuniões que as lideranças vão crescendo em termos de estratégias de luta e de identificação pessoal com o movimento. É nos encontros que se constroem os referenciais ideológicos. A mística torna-se eixo articulador das ações.

Algumas lideranças mudam totalmente sua vida cotidiana, para participarem do movimento. É o caso do MARCELO e do CÉSAR, por exemplo, que deixaram a família e estão no movimento até o momento. Afirmam que o movimento é uma família e também já é um

casamento. Dentro da linha política do movimento, essas lideranças são exemplos de disciplina e dedicação ao movimento, sendo também exemplos de questionamentos, pois anularam suas personalidades individuais em nome do coletivo.

Quanto às relações sociais educativas, verificamos que todo processo de luta constitui momento de educação, de aprendizagens. Isso prova que a educação não acontece apenas em espaços a ela destinados, como é o caso da escola. Os espaços são múltiplos. Alguns são libertadores. Outros castradores.

Podemos destacar as seguintes relações sociais educativas, observadas na pesquisa que ora concluímos;

- para o grupo de jovens, o espaço comunicativo possibilitou a emancipação cultural e política daqueles indivíduos e, ao mesmo tempo, um relacionamento descontraído e desinibidor.

- o relacionamento com pessoas do partido político, onde algumas lideranças incorporam o discurso do mesmo e outras contestam-no.

- a solidariedade presente nos momentos de doenças e de outras dificuldades, assim como nos momentos de alegria, festas, caminhadas, entre outros.

- as relações de trabalho, onde alguns trabalhadores defendem o grupo coletivo de produção e outros contestam-no. Até porque, várias identidades de trabalhadores se misturam nesse processo de luta pela terra. Eles são os arrendatários, os parceiros, os bóias-frias, os desempregados rurais e urbanos, entre outros. Logo, é positiva a existência de divergências dentro do assentamento, só assim será possível crescer, a partir de um diá-

logo construtivo e não apenas "negativista".

- atividades comunitárias, como por exemplo, o corte-costura. São momentos de construção de um grupo de mulheres costureiras, "sem-terra" e que se desdobra em atividade econômica. Porém, por falta de apoio externo e de procedimentos adequados para a continuidade da atividade, é comum que as mesmas se extingam.

Esse conjunto de elementos permitiram a formação da identidade coletiva e da identidade de liderança, indivíduo reconhecido no grupo. A mudança individual leva à organização do coletivo.

O que leva as pessoas a tornarem-se militantes, lideranças de movimentos sociais? Sabemos que as carências, enquanto relacionadas às condições objetivas, são fatores que impulsionam a participação em movimentos sociais. A carência precisa ser reconhecida como comum no grupo social. Além dessa condição objetiva, temos as condições subjetivas, ou seja, a ilusão, enquanto algo desejável, o idealizável, ideal de um projeto histórico, esperança.

BERTRAND (1989:19) afirma que "através das lutas sociais a condição dos homens melhora pouco a pouco, e isto não é desprezível. Mas, inconscientemente, eles esperam uma mudança muito mais radical: é o elemento irracional de todo projeto racional. Por outro lado, quando há esperança de melhora, quando não há organização ou partido capaz de assumir uma ação histórica, os homens só podem agir sobre eles mesmos, imaginar soluções que poriam fim a seus males, e estas soluções imaginárias podem

perfeitamente apresentar as características de um projeto político. Por isso pensamos que em todo projeto, em todo engajamento, há uma parte de ilusão, ainda que nem sempre no mesmo grau".

BERTRAND (1989:25) afirma que nenhuma ação é feita sem uma base emocional e que agir não é apenas fixar objetivos racionais, mas sim colocar o poder imaginário em funcionamento".

Nesse sentido, a autonomia dos indivíduos deve ser preservada num movimento social, caso contrário teremos objetivos racionais fixados, em detrimento do emocional, das opiniões individuais dos participantes. Garante-se as conquistas objetivas e as subjetivas são massacradas.

São muitas as dificuldades enfrentadas nos assentamentos rurais, tanto em termos de produção agrícola, comercialização, como o relacionamento entre os assentados. A ausência de grupos de jovens, assim como estudos acadêmicos sobre os mesmos, existentes em alguns assentamentos, precisa ser repensada.

Outro ponto que deve ser destacado é a necessidade de pesquisas que abordem a questão do relacionamento professor e liderança, dentro do assentamento rural. Percebemos que existem inúmeros conflitos. Professores criticam as lideranças e essas vice-versa. Esse conflito é a evidência de que o Setor de Formação de lideranças dentro do MST, não caminha na mesma linha ideológica do Setor de Educação (que se preocupa com a formação de professores e capacitação dos mesmos). Essas são sugestões para futuras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. conquista da terra pelo M.S.T. e a estrutura fundiária no Pontal do Paranapanema. **Monografia de Bacharelado em Geografia**. UNESP, Pres. Prudente, 1993.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. Cortez, 1991, SP.
- ANDRADE, Márcia Regina Oliveira. O destino incerto da educação entre assentados rurais do Estado de São Paulo. **Dissertação de mestrado**. UNICAMP, SP, 1993.
- ANTONIO, Armando Pereira. O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960-1990. **Tese de Doutorado**. USP, SP, 1990.
-
- _____ . As terras devolutas do Pontal do Paranapanema. Mimeo, s/d.
- AZEDO, Lourdes. Projeto de valorização Regional da Gleba XV de novembro, uma conquista dos trabalhadores do Pontal, no seu quinto ano de implantação, Mimeo, 1989.
- BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. e DAQUINO, T. Assentamentos em balanço: a roda viva de seu passado, presente. XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) Caxambu-MG, 1989.
- BERTRAND, Michéle. O homem clivado: A crença e o Imaginário. In SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. Ed. Vértice, SP, 1989.

- BETTELHEIM, Bruno. *O coração informado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- BOBBIO, PASQUINO e MATTEUCCI. *Dicionário de Política*. Edunb, vols. 1 e 2, 1992.
- Boletim Técnico do Departamento de Geografia*. Mimeo, n^o1, UNESP, Presidente Prudente, 1993.
- Boletim do Militante - MST* - maio de 1994.
- BONIM, Anamaria Aimoré e outros. *Movimento Social no campo*. Edições Criar, U.F.Paraná, PR, 1987.
- CALDART, Roseli. *Sem Terra com poesia*, Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- CAMACHO, Daniel. *Movimentos sociais: Algumas discussões conceituais*. In: SCHERER-WARREN, Ilse E KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. Brasiliense, SP, 1987.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Livr. Duas Cidades, SP, 1971.
- DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do engajamento*. EUFC, Fortaleza, 1990.
- DAQUINO, Terezinha. *Trabalhadores assentados: Identidade em construção*. In: *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*. n^o 1, agosto. UNESP, Marília, 1991.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. Cortez, SP, 1988.
- DINCAO, Maria Conceição. *A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária*. In: *Revista Lua Nova*, n^o 23, março de 1991, SP.

-
- _____ . O bóia-fria: Acumulação e miséria. Vozes, Petrópolis, 1983.
- DURHAM, Eunice Ribeiro, Movimentos Sociais: A construção da Cidadania, Novos Estudos CEBRAP, Nº 10, 1984.
-
- _____ . A caminho da Cidade, São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ESTERCI, Neide e outros. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: Revista ABRA, nº3, vol. 22, set/dez. 1992. Campinas, SP.
- EVERS, Tilman, Identidade: A face oculta dos novos MS., Novos Estudos CEBRAP, V.2 N.4, 1984.
- EYERMAN e JAMISON Social e Movements: A cognitive Approach. Pennsylvania, 1991.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST-Movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, SP, 1994.
-
- _____ . Quadro ilustrativo dos assentamentos no estado de São Paulo. Mimeo, 1993.
-
- _____ . Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. Mimeo, 1993.
- GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). Educação comunitária e Economia popular. Cortez, SP, 1993.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. Disposições Culturais: Dinâmica afetiva e mudanças de sentido. Mimeo/ANPED, 1993.

GOHN, M. da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. Loyola, SP; 1991.

_____. **Movimentos, Organizações Populares e Cidadania: Perspectivas para os anos 90**. Mimeo, UNICAMP, 1993.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. Cortez, SP, 1992.

_____. **CONAM-ANAMPOS e PRÓ-CENTRAL dos movimentos populares: três formas de organização da cidadania e da cultura política**. In **Movimentos populares urbanos - crise e perspectivas**. FASE/CIDADE, Porto Alegre, 1992.

_____. **Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias**. In: **Revista Educação e Sociedade**, nº 34, dez, SP, 1989.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Fase, 1991, RJ.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**. Brasiliense, 1987, SP.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político**. In: GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.) **Educação comunitária e Economia popular**. Cortez, SP, 1993.

HABERMAS, Jurgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Brasiliense, SP, 1985.

_____. **Teoria de lá acción comunicativa**. Tomo I, Taurus, s/d.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

_____. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1993.

IANNI, Otávio. *Revoluções camponesas na América Latina*. In: SANTOS, J.V.T. (org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. Ícone, SP, 1985.

KARNEN, Hartmut. *Movimento Social: Revolução no cotidiano*. In: KRISCHKE, Paulo J. e SCHERER-WARREN, Ilse (orgs). *Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

KNIJNIK, Gelsa. *O saber popular e o saber acadêmico na luta pela terra: uma abordagem etnomatemática*. Mimeo, 1993.

KRISCHKE, Paulo J. e SCHERER-WARREN, Ilse (orgs). *Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema. Tese de Livre docência*. UNESP, Presidente Prudente, 1981.

LISBOA, Tereza Kleba. *A luta dos sem-terra no oeste catarinense*. UFSC, SC., 1988.

LOPES, José Antonio Moreno. *Movimentos Sociais Rurais no Pontal do Paranapanema: os casos da Gleba XV de Novembro e da Fazenda Santa Rita do Pontal*. *Monografia de Bacharelado em Geografia*. UNESP, Presidente Prudente, SP, 1986.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. EPU, SP, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*, Petrópolis, Vozes, 1988.

_____ . *Expropriação e Violência*. HUCITEC, SP, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *História dos Movimentos Sociais no Campo Rio de Janeiro*, FASE, 1989

MÉDICI, Alberto. *Trabalhadores e intelectuais nos movimentos reivindicatórios e no acesso à terra no Estado de São Paulo*. *Dissertação de Mestrado*, USP, SP, 1989.

Movimento Sem Terra. Construindo o Caminho. S/D.

MELLO, Silvia Leser de, *Pensando o cotidiano em ciências Sociais: Identidade e Trabalho* IN: *Cadernos CERU*, nº 5 - Série 2 - 1994. SP.

NOGUEIRA, Adriano, *O Sujeito Irreverente*. Campinas, Papi-rus, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de produção e Agricultura*. São Paulo, Ed. Ática, 1987.

_____ . *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo, Contexto, 1988.

PENIN, Sonia. *Cotidiano e Escola*. SP. Cortez, 1989.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura, *Relatos orais: do Indizível" ao dizível"*. In: VON SIMSON. Olga de Moraes, (org) *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo, Vértice, 1988.

Variações sobre a técnica de gravador no registro da Informação VIVA, São Paulo, T.A. QUEIROZ- Editor, 1991.

O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). Reflexões sobre a pesquisa sociológica. Coleção textos CERU n^o3, SP, 1992.

POKER, José Geraldo Alberto B. Identidade, Consciência e prática política: a CPT num movimento social. In: Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências. n^o 1, agosto. UNESP, Marília, 1991.

Revista Isto é n^o 1233, maio, 1993.

Revista Terra Livre - Geografia e Lutas Sociais, São Paulo. AGB/Marco Zero, 1988.

ROSA, Arlete. Associações de Moradores de Bairro em Curitiba. Dissertação de mestrado. PUC-São Paulo. 1991.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Representação Social e Cotidiano. In: Revista Didática - UNESP, vol. 26/27, SP, 1990-91.

SANDOVAL, Salvador. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. Mimeo, 1988, SP.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. Loyola, 1993, SP.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e desca-
minhos. Tese de doutorado. PUC-SP, 1991.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. A constituição do su-
jeito coletivo CUT-PI: Institucionalização, práticas e
mudanças sócio-políticas. Dissertação de Mestrado.
PUC-SP, 1993.

SILVEIRA, Fátima Rotundo e outros. Origem e formação do
assentamento Gleba XV de Novembro, SP. In: Anais do
Encuentro de Geografos de América Latina, Venezuela,
1992.

SINGER e BRANT. São Paulo: O povo em movimento. Vo-
zes/CEBRAP. Petrópolis, 1981.

STÉDILE, João Pedro e Frei Sérgio. A luta pela terra no
Brasil. SCRITTA, 1993, SP.

Assentamentos. A
resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, Vo-
zes, 1991.

STRAIOTO, Neusa Aparecida. Gleba XV de Novembro: uma
conquista dos trabalhadores rurais sem terra no Pontal
do Paranapanema. Monografia Serviço Social. Lins, SP,
1986.

TARELHO, Luís Carlos. Da Consciência dos direitos à
identidade social: Os sem-terra de Sumaré. Dissertação
de mestrado, PUC-SP, 1988.

THERRIEN, Jacques. O saber social da prática docente.
ANPED, setembro, 1993.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria, Rio de Janeiro, Za-
har, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado - História oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue*. Trajetória, SP, 1989.

TRIPODI, Tony e outros. *Análise da pesquisa Social*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

VEIGA, José Eli da. *A reforma Agrária que virou suco*. Petrópolis, Vozes, 1990.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Educação e Prática Social: um estudo do M.S.T.* ANPED, setembro, 1993.

_____. *Ocupar, Resistir e Produzir - MST: uma proposta pedagógica. Dissertação de mestrado*. U.F.São Carlos. SP, 1992.

VERHESLT, Thierry G. *O direito à diferença*. Vozes, Petrópolis, 1992.

Livretos produzidos pelo MST

"Documento Básico do M.S.T."/1991.

"Sobre o método Revolucionário de Direção" S/d.

"CHE e os quadros de direção" S/d.

"Normas gerais do MST" 1989.

"Manual de Organização dos núcleos" 1990.

"Como organizar a massa" 1991.

Caderno de formação nº 20 "A cooperação agrícola nos assentamentos". MST, 1993.

JORNAL MENSAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

JORNAL NOTÍCIAS DO PONTAL - Presidente Prudente.